

## O Partido:



Uma intensa actividade virada para as massas, para o esclarecimento da situação política, para a mobilização em defesa da democracia e dos interesses dos trabalhadores: Álvaro Cunhal no comício realizado em Almada no passado domingo -Pág. 9



Reforço da organização do Partido, análise dos problemas sectoriais, planificação de tarefas - objectivos das Assembleias de Organização que dão corpo à criadora democracia interna do Partido e assinalam a Campanha de Organização em curso: os comunistas da Função Pública reuniram no passado fim-de-semana -Págs. centrais



Trabalho militante, capacidade de organização e de iniciativa, confiança e determinação na origem de dezenas de festas de Norte a Sul: o executivo da primeira Festa do PCP em Aveiro que abre as portas no dia 19 -Págs. centrais

Conferência do PCP sobre o Poder Local

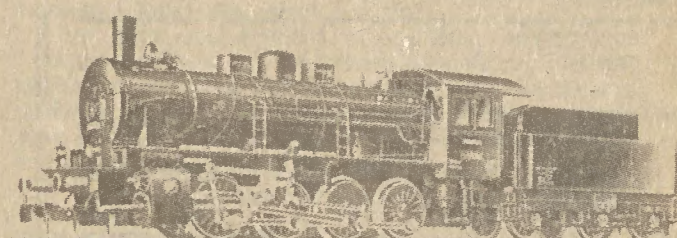


Almada\*21 de Junho\*1981

Pág. 12

## HÁ 40 ANOS O EXÉRCITO NAZI INVADIA A UNIÃO SOVIÉTICA

Pág. 10



## Uma greve contra os trabalhadores

Pág. 5

## Encontro das ORT's das empresas nacionalizadas e participadas

Pág. 8

# A Festa já começou!

Pág. 8

## SEMANA Nacional

3

Quarta-feira



Protesto de agricultores em Torres Vedras

Alastra o movimento de protesto e reclamação da lavoura, nomeadamente em Bragança, Marco de Canaveses e Ponte da Barca; hoje, em Torres Vedras e respondendo a um apelo da Liga de Pequenos e Médios Agricultores, cerca de 300 camponeses concentraram-se frente à Câmara, tendo uma delegação entregue ao presidente do Município um abaixo-assinado com cerca de 1300 assinaturas e um caderno reivindicativo onde se expõem os anseios da lavoura do concelho ■ Aristides Pereira, Presidente da República de Cabo Verde e que se encontra em visita oficial ao nosso país, recebe, em audiências separadas, o dirigente do PS, Almeida Santos, e o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal ■ O conselho geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas condena a nova "iniciativa" do Governo Balsemão de abrir o sector à iniciativa privada, recomendando ao Conselho da Revolução que assuma o direito inalienável de reprovocar o novo projecto de diploma de delimitação do sector público e privado.

4

Quinta-feira

O juiz do Tribunal de Polícia de Lisboa, dr. Vaz Tomé, absolve os três dirigentes sindicais da Função Pública detidos na tarde do passado dia 13 de Maio frente ao ministério da Reforma Administrativa, acusados de "concentração ilegal e desobediência à autoridade"; o juiz deu como não provadas as acusações de desobediência qualificada e desobediência simples, considerando ilegítima a ordem dada pela PSP para que os detidos abandonassem o largo frente ao Ministério ■ A Federação dos Sindicatos Ferroviários denuncia a greve dos maquinistas da CP filiados num sindicato paralelo (e que hoje entra no quarto dia) como visando objectivos escuros e inconfessáveis ■ Cerca de duas centenas de agricultores concentram-se frente aos Serviços Regionais de Agricultura no Porto, reclamando do Governo alterações na política de preços que vem sendo praticada ■ O Presidente da República empossa, no Palácio de Belém, os três novos membros do Governo Balsemão que ocuparam a pasta da Qualidade de Vida, a secretaria de Estado da Reforma Administrativa e o cargo de secretário de Estado adjunto do Primeiro-Ministro, com responsabilidade no sector da Comunidade Social.

5

Sexta-feira



Despoluir a Caparica

Inicia-se uma vasta operação para despoluir os areais compreendidos entre a Praia da Rainha e a Lagoa de Albufeira, na Costa da Caparica, invadidas por uma "maré negra" provocada pelo esvaziamento dos tanques de um petroleiro na passada terça-feira ao largo da Caparica, crime de poluição punível com um máximo de dois mil contos; o custo das operações de limpeza vai ultrapassar em muito os 10 000 contos inicialmente previstos, dado que é necessário remover e depositar em local distante muitas toneladas de areia poluída, operação que está a ser feita por unidades militares, de bombeiros e da Cruz Vermelha, com o apoio da Câmara Municipal de Almada ■ A sessão inaugural do Congresso das Comunidades é bruscamente interrompida, na sequência de tentativas de agressão, por parte de delegados claramente conotados com a direita e a extrema-direita, ao Conselheiro da Revolução Vitor Alves ■ O próprio ministro dos Transportes, Viana Baptista (PPD/PSD), perante as câmaras da RTP-1, reconhece que os dirigentes do sindicato dos maquinistas da CP (paralelo) em greve "são afectos à área política do Governo" e querem fazer "chantagens políticas" e "provocar a modificação da lei da greve ou mesmo induzir a sua suspensão", evitando contudo qualquer alusão directa ao CDS, o partido da coligação reaccionária que "conduz" desde o início esta greve dos maquinistas da CP.

6

Sábado

O Benfica, já campeão do Campeonato deste ano, ganha a Taça de Portugal derrotando no Estádio Nacional o FC do Porto por 3-1 ■ Realiza-se na Voz do Operário, em Lisboa, o Encontro das Empresas Nacionalizadas, tendo o plenário decidido desencadear um conjunto de acções diversificadas com o objectivo de garantir que a revisão constitucional venha a assegurar e a respeitar a irreversibilidade das nacionalizações ■ O Presidente da República, general Ramalho Eanes, inaugura em Constância a estátua de Camões, em acto integrado nas comemorações do 4.º centenário da morte do poeta ■ Um porta-voz do sindicato paralelo dos maquinistas da CP anuncia que a greve (hoje no seu 6.º dia) "será alargada" até ao próximo dia 15 ■ A comissão política distrital do PPD/PSD em Évora demite-se por entender "insatisfatória" a última remodelação governamental.

7

Domingo



Festa da Amizade

No decurso do Comício de encerramento da Festa da Amizade, em Almada, o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, acusa o Governo Pinto Balsemão e a "AD" de preparar novas grandes operações dentro do seu novo plano subversivo ■ Termina uma reunião do Secretariado Nacional do MDP/CDE realizada este fim-de-semana em Lisboa, sublinhando-se no comunicado final preocupação pelo agravamento das condições de vida dos portugueses em resultado do "evidente fracasso da política económica do Governo".

8

Segunda-feira

A "AD" faz aprovar na Assembleia da República uma "proposta de lei anti-terrorista" com os votos contra de toda a oposição, nomeadamente do PCP que considera que este diploma, onde se misturam lutas populares, lutas sociais e até conflitos de interesses com acções antiterroristas, põe em causa liberdades e direitos dos cidadãos e aumenta o número de textos legais de excepção ■ Enquanto a direcção do sindicato paralelo dos maquinistas da CP ameaça prolongar a greve por "tempo indeterminado", hoje começam a circular mais comboios que em qualquer outro dia de greve, inclusive, pela primeira vez, nas linhas de Sintra e Cascais.

9

Terça-feira

Mais de cem emigrantes que participam no I Congresso das Comunidades recusam-se a assistir à sessão de encerramento dos trabalhos, onde discursou o Primeiro-Ministro Pinto Balsemão, por considerarem, em documento entregue à Mesa, que nesta sessão se proclamariam «conclusões que, dada a forma como foram eleitos os delegados e como foi impedido um debate democrático, carecem de qualquer legitimidade» ■ O Sindicato dos Maquinistas da CP (paralelo) suspende a greve após o anúncio de renúncia civil.

### EFEMÉRIDE DA SEMANA

A 8 de Junho de 1958 Américo Tomás é considerado «vencedor» da burla eleitoral organizada pelo regime fascista para impedir a vitória do candidato apoiado pelas forças democráticas, general Humberto Delgado.

## Editorial

# A FICÇÃO E A REALIDADE NA POLÍTICA DO GOVERNO AD/BALSEMÃO

O Governo AD/Balsemão é o produto acabado de todo um processo contraditório.

Necessariamente, o comportamento de essência subversiva da AD, dirigido para a destruição do regime democrático e para a reconstituição tão rápida quanto possível do poder económico e político do grande capital, não poderia deixar de conduzir, e de facto conduziu já, a um sensível agravamento da crise global originada pelas contradições da situação criada, conduziu a um agudo conflito de interesses entre a política dos governos AD, do PPD e do CDS, e a imensa maioria da população portuguesa, a um insuportável antagonismo entre essa política e as realidades económicas e sociais do Portugal de Abril.

A «recachutagem» do Governo AD/Balsemão, do PPD e do CDS, não foi outra coisa senão o começo de todo um processo muito mais vasto e profundo de falência política a curto prazo e de decomposição interna da própria AD como força de governo e maioria parlamentar.

Sob o impacto de um poderoso ascenso da luta de massas, do movimento operário e camponês contra a política social antipovo do PPD e do CDS o governo da «estabilidade para quatro anos» (no dizer de Balsemão) tem visivelmente os dias contados, revela crescentemente ao Povo português a realidade e a ficção na sua política.

NESTA agonia da AD é da máxima importância distinguir estas duas faces da política dos governos do PPD e do CDS.

Os governos da apregoada «estabilidade social», panaceia do celebrado projecto AD, levaram afinal a um ponto jamais atingido depois do 25 de Abril a degradação das condições de vida das classes trabalhadoras.

O Governo AD/Balsemão, do PPD e do CDS, tentou inutilmente impor na prática um tacto salarial diariamente furado pela elevação dos preços; «decretou» uma taxa de inflação sem nenhuma relação com a desvalorização real do dinheiro e a consequente quebra do poder de compra dos salários; impediu ou protela indefinidamente a revisão de uma contratação colectiva cada vez mais desfasada com a realidade do custo de vida.

Os despedimentos colectivos e selectivos, o aumento do desemprego, em particular das mulheres trabalhadoras e dos jovens à procura do primeiro emprego, a repressão patronal, a generalização ilegal e abusiva dos contratos a prazo, constituem um cancro que ameaça o direito ao trabalho e a subsistência própria dos trabalhadores portugueses.

Dos vinte mil trabalhadores que a ofensiva de destruição da Reforma Agrária lançou no desemprego 80% são mulheres; nas Grandes Opções do Plano agora corrigidas pelo Governo, os 80 mil novos empregos anteriormente previstos, passaram nas novas previsões para apenas dez mil o que, tendo em conta somente o número de jovens que anualmente vêm à procura do primeiro emprego, significa de facto e só por si o aumento substancial do contingente de desempregados.

Compreende-se que contra esta política salarial e laboral se levantem de maneira crescente a luta e o protesto dos trabalhadores da cidade e do campo.

O surto grevista atingiu um volume e uma combatividade jamais verificados na história do movimento operário em Portugal. Sem audiência do Governo e do patronato para as suas legítimas reivindicações, os trabalhadores recorrem com uma frequência significativa à greve como única forma de fazer ouvir a sua voz.

Contra o movimento operário e como resposta à justa luta do operariado e dos camponeses o Governo, que entretanto tem sido obrigado a ceder em numerosos casos, recorre aos métodos repressivos, encara novos atentados aos direitos e liberdades dos trabalhadores, prepara novas leis reaccionárias do trabalho.

As forças da reacção no Poder levam a cabo uma vasta manobra provocadora tendente a novas restrições inconstitucionais ao direito à greve.

A greve dos maquinistas da CP, desencadeada por um sindicato paralelo, politicamente dirigido pelo CDS, parceiro do PPD no Governo, inseriu-se de maneira descarada nas manobras provocadoras do grande patronato e do governo Balsemão no quadro da sua política antipopular.

Portanto o País intensifica-se igualmente a corajosa luta dos pequenos e médios agricultores, também nas zonas do Alentejo e do Ribatejo, onde a demagógica «distribuição de terras aos pequenos e médios agricultores e seareiros» alardeada pelos go-

vernos AD, não consegue já ocultar a sua verdadeira política de ruína da agricultura e dos agricultores que trabalham a terra.

A grandiosa manifestação popular unitária anunciada para o dia 27 contra a política social do Governo AD/Balsemão do PPD e do CDS, não pode deixar de colher a larga adesão e participação de todos os que vivem do seu trabalho e têm de trabalhar para viver.

OS governos da apregoada «recuperação económica», outra das ficções do famigerado projecto AD, cavam diariamente a ruína económica do País, provocam a deterioração da economia nacional, agravam nos planos e na prática política a nossa dependência face aos interesses do capital estrangeiro e do imperialismo.

A política da «banha de cobra» de Cavaco e Silva, no anterior governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, para caçar votos nas eleições de 80, revela agora a sua verdadeira face na «gestão» financeira de Morais Leitão no actual Governo AD/Balsemão, do PPD e do CDS.

O défice da balança de transacções correntes que Cavaco e Silva garantiu ficar nos limites dos 800 milhões de dólares (16 milhões de contos) em 1980, já vai contabilizado em mais de 1 bilião e 400 mil dólares (vinte milhões de contos) no fecho das contas do ano passado, segundo a própria confissão de Morais Leitão e ainda sem se ter chegado a números definitivos.

Os novos dados corrigidos das Grandes Opções do Plano, comunicadas pelo secretário de Estado do Planeamento ao Conselho Nacional do Plano, elevam de uma assentada o défice previsto para 1981 de 1 bilião e 200 milhões de dólares (24 milhões de contos) para 1 bilião e 700 milhões (34 milhões de contos), ao passo que o défice anteriormente previsto de 133 milhões de contos da Balança Comercial, se prevê agora que venha a atingir 156 milhões de contos no decurso deste ano.

A Dívida Pública por seu lado, que vai pesar duramente sobre as gerações vindouras dos portugueses, ultrapassa já os 500 milhões de contos e a tendência é ainda para aumentar.

Também neste domínio a ficção e a realidade aparecem com clareza aos olhos do Povo português, o lardo da crise económica pesa cada vez mais sobre o dorso dos portugueses.

UM factor determinante do agravamento da crise é a política de submissão dos governos AD, do PPD e do CDS, levada à sua expressão mais servil pelo Governo Balsemão, aos interesses económicos das multinacionais e aos objectivos estratégicos do imperialismo e do Pentágono.

Os contornos já conhecidos da operação CEE vieram adensar as nuvens negras que ameaçam a economia nacional sob a égide dos governos da recuperação capitalista desde 1976 e do seu servilismo relativamente ao capital estrangeiro.

O ministro do Trabalho, o «ugelista» Nascimento Rodrigues, confessa que a adesão e integração de Portugal na CEE «é fundamentalmente política».

Curiosamente o ministro define como aspecto político relevante o «reforço da vivência democrática da sociedade portuguesa»; controla, no aspecto económico, uma ficção de competitividade das empresas portuguesas no seio da CEE, de mais elevado nível de emprego e de salários remuneradores para os trabalhadores portugueses, e, no aspecto social, do maior democratização nas relações do trabalho. Pura e simplesmente «blat».

Para o ministro Álvaro Barreto, a adesão — que é cada vez mais um voo de fantasia dos barões da AD — significará politicamente um «reencontro com a Europa» (com a Europa dos monopólios, evidentemente) e, no plano económico a abertura de um mercado de 280 milhões de consumidores para a nossa produção agrícola e industrial, enquanto, que no plano social, as benesses serão, para os nossos emigrantes nos países da CEE, o «estatuto de trabalhador europeu» — de que aliás já dispõem naqueles países.

Para o sr. Vasco de Melo, o patrão Melo da CIP, Portugal já está na «Europa» pelo comércio externo e pelos emigrantes, e, como nos velhos tempos do fascismo, recusando qualquer hipótese de autarcia da economia portuguesa, uma utopia que nin-

## Nacional

# O 7.º aniversário das relações diplomáticas Portugal-URSS

## Protocolo comercial assinado em Lisboa

Realizou-se há dias na sede nacional da Associação Portugal-URSS uma sessão comemorativa do sétimo aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a URSS. Na mesa encontravam-se, para além do Embaixador daquele país em Lisboa, Dr. A. Kalinine, o Juiz Conselheiro Aquilino Ribeiro, do Conselho da Presidência da Associação, o Dr. Joaquim Seabra Dinis, do Conselho Directivo e director da Revista Paz e Amizade, o Dr. Levy Baptista também do Conselho Directivo e ainda A. M. Dorez, vice-presidente que presidiu.

Entre a numerosa assistência, que enchia o salão, estavam os embaixadores da Hungria e da Polónia, representantes diplomáticos da Bulgária, República Popular de Angola, Checoslováquia e República Democrática Alemã; Dias Lourenço, da Comissão Política do CC do PCP; Dr. Abel Delgado, Blasco Hugo Fernandes, Francisco Miguel, os três últimos, membros dos corpos gerentes da Associação, entre outras personalidades.

O Dr. Levy Baptista, que falou em nome da Associação, destacou o significado da data, as perspectivas então abertas à amizade e colaboração entre os dois Estados e povos, as actuais dificuldades (que desalojou «passageiras») postas pelos executivos portugueses à plena concretização dessa colaboração, destacando ainda

temas de reflexão na secção «a criança na família». Na secção «a criança na escola», a educação infantil, ensino primário, o ensino unificado, o custo do material escolar, a ocupação dos tempos livres e as perspectivas profissionais, ocuparam os trabalhos.

A delinquência, o trabalho infantil, zonas degradadas, transportes, ambiente social, foram temas para a secção «a criança na sociedade».

Em todas as secções foi dedicada especial atenção às crianças deficientes neste AID.

## Várias frentes

No Movimento Sindical Unitário, cujo reforço se tem caracterizado ultimamente por algumas fusões sindicais e pela criação de estruturas intermédias da CGTP-ILN, designadamente em importantes sectores de actividade (Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabaco, que abraça 26 associações sindicais e Federação do Sindicato do Sector das Pescas, constituída no último domingo em Peniche), as preocupações dominantes e a direcção das lutas encaminham-se no sentido do reforço da organização sindical nas empresas, a satisfação das reivindicações salariais, da defesa dos direitos e liberdades contra a repressão patronal, recusa dos contratos a prazo, pela contratação colectiva, cujo período de revisão se aproxima para centenas de milhares de trabalhadores. A nível de empresa e de sector, são de destacar entre muitas outras e entre as mais recentes, as da Setenve, Companhia do Cobre, várias lutas em defesa dos postos de trabalho e da própria viabilidade das empresas, a situação no arresto costeiro próxima da greve, na Indústria naval, na Torralta, Cabos Avila, Siderurgia, Sonutree («desumanas condições de trabalho») e Valarte (cerâmica) ambas da Nazaré.

### Declaração do Embaixador da URSS

Entretanto, o Embaixador da URSS no nosso país, Arnold Kalinine, divulgou a seguinte declaração:

(...) A Revolução de 25 de Abril de 1974 abriu amplas possibilidades ao desenvolvimento das relações soviético-portuguesas em todos os seus aspectos, sobre a base da igualdade de direitos, do respeito pela soberania, da não ingerência nos assuntos internos e da vantagem mútua. Estes princípios, que a URSS observa permanentemente, foram estabelecidos em muitos documentos soviético-portugueses, adoptados em consequência das relações estabelecidas a nível estadual. Estes princípios foram concretizados nos acordos mútuos de cooperação em vários campos, já concluídos. Estes princípios são aplicados consequentemente por nós, na prática do dia-a-dia das relações soviético-portuguesas.

Continuaremos a agir no sentido de construir e desenvolver os contactos, as relações, e toda a cooperação possível com Portugal na base desses princípios, que correspondem inteiramente aos interesses dos povos de ambos os países, aos interesses do fortalecimento da paz, da segurança e da cooperação na Europa e em todo o mundo.

Desejamos que as relações entre os nossos povos e países sejam cada vez mais ricas e frutuosas, que nos conheçamos e compreendamos melhor.

Neste plano, a Associação Portugal-URSS e a Associação URSS-Portugal desempenham um importante papel. Elas

guém aliás, defende, afirma que só pela intensificação do comércio externo com a CEE se encontrará «a única via realista de desenvolvimento da economia portuguesa».

De passagem Vasco de Melo e Alvaro Barreto falam nas dificuldades do nosso comércio de exportação de produtos «protégidos» por cada um dos países da CEE (os têxteis, o calçado, os vinhos, o vestuário, o mobiliário e os produtos de madeira, o concentrado de tomate e ainda outras indústrias agro-alimentares, os componentes para as indústrias automóvel e electrónica, o papel, as artes gráficas, etc.). Mas passam à frente como se isto nada fosse.

O ministro Alvaro Barreto ainda fala de uma inevitável «aflixia de alguns sectores» da nossa economia, mas nenhum destes respeitáveis barões da AD e da direita refere o agravamento da crise económica dos países da CEE, o aumento do desemprego que no seio da comunidade já sobe a mais de 18 milhões de desempregados, o acirramento das contradições de interesses dos países mais desenvolvidos entre si e entre estes e os menos desenvolvidos, nenhum fala da trituração da nossa economia pela engrenagem das grandes multinacionais.

Nenhum deles cita o agravamento da situação económica da Grécia já depois da integração e, naturalmente, fazem o mais completo silêncio sobre a impossibilidade de passar no patamar da CEE do Portugal da Reforma Agrária, das nacionalizações, do controlo de gestão, das liberdades e direitos democráticos dos trabalhadores portugueses consagrados na Constituição, da lei democrática fundamental que os barões da AD querem reduzir a fânico.

NO plano da submissão aos objectivos estratégicos do imperialismo e do Pentágono o governo AD/Balsemão do PPD e do CDS amarram cada vez mais Portugal ao carro de guerra dos Estados Unidos.

O Governo português negocia o alargamento da concessão de novas bases aos militaristas dos Estados Unidos e da NATO.

O Governo AD/Balsemão não só aceita a instrução dos serviços de informação portugueses por agentes da CIA como aceitou, na reunião de Roma, o aumento de três por cento em termos reais da nossa contribuição financeira para a NATO.

A instalação de mísseis nucleares em Portugal não teve até agora qualquer desmentido válido do Governo AD/Balsemão; a administração Reagan dita de facto a sua política e a sua vontade aos governos da Europa capitalista e manifestamente a política externa do Governo português.

A defesa da independência nacional nas nossas relações externas, que por vezes enche a boca dos governantes AD, é uma outra ficção desmentida pela dependência real da nossa política aos interesses e objectivos do imperialismo.

Em estreita relação com o agravamento da crise e com a sua base social e política notavelmente enfraquecida, o Governo AD/Balsemão, o PPD e o CDS e a maioria parlamentar AD, intensificam a guerrilha institucional, entram abertamente na provocação contra o Presidente da República e o CR, aceleram preparativos para a revisão inconstitucional da Constituição e a aprovação pela AR de leis anticonstitucionais.

E uma política de desespero de causa que preludia a derrota definitiva do plano subversivo da AD. Essa derrota está nas mãos do Povo português.

Por termo a esta política está ao alcance das forças democráticas, do movimento operário e popular. O Governo AD/Balsemão e qualquer outro eventual governo AD podem e devem ser substituídos fazendo funcionar os mecanismos institucionais, incluindo, se necessário, o recurso a eleições antecipadas.

Travar a ruína política de integração na CEE, levar a todo o povo a batalha em defesa da Constituição, contra a sua revisão inconstitucional, tomar audaciosamente a iniciativa política, preparar activamente uma viragem democrática de Governo e de política, intensificar o combate em todas as frentes pela elevação das condições de vida do povo trabalhador e pela solução dos problemas nacionais, são tarefas inadiáveis das forças democráticas portuguesas.

As forças democráticas unidas são mais fortes.

O Governo AD/Balsemão pode ser derrotado. Um novo governo e uma nova política tornam-se uma exigência nacional e popular. Uma alternativa democrática acabará por impor-se pela luta conjugada de todos os democratas e patriotas.

desenvolvem um grande trabalho orientado para o conhecimento da vida dos povos soviético e português, da sua história e das suas realizações em diversos domínios. Exposições, conferências, publicações e encontros, cinema, turismo, visitas de artistas, testemunham eloquentemente — mesmo num breve apanhado como este — a grande e valiosa actividade dessas Associações.

Gostaria de salientar, em particular, os Dias da URSS em Portugal e os Dias de Portugal na União Soviética, que se realizam anualmente e já se converteram numa tradição.

Estamos profundamente reconhecidos a todos os amigos da URSS, a todos os portugueses que compreendem o significado do desenvolvimento de relações de amizade entre os nossos povos e Estados. Agradecemos cordialmente a todos os quantos aspiram a conhecer a verdade sobre o país dos soviéticos, o seu trabalho de transformação criadora, a sua política de paz, orientada para a irradiação da guerra da vida da Humanidade, pelo desarmamento e para o desenvolvimento de relações pacíficas entre todos os povos.

O nosso trabalho convosco permite conhecemo-nos mais e melhor e contribui para o fortalecimento da confiança mútua entre os nossos povos. Todos compreendem quão importante é essa confiança nas relações entre os Estados. Ela é especialmente importante nos tempos actuais, em que a desenfreada corrida aos armamentos, desenvolvida pelos meios imperialistas, as suas tentativas de se ingerirem nos assuntos internos de outros países e de pararem o progresso

social agravam seriamente a situação internacional e empurram o mundo para a beira da guerra.

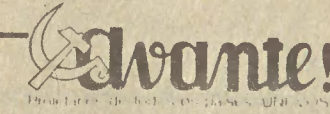
A União Soviética considera que a sua tarefa mais importante nos assuntos internacionais é impedir um tal desenvolvimento perigoso, é defender a fortalecer a paz. O conjunto das novas iniciativas em política externa apresentadas recentemente no XXVI Congresso do PCUS estão orientadas para o saneamento da situação no mundo. A URSS agirá persistentemente no sentido da sua realização. Nós lutaremos consequentemente pela manutenção e fortalecimento do desanuviamento, de tudo quanto de válido e útil foi alcançado nas relações internacionais, em muitos anos de trabalho tenaz e paciente, e que constitui um mérito, em primeiro lugar, dos países socialistas.

### Protocolo comercial assinado em Lisboa

Construção e reparação naval, têxteis, cortiça e vinho — estes os principais serviços e produtos portugueses que poderão expandir-se de forma significativa no quadro das relações comerciais luso-soviéticas.

A conclusão retira-se das informações prestadas à Comunicação Social após os trabalhos da Comissão Mista Luso-Soviética, que decorreram recentemente em Lisboa, e que terminaram com a aprovação de um protocolo que prevê um considerável aumento do valor global das exportações portuguesas para a URSS.

A delegação soviética que se deslocou a Lisboa era chefiada pelo vice-ministro do Comércio Externo da URSS, Alexei Manjui.



### O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes - 1695-Lisboa CODEX Tel. 765345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º - 1000 Lisboa Tel. 769 744/769 751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX Tel. 769 725/769 722

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º - 1000 Lisboa Tel. 779829/779825

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-Cv - 1000 Lisboa Tel. 769 705 / Abrangem dos distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 372238

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda 57B - 4000 Porto Tel. 28936

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto Tel. 310441

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedrúlia - 3000 Coimbra Tel. 31286

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000 Lisboa Tel. 779828

### PUBLICIDADE CENTRAL:

Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa Tel. 776936/776950, Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto Tel. 361067

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora Tel. 360044

Composto e Impresso na Heika Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora

Tragem média do mês de Maio: 60575

## Terra

# «Promessas de emergência» não enganam os agricultores

## • O movimento camponês alarga-se e reforça-se

— Assim não! Aumentos não! e esta a reclamação dos agricultores portugueses, de Norte a Sul do País, expressando o sentir do seu descontentamento num movimento crescente de vigoroso protesto. Um protesto cujas raízes profundas se encontram no avolumar das dificuldades a que se juntou, recentemente, o conjunto de medidas decretadas pelo governo que, ao invés de resolver, antes agravou os problemas, levando à ruína e a uma vida de miséria milhares de agricultores.

Um protesto contra o brutal aumento dos preços dos adubos, dos pesticidas, do gasóleo, das sementes, das rações e de outros produtos indispensáveis. E tudo isto enquanto sobem no consumidor os preços do leite, da carne, do queijo, do pão, etc, e se mantêm os mesmos preços à produção.

Por todas estas razões, entre outras, são pois justas as reivindicações que estão na origem desta grande movimentação.

A lavoura quer ver as suas reclamações atendidas: aumento dos preços à produção das carnes do suíno e bovino, do leite, do vinho, etc; desburocratização do crédito; pagamento das indemnizações pela queima das geadas; subsídios adequados para o gasóleo; melhor escoamento dos produtos.

Desde sempre sacrificados e desprotegidos, fartos de promessas não cumpridas, os agricultores querem ver melhor as condições de vida nos campos.

Daí as jornadas de reclamação da lavoura que se têm vindo a realizar e se estendem a vastas regiões do País. Uma delas, é a que decorre actualmente no âmbito de uma campanha a favor dos produtores de carne e leite do Baixo Mondego. Promovida por Ligas e Unões de Agricultores da região, estão marcadas concentrações para hoje, dia 12, em Condeixa, dia 15 em Tocha (concelho de Cantanhede), dias 17 e 19 em Maiorca e Paão (concelho da Figueira da Foz) respectivamente, dia 20

em Cantanhede e dia 22 em Soure. Todas estas acções decorrerão em dias de feira e mercado e têm como objectivo exigir o aumento para 18 escudos do preço do leite ao produtor e prontidão no seu pagamento; aumento do preço da carne ao produtor e descida no preço das rações.

### Encontro em Portalegre

Também os pequenos e médios agricultores de Portalegre se reunirão amanhã, sábado, às 10 horas, no salão do Magistério Primário desta cidade. Este encontro, promovido pelo Secretariado das Ligas e Cooperativas de Pequenos e Médios Agricultores do Distrito de Portalegre, tem por fim discutir os problemas ligados ao escoamento de produtos (cereais, carne, batatas, etc.), os preços a pagar à produção (carne, leite, cereais), e os preços dos factores de produção (farinhas, adubos, pesticidas e outros).

### Reclamadas medidas de apoio

Entretanto, cerca de 400 agricultores do distrito de Setúbal, concentraram-se no passado dia 8, em protesto contra o agravamento das condições de vida dos pequenos e médios agricultores, reclamando do governo medidas concretas de apoio.

No decorrer da concentração vários agricultores relataram as suas experiências e problemas intervindo também o agricultor Joaquim Casimiro, dirigente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Uma delegação foi recebida no governo Civil onde expôs as suas reclamações e onde entregou uma cópia para ser enviada ao Primeiro-Ministro. O governador prontificou-se a entregá-la pessoalmente em Lisboa, confirmando isso mesmo, no local da concentração, na presença de todos os agricultores e comprometendo-se igualmente a informar dos resultados no prazo de 15 dias. Caso não haja qualquer resposta dentro desse prazo as organizações da lavoura deixaram bem vinculada a sua disposição de discutir e encetar novas formas de luta.

### «Promessas de emergência»

Também em Silves, no passado domingo, dia 7, se realizou um encontro de agricultores do concelho. Contando com a participação de cerca de uma centena, foi aprovado no final um documento a ser enviado aos órgãos de comunicação social e aos órgãos de soberania.

Nele se refere o «gravíssimo ano agrícola que o País atravessa, motivado quer pelos aumentos brutais dos preços dos factores de produção quer por factores climáticos, nos quais avulta uma seca como já não se via há 50 anos».

Saltitando para o propósito que «as tão apregoadas medidas de emergência anunciadas pelo governo não passaram de promessas de emergência», os agricultores de Silves acusam o governo de ser responsável por esta situação de crise e apresentaram um conjunto de reivindicações e reclamações.

De entre elas contam-se:

• «A imediata concessão de subsídios para fazer frente aos elevados prejuízos causados pela seca e que no Algarve atingem particularmente a zona da

Serra, a mais pobre do distrito, traduzindo-se em situação de verdadeira miséria para os agricultores da região;

• Baixa de preços das rações, adubos e outros produtos indispensáveis para a lavoura;

• Intervenção da Junta Nacional de Produtos Pecuários para rápido escoamento do gado, fixando-se preços de venda no produtor de 250\$00 o quilo para o gado bovino e 120\$00 o quilo para o suíno. Alargamento da intervenção da JNPP ao gado ovino e caprino, assim como a aves e ovos, na base de preços compensadores para a produção;

• Intervenção da Junta Nacional das Frutas para rapidamente assegurar a venda da alfarroba e da amêndoa, há muito armazenada e actualmente a ser vendida a preços de ruína;

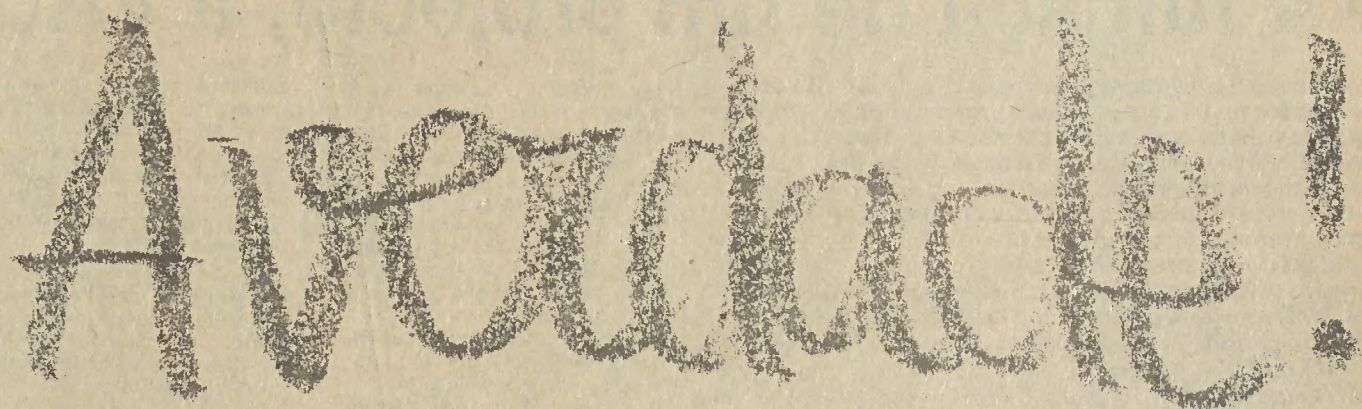
• Concessão de subsídio para gasóleo de 9\$50 aos agricultores e cooperativas, pago directamente ao produtor de modo a que o mesmo não seja aproveitado, como até aqui tem acontecido, por quem nada ou pouco tem a ver com a agricultura;

• Garantir, quer através de cooperativas, quer através da acção do Governo, o rápido escoamento da produção agrícola;

• Criação de um verdadeiro seguro agro-pecuário, que abranja prejuízos causados com o gado, seca, geadas e cheias.

Depois de realisar «a sua total solidariedade para com a luta de todos os agricultores do Norte e Centro do País» e de exprimir o seu «mais vivo repúdio perante a forma brutal e desumana como os agricultores foram tratados em Pombal pela GNR», o documento aprovado na concentração pelos agricultores sublinha a concluir, a sua decisão de «apresentar ao Governo e Câmara Municipal, departamentos regionais de agricultura e outras entidades, as reclamações e protestos aprovados, independentemente de outras formas de luta que os agricultores venham a considerar como úteis à defesa dos seus direitos».

# Reforma Agrária



A realização da 5.ª Conferência da Reforma Agrária, tanto pela ampla actividade preparatória (estudo profundo e rigoroso através de inquéritos a 388 UCP's e Cooperativas), quer pela forma rica e participada como decorreram os trabalhos, quer ainda pela grandiosa manifestação de solidariedade que suscitou, constitui a mais viva expressão da importância e significado desta conquista de Abril e da vontade e determinação dos trabalhadores em a defender.

Com veemência, foi denunciada na tribuna da Conferência a estratégia política antipopular e antinacional, iniciada com o 1.º governo de Mário Soares e prosseguida por Pinto Balsemão que visa entre outras coisas a destruição da Reforma Agrária.

Os trabalhadores condenaram a criminoso ofensiva que se tem desenvolvido em várias frentes desde o roubo de terras, gados, máquinas e alfaias, ao bloqueio à gestão à política de comercialização e preços imposta pelo governo, indo até à violenta repressão sobre homens e mulheres e jovens.

Mas a 5.ª Conferência demonstrou, sobretudo, a vitalidade da Reforma Agrária, a disposição firme e corajosa dos trabalhadores lutarem pela sua defesa, aumentarem a produção e contribuírem para o desenvolvimento económico do país.

Os dados que aqui deixamos, um breve resumo das conclusões saídas da 5.ª Conferência, atestam bem esta realidade.

O balanço da 5.ª Conferência da Reforma Agrária mostra claramente que a actividade produtiva das UCP's/Cooperativas foi completamente condicionada pela ofensiva que as forças reaccionárias desencadearam contra a Reforma Agrária e que os governos da AD têm agravado com extrema violência.

## ÁREAS ROUBADAS

O esbulho dos meios de produção dos colectivos de trabalhadores atingiam em 31 de Dezembro de 1980 valores extremamente elevados, estimando-se em 12,5 milhões de contos o montante dos roubos que têm sido praticados às Cooperativas da Reforma Agrária, sob a capa da entrega de reservas. Até àquela altura já tinham sido destruídas completamente 111 UCP's/Cooperativas e retirados à Reforma Agrária cerca de 570 000 ha, dos quais perto de 50% eram terras de montado e 34% sequeiro fértil. Os agrários levaram cerca de 85% das terras retiradas, ou seja a parte de leão da área retirada, enquanto que aos pequenos e médios agricultores não lhes foi dado mais do que uns míseros 6%. O regabofe da política de reservas do MAP está bem patente nos 44 000 ha de terras que foram dados a barbeiros, padeiros, taberneiros, sapateiros, enfim, indivíduos cuja profissão nada tem a ver com a agricultura.

## ROUBOS DE GADO, MÁQUINAS E ALFAIAS

Desde 1979 e até final do ano passado tinham sido roubados perto de 215 000 cabeças de gado e mais de 11 000 máquinas e alfaias.

## DESTRUIÇÃO DE EMPREGOS

No campo do emprego o resultado desta política de destruição foi que até 31 de Dezembro de 1980 terem sido lançados no desemprego perto de 46 000 trabalhadores.

Mesmo assim, os trabalhadores da Reforma Agrária continuaram o esforço no domínio da produção.

## ÁREAS SEMEADAS

As áreas totais semeadas nas UCP's/Cooperativas são as maiores de sempre, tendo a taxa de ocupação cultural atingido em 1979/80 os 35,6% contra os 8% do tempo dos agrários. Dos 315 500 já semeados, 255 000 foram cultivados em sequeiro, 22 000 em regadio e 38 500 ha foram dedicados a forragens.

## PRODUÇÃO COLHIDA

Porém, a AD para além das terras entregues aos agrários as searas semeadas pelos trabalhadores, os gados, as máquinas, os melhoramentos fundiários e as construções das UCP's/Cooperativas. Como resultado desta política de verdadeiro saque, dos 315 500 ha semeados, apenas foram colhidos 199 500 ha, ou seja os agrários ficaram com 37% da área cultivada nas UCP's/Cooperativas.

Tal facto teve grandes reflexos na produção colhida pelos colectivos de trabalhadores. Com efeito, das 231 000 toneladas de cereais produzidos na Reforma Agrária, só 146 000 foram colhidas nas UCP's/Cooperativas, tendo sido entregues aos agrários perto de 85 000 toneladas.

Factos idênticos sucederam com outras produções das UCP's. Nas oleaginosas, os agrários ficaram com 2700 toneladas num total de 7000 toneladas produzidas, no arroz os trabalhadores só colheram 29 600 toneladas das 47 500 que produziram, e no tomate apenas foram colhidas 80 400 toneladas das 133 000 produzidas.

## A REFORMA AGRÁRIA NA PRODUÇÃO NACIONAL

A título de exemplo bem elucidativo da importância da Reforma Agrária no contexto da produção nacional de produtos estratégicos, registre-se que a Reforma Agrária contribuiu com 45% da produção nacional de cereais e 21% da produção nacional de oleaginosas.

## PRODUÇÃO PECUÁRIA

No capítulo da produção pecuária, as UCP's/Cooperativas, apesar dos roubos de gados a que estão sistematicamente sujeitas, apresenta um efectivo pecuário que é superior em 28% ao existente no tempo dos agrários e isto numa área de cerca de metade daquela a que o efectivo pecuário dos agrários estava calculado. Por outras palavras: enquanto que os agrários por cada 100 ha tinham 8 cabeças normais, nas UCP's/Cooperativas em 1980 por cada 100 ha havia 18 cabeças normais.

Isto quer dizer que, se não tivesse havido ofensiva as UCP's/Cooperativas poderiam ter hoje um efectivo da ordem das 209 000 cabeças normais correspondentes a mais de 158% do existente no tempo dos agrários.

## PRODUÇÃO FLORESTAL

Quanto à produção florestal, o agravamento continuado da ofensiva que a reacção tem desencadeado neste sector leva a que as UCP's/Cooperativas já tenham sido despojadas de 243 000 ha de montado de sobre e/ou azinho, o que vem reduzir a capacidade produtiva

de cortiça da Reforma Agrária em cerca de 66% em relação à capacidade inicial.

Em 1980, com a saída de nova legislação ainda mais lesiva dos interesses dos colectivos de trabalhadores, a situação no que respeita à cortiça agravou-se de tal forma que os trabalhadores foram obrigados a recorrer à greve para defenderem os seus legítimos direitos. As consequências desta greve tiveram reflexos nos volumes de cortiça extraída.

## PRODUTO AGRÍCOLA BRUTO

Esta situação no sector florestal tem implicações muito directas no PAB gerado nas UCP's/Cooperativas. Com efeito, o PAB obtido nas UCP's/Cooperativas cifrou-se em 1980 em 6,2 milhões de contos a preços de 1980. Porém, se contarmos com os frutos pendentes e com a cortiça que seria normalmente extraída, aquele PAB aproximar-se-ia dos 10,4 milhões de contos, isto é: a ofensiva da AD delapidou o PAB das UCP's/Cooperativas em cerca de 4,2 milhões de contos, ou seja perto de 40% do PAB que se estima que fosse gerado na área actual em condições normais.

## OS INVESTIMENTOS

As UCP's/Cooperativas investiram em 1980 perto de 340 000 contos, sendo 130 000 em melhoramentos fundiários, perto de 160 000 em infra-estruturas de apoio à produção e 19 000 em equipamentos sociais. Este montante de investimentos traduz uma descida em relação ao ano passado. O roubo das melhores terras, gados, máquinas, instalações e produtos, as dificuldades e embaraços postos às UCP's/Cooperativas em relação à obtenção de créditos, a ruinosa política de preços, o não pagamento de produtos entregues, o saque dos dinheiros da cortiça, o aumento em flecha dos preços dos factores de produção, bem como todas as outras formas de estrangulamento financeiro que os governos da direita têm imposto às Cooperativas da Reforma Agrária e à agricultura em geral, têm levado a uma situação de retracção do investimento bem patente nos números apresentados.

Registemos outros 2 aspectos do Balanço que é representado nesta Conferência: a situação do parque de máquinas e da força de trabalho nas UCP's/Cooperativas.

## PARQUE DE MÁQUINAS

Quanto ao parque de máquinas podemos afirmar que o roubo total praticado pelos governos de direita se cifra em 1810 tractores, 1450 máquinas de colheita, 1100 reboques, 120 camiões, 1290 motores de rega e 5520 alfaias e maquinaria diversa. Contudo, enquanto que no tempo dos agrários, por cada 1000 ha existiam 2,3 tractores, em 1980 nas UCP's/Cooperativas para os mesmo 1000 ha existiam 4,9 tractores, isto é, o dobro.

Por outro lado, enquanto que no tempo dos agrários 1 tractor trabalhava 35,7 ha de terra cultivada, em 1980 nas UCP's/Cooperativas 1 tractor trabalha 114,7 ha de terra cultivada ou seja, nas Cooperativas da Reforma Agrária cada tractor executa em média o triplo do trabalho do que era executado no tempo dos agrários.

## O DESEMPREGO

No que respeita à força do trabalho dos 71 900 trabalhadores que em 1976 obtinham emprego nas UCP's/Cooperativas, restam 26 000 em 1980, ou seja, em 4 anos a ofensiva destruiu perto de 46 000 postos de trabalho nos campos do Sul do País.

As consequências desta política já se fazem sentir: a miséria e o desemprego regressaram aos campos do Alentejo e Ribatejo.

Realce-se, no entanto, que enquanto que no tempo dos agrários por cada 100 ha havia 1,9 trabalhadores, em finais de 1980 nas UCP's/Cooperativas em cada 100 ha trabalham 4,9 trabalhadores, ou seja, mais de o dobro do tempo dos agrários.

## A SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Para finalizar, registre-se que dos apuramentos feitos às contabilidades relativas a 1979, conclui-se que nas UCP's/Cooperativas continuam a crescer as produtividades da terra e do trabalho.

Por outro lado e a exemplo do que já vinha acontecendo desde 1979, a capacidade de autofinanciamento é superior ao investimento, o que atesta o clima de insegurança e incerteza e mesmo de bloqueio, directo ao investimento criado nas UCP's/Cooperativas pela ofensiva lançada pelas forças reaccionárias.

Em 1979 a evolução do património das Cooperativas orientou-se pois no sentido da criação de excedentes de disponibilidades, fraco nível de investimentos e reforço dos capitais próprios.

A relativa melhoria das estruturas financeiras das UCP's não resulta pois de acções programadas — tantas vezes reivindicadas pelos trabalhadores — mas sim de uma ofensiva imposta que contraria o desenvolvimento daquelas unidades produtivas.

Porém, não nos podemos iludir com estes indicadores de 1979. Dada a violência do ataque operado pela reacção durante 1980, a situação económico-financeira é hoje bem diferente e muito preocupante dado que os roubos praticados no património das UCP's/Cooperativas provocaram uma verdadeira sangria dos meios de produção.

## Nacional

# O Governo «AD»/Balsemão acha bem o que se passou na Luz...

1. O comunicado ontem divulgado pelo Ministério da Administração Interna considerando «correcta e ajustada» a actuação da Polícia de Intervenção no Estádio da Luz em 24 de Maio, constitui um revoltante modelo de hipocrisia e falsificação digno das notas oficiais com que as autoridades fascistas davam sistemática cobertura e justificação às violências e brutalidades das forças repressivas.

2. Com este comunicado do Ministério da Administração Interna que subscrive integralmente a versão e as conclusões apresentadas pelo Comandante-Geral da PSP (nomeado, como é sabido, pelo Governo «AD»), fica completamente claro perante a opinião pública que é todo o Governo da «AD» e o seu Primeiro-Ministro que se assumem como responsáveis políticos pelas agressões e violências praticadas contra os adeptos do Benfica e como autores de novos actos de agressão e brutalidade.

3. O comunicado do MAI confirma assim inteiramente a razão que assistia ao PCP quando desde logo sublinhou que a fúria, o desvario e a brutalidade da actuação da Polícia de Intervenção no Estádio da Luz não podia ser separada dos métodos autoritários, prepotentes e repressivos a que o Governo «AD»/Balsemão recorre crescentemente como forma de impor uma política que se defronta com o descontentamento, a resistência, o protesto e a luta do povo português.

4. A versão que o Governo «AD»/Pinto Balsemão vem agora patrocinar afronta escandalosamente o testemunho directo de dezenas de milhares de cidadãos que presenciaram a actuação brutal da Polícia que suscitou,

aliás, protestos e críticas mesmo de personalidades políticas e de profissionais da informação que são reconhecidamente insuspeitos de qualquer má vontade contra o Governo «AD». Muitos cidadãos compreenderão agora melhor que era exactamente para poder fabricar semelhantes deformações dos factos e para transformar os carrascos em vítimas que a maioria da «AD» na AR se opôs ao inquérito parlamentar justamente reclamado pelos partidos democráticos.

5. Os sorrisos e banalidades que o Primeiro-Ministro distribui insistentemente através da RTP/«AD» cada vez conseguem mascarar menos as desastrosas consequências da política do seu Governo e os seus métodos repressivos e arbitrários.

E porque o agravamento dos problemas nacionais e das condições de vida é tão largamente sentido, é porque a insatisfação e o descontentamento popular assumem uma enorme amplitude, que o Governo, já não confiando nas possibilidades da demagogia, procura cada vez mais jogar a carta da intimidação e da repressão.

Tais métodos, longe de fortalecerem o Governo ou de comprovarem a sua força e autoridade política, são um sinal da sua fraqueza, insegurança e isolamento. A vontade do povo português e a vitalidade do regime democrático são bastantes para, fazendo frente às acções repressivas do Governo, derrotar a sua política, assegurar o triunfo dos direitos dos cidadãos sobre a prepotência e a violência, libertar Portugal de um Governo incapaz, autoritário e voltado para o regresso ao passado.

6 de Junho de 1981.

# ...e pede mais dinheiro emprestado

1. Com a pompa e solenidade que os credores não dispensam e o Governo «AD» julga apropriadas, consumou-se no passado dia 2, com a assinatura de um novo empréstimo de 31 milhões de contos, mais um passo no caminho do crescente e perigoso endividamento externo do País.

2. O Ministro das Finanças do Governo «AD»/Balsemão bem pode tentar averbar a obtenção deste empréstimo na conta de pretensos êxitos do seu Governo. A verdade, porém, é que tal empréstimo e mais ainda o caminho ruinoso que simboliza não podem deixar de constituir um fundado motivo de inquietação para todos os cidadãos que se preocupam com os problemas nacionais.

3. Com efeito, entre outros aspectos, a evolução da dívida externa de Portugal (em 1976-91,2 milhões de contos; 1977-176,4; 1978-249,4; 1979-327,7 e, em 1980, cerca de 480 milhões de contos) fala por si só o suficiente sobre os resultados desastrosos de uma política económica e financeira, desde sempre apoiada pelo PSD e CDS, que, incapaz de fazer frente aos problemas fulcrais da situação económica, lança sucessivamente mão dos empréstimos externos para cobrir os défices da economia nacional.

4. Desde 1976 que os responsáveis governamentais pela celebração de empréstimos sempre proclamaram invariavelmente que os mesmos visavam financiar investimentos produtivos capazes de promover a recuperação económica e o desenvolvimento de tal forma a que, mais à frente, o País se pudesse libertar da espiral do endividamento externo. No entanto, os resultados estão à vista: a política de recuperação capitalista mostrou-se incapaz de promover o aumento da produção, a modernização do aparelho produtivo, o pleno aproveitamento das riquezas e potencialidades nacionais. Todos os problemas de fundo se agravaram e, em contrapartida, a dívida externa foi aumentando vertiginosamente, com o crescimento constante dos encargos anuais com juros e amortizações.

5. Agora também o actual Ministro das Finanças repete que o novo empréstimo não se destina a cobrir défices mas a financiar investimentos produtivos. Trata-se de uma afirmação meramente propagandística que não merece nenhum crédito, tendo em conta designadamente que, como resultado da desastrosa política do governo Sá Carneiro/F. Amaral, o défice da balança de transacções correntes passou de 3,4 milhões de dólares em 1979 para 1400 milhões de dólares em 1980, prevendo mesmo o Governo Balsemão que tal défice poderá vir a atingir proporções incompressíveis. Acresce ainda que o recente anúncio do lançamento de um empréstimo interno de 10 milhões de contos destinado expressamente a financiar a dívida externa é, por outro lado, a confirmação de que o País se enreda crescentemente no abismo do endividamento com a criação de novas dívidas para pagar velhas dívidas.

6. A solução dos problemas fundamentais da economia portuguesa, a recuperação económica e o desenvolvimento nacional só são possíveis com uma política firmemente inspirada pelos interesses nacionais, baseada no respeito pelas transformações estruturais realizadas depois do 25 de Abril e na dinamização e modernização do aparelho produtivo, no aproveitamento dos recursos nacionais e contando com o apoio e a participação criadora dos trabalhadores.

O Governo «AD»/Balsemão, inspirado pelo objectivo supremo da restauração do poder do grande capital e dos latifundiários, voltado para o reforço brutal da exploração dos trabalhadores, caracterizado pela hostilidade contra os trabalhadores e as outras camadas laboriosas, apostado na destruição das nacionalizações e da Reforma Agrária, só pode conduzir ao descabro, a manutenção do atraso, ao agravamento de todos os problemas nacionais.

5 de Junho de 1981

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

## Assembleia da República

# Entre bombas de provocações e a fumaça de um projecto, a «AD» continua a arder

Numa semana com quase todos os dias preenchidos com declarações políticas, projectos e propostas de lei, votos e inquéritos, muito pode acontecer na Assembleia da República. Pode acontecer que uma lei, com o pretexto de combater o terrorismo, seja ela uma lei que o venha a incentivar e a promover, e que se venha a ver condenados como terroristas os que protestam em algum lugar abandonado do Norte do País, contra o próprio abandono, impedindo a circulação de um comboio que lhes queiram tirar. Pode acontecer que finalmente os contratos a prazo sejam postos em questão. A estes dois acontecimentos damos lugar de relevo.

Mas pode acontecer mais. Que seja mais uma vez rejola de uma proposta de inquérito só porque partiu da oposição. Com efeito, foi o que se verificou na passada semana. A UEDS apresentará uma proposta de inquérito parlamentar acerca das carências da rede escolar primária. Pretensão simples: fazer o levantamento global da actuação das Direcções Escolares, dos serviços do MEC, e da Direcção Geral das Construções Escolares do Ministério da Habitação e Obras Públicas no que se refere às carências da rede escolar primária.

Reconhecendo embora tais carências e as dificuldades de um conhecimento mais profundo das mesmas, os partidos da direita disseram não ao inquérito. Porque um inquérito é feio? Numa sessão caracterizada pela rejeição — um voto do PCP e outro da UDP de pesar pela morte do patriota irlandês McCreesh também não foram aprovados, tendo a UDP votado sozinho o seu e o PCP sido acompanhado por todos os partidos da oposição —, as duas propostas de lei sobre a instalação e o estacionamento ou pas-

sagem de armas nucleares em território nacional, da autoria da UEDS e do PS, não haviam de passar.

### Conflito nuclear confusão parlamentar

César Oliveira, da UEDS, não conseguiria fazer valer o projecto do seu partido por si próprio. Não conseguiu fazer dele um verdadeiro protesto contra a ameaça de guerra nuclear. Talvez com esperança que o seu projecto passasse (?), distribuiu espadadeira à esquerda e à direita do mundo. Ou melhor: deu uma no cravo e outra na ferradura, falando dos falções da NATO e dos falções(!) do Pacto de Varsóvia.

Para historiador que pensa ser, é pobre. É esquecer quem primeiro lançou a bomba — não foi inventada, não foi construída, foi lançada sobre milhares e milhares de homens, mulheres e crianças, destruindo duas cidades. A memória de Hiroshima e de Nagasaki não o toca no que tem de exemplar. Para si, o pacto agressivo da NATO, ao qual Portugal fascista aderiu e foi

bem acolhido, é o mesmo que o pacto de defesa dos países socialistas a leste da Europa. Sensível à propaganda dos falções, justifica-se à toa, como se o mundo fosse um galinheiro.

Do PS já se esperava a confusão. O projecto de João Cravinho não foi afinal «apresentado». Alfredo Barroso que, bem junto a Jaime Gama e a José Luis Nunes, falou como um perito da NATO, foi o primeiro a tomar a palavra pelo PS.

Assim, as propostas tiveram votações diferentes. A da UEDS foi, apesar de tudo, apoiada pelo PCP, MDP e UDP. O PS escolheu a abstenção, talvez para se não dividir à frente de todos. A ASDI alinhou com a 'AD' na rejeição. Por sua vez, a proposta do Partido Socialista, subscrita por João Cravinho, a quem a 'AD', alegando a hora

adiantada, não iria permitir que falasse, mereceu os votos contra da AD e do Partido Comunista: tal proposta admitia, no fim de contas, a instalação ou estacionamento de armas nucleares em Portugal se um «tratado de defesa» o previsse...

A nota triste: Ângelo Correia não resistiu a fazer baixa figura, provocando não só os deputados da oposição como também um diplomata soviético que se encontrava na tribuna.

### Afinal o fascismo existiu

Mas aconteceu mais, na Assembleia da República, nesta movimentada semana que finda. Na segunda-feira, o recentemente eleito presidente do grupo parlamentar do PSD, Moura

## Saúde e Sistema Educativo no Porto

«Governo AD — Uma Política Contra a Saúde dos Portugueses» foi tema de uma sessão que decorreu no passado sábado no Instituto de Ciências Biomédicas, na cidade do Porto, com a presença de Zita Seabra e Armando Vidigal, membros do Grupo Parlamentar do PCP.

Neste encontro, os deputados comunistas denunciaram o silêncio do governo perante as 13 grandes questões e 170 requerimentos apresentados pelo PCP, elaborados na base de dados recolhidos nas muitas visitas que os deputados do Grupo Parlamentar do PCP efectuaram, nomeadamente no distrito do Porto.

A filosofia do ministro Carlos Macedo de que «quem quer saúde paga» está a ser posta em prática por este Governo, desprezando o Serviço Nacional de Saúde e criando boas condições aos que fazem da saúde um comércio — sublinhou a dada altura um dos oradores.

Guedes, o homem que fez re-uar nas bancadas, com azedume, o «duro» Amândio de Azevedo, veio dizer ao plenário que o fascismo existiu. Não era novidade. Novidade, sim, era ouvir tal da boca de um deputado 'AD'. Num discurso virado contra o PCP, mas sobretudo contra o que chamou de extrema-direita — estaria a pensar no CDS? —, Moura Guedes quis dizer mais coisas que os restantes deputados não acreditaram. Respeiti uma vez mais que não há crise na 'AD'. Mas fez questão de sublinhar que é o PSD que apoia o Governo, esquecendo-se de mencionar o parceiro atento da aliança.

Terça-feira passada, enquanto a 'AD' continuava a arder a olhos vistos, um momento de certa descontração. Um projecto de prevenção contra o ta-

bagismo deu, em véspera de feriado, para se sorrir no plenário. Apoiado na generalidade pelos deputados, concitando aqui e além algumas críticas, o projecto passou, pretendendo talvez lançar alguma fumaça de boas intenções sobre o que tem sido a actuação dos partidos da direita. Vidigal Amaro, do PCP, manifestando o apoio dos comunistas na generalidade, criticou alguns aspectos do mesmo projecto, nomeadamente no que toca à proibição da venda de tabaco a menores, o que poderá vir a criar um mecanismo de «lei seca», fazendo proliferar a venda clandestina. O deputado comunista manifestou-se favorável aos métodos informativos dos males que tal produto provoca e contra os simples métodos repressivos, que se afiguram pouco exequíveis.

# Uma Lei terrorista

Quem visse o ministro não acreditaria que fosse homem capaz de apadrinhar uma lei daquelas. Na passada segunda-feira, sentado sozinho na bancada do Governo, Meneses Pimentel parecia desculpar-se de trazer à Assembleia uma proposta que seria apelidada por Almeida Santos, do PS, de Lei terrorista. E chegou a dizer o ministro, justificando o vir contrário o que chamou de sua tendência para evitar a sobrecriminalização e o abandonar das suas teses, que se tratava de procurar adaptar as suas concepções teóricas à realidade. Que o fazia com humildade, disse também.

Apesar da humildade da apresentação da proposta de lei sobre o terrorismo, e de vir embrihada nos panos quentes do «respeito pelas liberdades individuais», a recepção foi má, do lado das bancadas da democracia. Lino Lima, que desde logo observou as limitações de tempo impostas à discussão do diploma, perguntaria por que não fez o Governo como outros, noutros países, uma discussão prévia com a oposição numa matéria tão delicada. Jaime Gama, do PS, lembrou que esta questão envolve o problema do reforço das estruturas policiais...

O debate estava aberto, com o ministro na defensiva.

### A praga justificadora

Carlos Brito, que iniciou a sua intervenção deixando claro que quem propõe esta legislação antiterrorista é a mesma AD que apresentou Soares Carneiro como candidato a PR, associado à execução de um plano golpista de revisão da Constituição, a mesma AD que se propõe destruir a Reforma Agrária e se propõe entregar ao grande capital as empresas e sectores nacionalizados, a mesma AD que se propõe limitar os direitos dos trabalhadores e que está a criar no País um clima favorecedor da violência e da arbitrariedade por parte das forças políticas, sendo assim duplamente grave que anuncie a intenção de promover e desenvolver maior violência e repressão oficial, e que iluda e dificulte a prevenção e o eficaz combate do terrorismo real, afirmou.

Esse combate é a nosso ver necessário. O PCP condena firmemente o terrorismo e as actividades terroristas, sejam quais forem as designações, as datas ou as cores sob as quais se acabem.

O PCP — afirmou mais adiante — condena firmemente o terrorismo como arma da contra-revolução; o PCP exige do Governo medidas imediatas contra o terrorismo, de forma a cortar à nascente a tentativa que parece desenvolver-se de radicar actividades terroristas em Portugal.

Carlos Brito denunciou o facto de os governos AD não terem demonstrado vontade política de fazer luz sobre o terrorismo que realmente já existiu em Portugal, como se só agora ele nos ameaçasse, como se fosse uma praga europeia justificadora da cópia mecânica da legislação mais repressiva dos países mais atingidos, a Itália, a Espanha, a RFA, a Grécia.

### O que pode acontecer

A legislação proposta pelo Governo — disse Carlos Brito, depois de ter sumariamente exemplificado o articulado das alterações ao Código Penal — comporta o perigo da repressão generalizada de casos como o do espantamento dos adeptos do Benfca, que o sr. ministro da Administração Interna considera «correcto e normal». As medidas propostas apontam afinal para a repetição de detenções e sujeição a julgamento de cidadãos e dirigentes sindicais e do movimento popular tão inocentes como os dirigentes da Frente Comum da Função Pública levados ao banco dos réus pelo ex-ministro Eusébio.

Por seu lado, Lino Lima, invocando a autoridade das vítimas — os comunistas, mais do que ninguém foram e têm sido vítimas do terrorismo em Portugal, antes e depois do 25 de Abril — manifestou também a oposição do PCP ao terrorismo, mesmo quando vestido de cores de «esquerda».

Mas apontou os perigos da proposta do Governo: No nosso velho Código Penal — exemplificou — pune-se aquele que ocupar coisa imóvel, arrogando-se o domínio ou a posse ou o uso dela, sem que lhe pertençam. Publicado no tempo em que a propriedade e a posse eram direitos intocáveis e sagrados, a lei penal naturalmente punia aqueles que as perturbassem, mas só quando isso fosse acompanhado de «violência ou ameaça para as pessoas». Porque, nos termos da própria Lei Barreto, trabalhadores da Reforma Agrária foram às reservas colher os frutos pendentes que eles mesmo tinham semeado, o Governo AD — este tal qual como o anterior — entenderam que esse crime «cruel e bárbaro» dos trabalhadores alentejanos e ribatejanos que, bem se vê, «violam as prescrições do direito humanitário» devia ser incluído nesta lei antiterrorista e até alargada a sua anterior tipificação.

Basta — disse ainda Lino Lima — que um cidadão sozinho sem qualquer violência ou ameaça «com o propósito de perturbar, embarçar ou interferir na posse ou exploração da coisa» para ser condenado por esta lei e diante da opinião pública como se tivesse praticado actos idênticos aos dos membros das Brigadas Vermelhas que raptaram e assassinaram Aldo Moro...

Para amostra... Mas, à falta de argumentos, de novo funcionou o número. A proposta foi aprovada sem abstenções. AD a favor, todos os outros contra. Uma proposta de resolução que aprova para ratificação a Convenção Europeia para a repressão do terrorismo foi também aprovada. Desta vez a AD contou com os votos favoráveis também do PS e da ASDI. Os outros partidos manifestaram-se contrários.

## Regiões Autónomas

# Madeira: Plano e Orçamento de ideias vagas

O Governo Regional da Madeira apresentou na respectiva Assembleia, cinco meses depois do início do ano, o Plano e Orçamento para 1981.

Como quem cumpre uma mera formalidade, o PPD apresentou um amontoado de ideias vagas, de boas intenções e de generalidades que os seus deputados aprovaram, enquanto o CDS se abstinha e o PS, PCP e UDP votavam contra.

Na intervenção de encerramento do debate o deputado comunista, Mário de Aguiar, afirmou que o Plano é ainda pior que o Programa apresentado em Novembro, pois se este era vago e impreciso, naquele a imprecisão permaneceu, as propostas concretas não existem, as repetições sucedem-se, sem se deixar claro o que se vai fazer no corrente ano.

E o nosso camarada deu exemplos. Se olharmos para o problema da reconversão da vinha — disse — e lermos o Programa, ainda podemos fazer uma ideia vaga do que a Secretaria da Agricultura e Pescas planeia fazer nos próximos 4 anos mas, pelo Plano, ficamos sem qualquer ideia do que deverá ser realizado já este ano. Se

calhar, dada a verba orçamentada para a reconversão, nem se planeia fazer grande coisa...

Por outro lado, referiu, persistem omissões graves no que se refere a sectores tão importantes como o da educação, ignorando-se que o analfabetismo atinge na Região índices elevadíssimos; continua a tentar esconder-se que a colónia persiste em larga escala, não se tomando medidas para a sua extinção; não se dá a menor atenção aos sectores laborais que têm características específicas e exclusivas da Região, como são os operários de vimes e as bordadeiras de casa que não têm qualquer protecção.

O mesmo sucede com os tão propagandeados «parques comerciais» que continuam a não existir e que todos os anos mudam de localização prevista. Como o deputado comunista sublinhou, para evitar este inconveniente desta vez o Governo nem prevê a sua localização.

O Plano é tão vago que não pode deixar de se concluir que as verdadeiras intenções deste Governo, na prática, não são as declarações de boas

intenções que nos fomecem mas sim uma política assente na demagogia, no favoritismo, nas obras de fachada, na ausência total da planificação que, de ano para ano, agravam a situação económica da Região.

A prová-lo, fez notar Mário de Aguiar, está um monstruoso défice, um recurso ao crédito que supera as receitas regionais, um aumento das despesas que quase duplica em relação ao ano passado, um orçamento de quem esbanja dinheiro sem qualquer preocupação com o futuro.

Com a agravante de que aquela avalanche de dinheiros, a serem gastos, pouco resultará em benefício do desenvolvimento da economia regional, como de resto sucedeu nos anos anteriores, uma vez que grande parte dos projectos do Governo têm sido repetidos, alguns desde 1976.

Por tudo isto o PCP se opôs totalmente ao Orçamento e ao Plano, com a certeza — como afirmou o nosso camarada — de que infelizmente o futuro não dará razão. Daí também, concluiu, o nosso frontal repúdio pela actual política governativa.

# Contratos a prazo

# — reino do medo e da exploração vai ser modificado substancialmente?

Os emigrantes que, delegados ao Congresso das Comunidades, visitaram na passada sexta-feira, a Assembleia da República, teriam ficado com uma ideia bastante realista do que é o Parlamento do seu país, das forças que o compõem, de como os partidos e os deputados eleitos pelo Povo português defendem quem os elegeu, em especial a grande maioria da população que são os trabalhadores. Observaram um debate interessante. Tratava-se de discutir e votar dois projectos, um da UEDS e outro do Partido Socialista, sobre os contratos a prazo.

Desde já, o resultado da votação: os projectos passaram, mercê dos votos conjuntos de toda a oposição, menos da UDP que votou contrariamente. A 'AD' absteve-se, mas ameaçou «melhorar» os diplomas na discussão na especialidade; ameaçou mesmo de impedir o projecto se o PS não mostrasse mais realismo. Isto foi o que adiantou Fleming de Oliveira, do PSD, ao mesmo tempo que Cavaleiro Brandão, do CDS, exigia aos sin-

dicatos mais «flexibilidade e realismo» para pagar à 'AD' a sua boa vontade. O certo é que a 'AD' recebeu mostrar a sua cara em público, defendendo um regime de contratos que é um verdadeiro escândalo.

De resto, a 'AD' não poupou ao Partido Socialista o facto de ter sido este o autor do Decreto-Lei 781/76, que regula o regime dos contratos a prazo, publicado pelo governo PS. Mas não conseguiu explicar porque não vo-

tou a favor de projectos que não visam acabar com tal regime, mas apenas reduzir os seus mais nefastos resultados.

No debate entrevistaram os deputados comunistas Jerónimo de Sousa e Odete Santos. Esta última abordaria mais especialmente os aspectos jurídicos do regime dos contratos a prazo e responderia, mais tarde, a algumas perguntas que o «Avante!» lhe colocou em breve entrevista que publicamos. Por seu lado, Jerónimo de Sousa que classificou os contratos a prazo de autêntica praga, deu alguns números exemplificativos, salientando, entretanto, que nenhum departamento governamental, nenhuma organização sindical dispõe de números exactos em consequência das ilegali-

dades e manobras por parte do patronato. Quantos contratos a prazo existirão hoje no nosso país? — perguntou. — 300 mil? 400 mil?

Nos têxteis — continuou o deputado comunista —, em 200 mil, mais de 10 mil trabalhadores são contratados a prazo; na indústria do tomate, em 13 mil trabalhadores, só 2 por cento são trabalhadores permanentes; na indústria da panificação, 40 por cento da mão-de-obra de produção são jovens dos 14 aos 17 anos com contratos a prazo; no sector cervejeiro com cerca de 8 mil trabalhadores, mais de mil são a prazo; na metalurgia e metalomecânica, numa amostragem de 50 mil trabalhadores, cerca de 3 mil estão sob ao regime de ex-

cepção; nos gráficos, em 17 mil trabalhadores, 3500 têm contratos a prazo; nos CTT, em 30 mil trabalhadores, 10 por cento estão a prazo; na indústria química, numa amostragem de 13 600 trabalhadores, 990 sujeitam-se a contratos de excepção; na hotelaria não há números que se possam mostrar com honestidade. Mas tão escandalosa é a situação que se podem contar quase pelos dedos os trabalhadores que entraram efectivos a partir de 1976; nos vidreiros, só na zona sul, em 2 mil trabalhadores, 10 por cento estão a prazo.

E depois, Jerónimo de Sousa deu a conhecer alguns casos. É como entrar num mundo estranho ao Portugal de Abril, é descer ao reino do medo, da

chantagem e da mais violenta exploração — disse.

Casos são conhecidos — adiantou — onde algumas trabalhadoras quando se vão inscrever são submetidas ao seguinte interrogatório:

«Se tem filhos de menos de um ano, se estão grávidas ou se pensam vir a ter mais filhos».

No distrito de Leiria, por exemplo, mais concretamente na Batalha (e só não me refiro ao nome da empresa para salvaguardar a trabalhadora de possíveis represálias) uma grávida foi chamada ao patrão para que decidisse: ou abortava ou era despedida.

A 'AD' ria destes exemplos. E mais outros vieram.

No sector têxtil, quando um trabalhador a prazo consegue colocação para o seu filho é frequente sujeitar-se à exigência patronal da proibição de participar em greves, plenários e inscrever-se no sindicato. E, por vezes, quando exerce os seus direitos e a sua liberdade, na próxima oportunidade, irá para a rua assim como todos os seus familiares.

Pode parecer absurdo no Portugal de Abril, mas hoje milhares de trabalhadoras a prazo vão inscrever-se clandestinamente nos sindicatos por temerem que esta iniciativa baste para serem despedidos!

exigir-se que o trabalhador para pôr termo ao contrato no seu termo avise com antecedência a entidade patronal. O trabalhador deverá poder pôr termo ao contrato no último dia. Porque, como é evidente, pode surgir-lhe um novo emprego mesmo no último dia.

Pensa ainda o PCP que deve exigir-se à entidade patronal que, com antecedência, avise o trabalhador se pretende ou não renovar o contrato.

Parece-nos também que devem aperfeiçoar-se os dois projectos quanto à cessação do contrato de trabalho, remetendo-se para a lei geral e regulamentando-se a caducidade do contrato.

O direito de preferência a novos postos de trabalho da entidade patronal, previsto nos dois projectos, deve ser alargada. O trabalhador deve ter também preferência na admissão para outras categorias profissionais (e não apenas para as mesmas), em igualdade de condições com os outros trabalhadores. O direito a férias tem de ser cuidadosamente regulamentado. Pois acontece que através do Dec.-Lei 874/76 o período de férias dos contratados a prazo não leva em conta os dias de descanso, os dias de faltas justificadas. E é a isto que se tem de pôr cobro.

O PCP pensa ainda, de acordo com o que já dissemos, que deve prever-se a possibilidade de os instrumentos de regulamentação colectiva fixarem regimes mais favoráveis sobre contratos a prazo.

Por último, discordamos de que se exceção do diploma o serviço doméstico, o trabalho rural e o trabalho a bordo.

Estas são, em resumo, algumas alterações. E continuamos a estudar o aperfeiçoamento dos projectos.

# Odete Santos: Continuamos a estudar o aperfeiçoamento dos projectos

No final do debate dos projectos que visam modificar o regime dos contratos a prazo, entrevistámos a camarada Odete Santos, deputada comunista que interveio na discussão que acabou por sair-se na aprovação na generalidade dos dois diplomas, da iniciativa da UEDS e PS.

*Durante o debate, e nomeadamente no decorrer da sua intervenção, dirigiste duras críticas ao diploma que os projectos da UEDS e do PS visavam substituir. Que- res recordá-las?*

O Decreto-Lei 781/76, que disciplina os contratos a prazo, vem antecedido de uma exposição de motivos, na qual se diz nomeadamente, que o contrato a prazo pode propiciar um significativo aumento da oferta de emprego. Não há dúvida que isto é uma hipocrisia — começou por dizer-nos Odete Santos.

O legislador de então — continou — sabia perfeitamente as fortes críticas que os empresários dirigiam ao Decreto-Lei que proibia os despedimentos sem justa causa. E sabia que reclamavam a liberalização dos despedimentos. Procurando apresentar-se como «socialista», o Governo PS, o responsável do Dec.-Lei 781/76, não alterou de uma maneira radical o anterior diploma, mas veio oferecer um verdadeiro todo às entidades patronais com a sua iniciativa.

Na verdade, com o Dec.-Lei 781/76, as entidades patronais passaram a admitir a prazo a grande maioria dos trabalhadores, para poder explorá-los durante 3 anos, mandando-os embora no termo deste prazo.

Nem poderá dizer-se — acenou a deputada do PCP —, que o Dec.-Lei, ao dispor que são nulos os contratos a prazo feitos para iludir as disposições legais sobre contratos sem prazo, prevê o remédio para os abusos dos empresários. Na verdade,

é o trabalhador que em tribunal tem de fazer a prova de que o contrato foi feito com violação da lei. E essa prova é extraordinariamente difícil, quando não impossível.

Assim, o Dec.-Lei da responsabilidade do Governo PS é na verdade um diploma hipocríta, pois destinou-se a satisfazer as reivindicações dos empresários e apresentou-se como para favorecer a oferta de emprego. De resto surgiu inserido em toda uma série de diplomas que atentavam contra os interesses dos trabalhadores, destinando-se, ele também, a atacar tais interesses. Assim, não se pode dizer como disse o PS no debate, que o Decreto esteve cheio de boas intenções e que foi esviado de conteúdo pelas entidades patronais.

*Mas também os próprios projectos apresentados agora não escaparam a algumas críticas. Porquê?*

Nem um nem outro projecto demarcam convenientemente o carácter de excepção da contratação a prazo, que deve ficar bem vinculada. Acresce ainda que o projecto do PS contém uma disposição que consideramos inadmissível. Com efeito, para o PS, o regime legal do contrato a prazo deve continuar a ser imperativo. Isto é, os trabalhadores não podem em negociação colectiva, alterar o regime legal. Esta disposição vem já do Decreto anterior e contrariava o direito dos trabalhadores à negociação colectiva, consagrado em Convenção da OIT.

Em ambos os projectos se prevê que a contratação

a prazo só pode ser admitida quando a mesma não se ajuste ao nível normal de actividade da empresa. Ora, a grande questão é esta: quem define a nível normal da actividade da empresa? Terá de ser a entidade patronal, pois que, não existindo controlo de gestão por parte das organizações dos trabalhadores, o trabalhador a prazo vê-se impossibilitado de provar qual é esse nível normal.

Também é resultado do projecto da UEDS e da discussão havida no plenário que se corre o risco, com este diploma, de abrir uma larga brecha, admitindo-se em muitos casos os contratos a prazo incerto, cuja constitucionalidade é duvidosa.

Há ainda outras críticas a fazer aos dois projectos, mais de pormenor, mas destacamos ainda uma: o projecto do PS prevê que o contrato a prazo não possa exceder um ano. Mas logo adiante prevê que, com excepção do contrato para trabalho sazonal, os outros contratos possam ir até 30 meses. Assim a primeira disposição fica sem conteúdo.

De tudo isto resulta em conclusão que as críticas mais fortes incidem sobre o facto de o carácter de excepção da contratação não estar convenientemente acautelado nos dois projectos, sobre a imperatividade do regime previsto no P-L do PS e ainda sobre o facto de a incerteza do prazo poder ficar com grande amplitude.

*Quais serão as alterações que o PCP proporá aos projectos, na especialidade?*

Sinteticamente poderemos citar algumas sugestões que temos a fazer para aperfeiçoamento dos projectos, recolhidas muitas delas da experiência dura dos trabalhadores. Quanto a esta matéria, desde 1976.

Em caso algum deverá

## Trabalhadores

# Encontro das ORT's das empresas nacionalizadas e participadas

## Os alvos do capital privado

A análise dos principais indicadores económicos e financeiros das empresas nacionalizadas revelam a existência, em muitas delas, de graves problemas determinados pela recusa do governo em respeitar compromissos tomados ou obrigações que tem relativamente a elas. O facto de estas empresas terem sido obrigadas a pagar só de juros, entre 1976 e 1979, mais de 94,5 milhões de contos revela bem as consequências graves que teve para este sector a aceitação da política de submissão ao imperialismo imposta pelo Fundo Monetário Internacional, assim como a recusa do governo em respeitar os compromissos que tomou — lê-se na Resolução aprovada no último sábado, em Lisboa, no final do Encontro das ORT's (organizações representativas dos trabalhadores) das Empresas Nacionalizadas e Participadas que reuniu na Voz do Operário 102 membros de CT's, 66 delegados sindicais, 46 elementos de corpos gerentes de Sindicatos, 10 convidados, 45 empresas, 21 Sindicatos, 2 Unões locais, 6 Federações e 195 mil trabalhadores, representados pelos seus organismos eleitos nos locais de trabalho. Entre outras decisões, o Encontro marcou para o próximo dia 27 uma manifestação.

## O essencial da escalada contra o sector empresarial do Estado

A escalada reacçãoária contra as nacionalizações, ultrapassando em muitos casos as ameaças (veja-se nomeadamente a actuação do grupo Espírito Santo) só não se tem imposto na prática e com segurança devido à forte e continuada oposição dos trabalhadores apoiados pelas forças democráticas.

Na Resolução aprovada no Encontro com 3 temas em debate («evolução das condições

de pagamento quemovimentam e no volume de compras que efectua e, principalmente, no investimento em capital que seconcentra nos sectores mais importantes para a estrutura das relações interindustriais e para o plenoaproveitamento dos recursos naturais».

Segue-se nodocumento a fundamentação numérica do que se afirma. Passemos sobre a maior parte desses dados que pelo seu volume se poderiam

do voltou a ser muito superior ao do sector privado. Tomando como base uma amostra constituída por 22 empresas queempregam cerca de 90 000 trabalhadores, entre 1978 e 1980, o VAB por trabalhador aumentou 325 contos, enquanto em relação à toda a economia nacional o PIB por trabalhador, durante o mesmo período subiu apenas 101,8 contos».

Os números podem ser pouco expressivos para o comum das pessoas. Mas sem eles dificilmente se perceberá a razão pela qual o governo mente normalmente com tanta perseverança relativamente às empresas nacionalizadas procurando desengaiar aos olhos da opinião pública.

A Resolução aprovada no Encontro do dia 6 refere ainda que «apesar da política de boicote e degradação das condições de funcionamento que o governo tem prosseguido contra o sector nacionalizado, estudos internacionais demonstram que o sector nacionalizado em Portugal tem capacidade para duplicar

o investimento nos próximos 3 anos, desde que lhe seja assegurada uma adequada política de financiamento».

Não são esses os planos do Governo AD/Balsemão.

Refira-se ainda para terminar que o PISEE (Plano de Investimento do Sector Empresarial do Estado) estabelece para este ano de 1981 um limite de 97 mil

lhões de contos, quando as empresasastinham projectado 140 milhões.

E esse o desenvolvimento económico que o Governo diz prosseguir. Entretanto, torja a Lei da Entrega, nomela gestores incompetentes, reforça, ou tenta reforçar, as posições do grande capital financeiro nos sectores mais sensíveis da economia nacional.

## Moções e apoio solidário

Inicialmente previsto para se efectuar no Refeitório da Tabaqueira, em Cabo Ruivo, vindo a gerência da empresa nacionalizada, como é sabido, a proibir a sua realização à última hora (repúdio já manifestado pelas organizações e pelos trabalhadores), o II Encontro das ORT's das Empresas Nacionalizadas e Participadas, além do Projecto de Resolução, votado em alternativa com um outro apresentado por 3 elementos de CT's, aprovou, na Voz do Operário, mais 4 moções sendo

a primeira contra a chamada lei "AD" de delimitação dos sectores (nenhum voto contra e uma abstenção); a segunda sobre a manifestação de 27 do corrente (sem votos contra e 3 abstenções); a terceira, apresentada pela Mesa, em apoio da Reforma Agrária e dos seus heróicos trabalhadores (unanimidade e aclamação); e por fim, após a leitura de várias saudações, designadamente a de militantes comunistas da Função Pública, cuja Assembleia reúne

a essa hora, a quarta moção contra a instalação de armas nucleares em Portugal.

A Mesa que presidiu ao Encontro era constituída por elementos da Comissão Organizadora, constituída por várias Federações sindicais e pelos secretariados das centrais industriais (CII e CII) de Lisboa e Setúbal. A CGTP-IN fez parte da Mesa através de Carlos Carvalho, do secretariado, que leu, em nome da Central, a última intervenção.

O sector empresarial do Estado tem capacidade para duplicar o investimento nos próximos 3 anos

de vida e de trabalho dos trabalhadores no sector nacionalizado e participado; situação económica e financeira do sector nacionalizado; e economia nacional e perspectivas para o desenvolvimento económico do sector nacionalizado e do País») chama-se expressamente a atenção para «a grande importância do sector nacionalizado» que se reflecte «no elevado volume de produção e vendas, na produtividade, nos meios de

tornar fastidiosos e retenhamos apenas que:

«Entre 1976 e 1979 a produtividade no sector nacionalizado, medida através do valor acrescentado bruto(VAB) por trabalhador, aumentou em 351,1 contos, enquanto para toda a economia nacional o crescimento da produtividade (produto interno bruto — PIB — por trabalhador) foi apenas de 134,9 contos; «Em 1980 o ritmo de crescimento do sector nacionaliza-

## Manifestação e outras acções de luta

A manifestação, que constitui uma das conclusões aprovadas com 2 votos contra pelos trabalhadores reunidos na Voz do Operário, terá início na Praça do Marquês de Pombal em Lisboa e percorrerá a Avenida e os Restauradores até ao Rossio.

Nos próximos 15 dias, como sucedeu desde que aquela decisão foi tomada, a Comissão Organizadora do Encontro, que não, será desmembrada, continuará a desenvolver «os esforços necessários para que

os trabalhadores do sector nacionalizado participem massivamente» naquela manifestação.

Sob a determinação mais geral de prosseguir e intensificar a luta, o Projecto de Resolução aprovado, para além das lutas em curso, decide:

— Desencadear um conjunto de acções diversificadas que deverão atender à situação concreta de cada empresa, em cada momento (plenários, colóquios, reuniões, abaixo-assinados, etc.);

— Promover a realização de encontros por sector com o objectivo de aprofundar a análise feita neste Encontro e levar a uma maior participação e mobilização dos trabalhadores;

— Promover abaixo-assinados onde constem os principais problemas e as exigências dos trabalhadores;

— Realizar uma conferência de Imprensa para divulgar as conclusões deste Encontro.

Dentro de duas semanas a contar do próximo sábado, é preciso que na rua se veja mais

uma vez que todos os trabalhadores (e não apenas os do sector nacionalizado) têm em comum a defesa dos mesmos interesses, o alcance dos mesmos objectivos, quando se trata da contratação colectiva, da recusa de qualquer tecto salarial, da reposição do poder de compra, da vigência efectiva dos 12 meses para as tabelas salariais.

O direito à greve e os restantes direitos colectivos de quem trabalha, o direito ao próprio trabalho, os direitos e liberdades

sindicais, o controlo de gestão e as condições para exercer esse e os outros direitos e deveres das Comissões de Trabalhadores são também objectivos comuns, independentes das opções partidárias de cada um, que se devem manifestar publicamente numa altura em que, a par da ofensiva contra os direitos constitucionais dos trabalhadores, se desenvolve a outra que levou à realização do Encontro das ORT's em 6 do corrente — a escalada reacçãoária contra as nacionalizações.

## Manobras inconfessáveis nas costas dos maquinistas

### • Ameaçado o direito à greve

A paragem, por alguns dias, da circulação ferroviária, também designada por «greve dos maquinistas», terminou. Ao fim da manhã da última terça-feira uma desnecessária «requisição civil» encontrava da parte da direcção do «paralelo», identificado pela direita com o CDS e outras forças ou personalidades do mesmo quilate dentro da AD, a recepção mais servil, esquecendo-se até os mentores da «greve» da mínima reivindicação.

Depois de tão grandes maquinações, ao terminar oficialmente a paragem e na altura em que escrevemos, dia 9 ao fim da tarde, a direcção amarela limitava-se, segundo parece, a assinar pro-forma um acordo mais que formal com o conselho de gerência da CP que nada de novo trouxe relativamente ao que já havia.

No dia anterior, na sequência de outras tomadas de posição conhecidas, a Federação dos Sindicatos Ferroviários, que representa a grande maioria dos trabalhadores da CP, referia-se à «montanha de dúvidas» aumentada pela notícia, «confirmada pela própria direcção, de que o sindicato pagará o ordenado por inteiro a todos os grevistas» (800 contos por dia quando as receitas do paralelo não vão além dos 200 contos mensais).

Depois de frisar que, segundo o próprio «Expresso», a paragem «está a ser inspirada pelo CDS», e de acrescentar que «o envolvimento partidário de alguns dirigentes do sindicato paralelo está hoje oficialmente desmascarado», a Federação, representativa dos Sindicatos Ferroviários do Norte, Centro e Sul, sublinha que os maquinistas da CP estão a ser joguete (foram joguete) de uma vergonhosa manobra política que se insere na vaga de intrigas em que mergulha o Governo liderado por Pinto Balsemão, mas que nada têm a ver com os interesses, os anseios e as reivindicações dos trabalhadores ferroviários.

Depois de reafirmar que a responsabilidade pelos prejuízos e transtornos que atingiram os utentes habituais dos comboios não pode ser atribuída à generalidade dos trabalhadores ferroviários, a Federação «faz questão de frisar que não confunde, como nunca confundiu, a generalidade dos maquinistas filiados no sindicato paralelo com alguns dos seus dirigentes por detrás dos quais se ocultam e se movimentam jogadas que nada têm a ver com a defesa dos interesses daqueles que dizem representar».

Entre as numerosas tomadas de posição contra a paragem dos maquinistas, repudiando vigorosamente a atitude da direcção do «paralelo» contam-se a do secretário da célula dos Ferroviários da DORL do PCP, o organismo de direcção do sector de Transportes da ORL do PCP e o Comité dos Grandes Serviços do Porto do PCP.

## A verba, finalmente!

Que a verba não caia do céu, compreende-se. Mas desde Novembro do ano passado... Meio ano à espera. E tratando-se ainda por cima de reformados (12 mil) e pensionistas (11 000) com pensões de reforma e sobrevivência tão levemente aumentadas há meio ano para a CP. Mas a verba chegou. Não sem que antes fosse tornada pública a intenção de os ferroviários no activo adoptarem formas de luta que poderiam ir até à greve (nada a ver com a do paralelo dos maquinistas) para que o ministro das Finanças despachasse o que deveria ter despachado no princípio do ano. Mas a verba lá chegou, «liberdade», ao Centro Nacional de Pensões, que finalmente vai poder pagar os aumentos das pensões de reforma e de sobrevivência aos beneficiários da CP. A menos que, «liberdade» a verba, o pagamento dos retroactivos e a respectiva actualização não se façam rapidamente. Nesse caso, a Comissão Central de Reformados da CP e a Federação sindical do sector intervirão novamente, como já o fizeram para conseguir o despacho «libertador» do ministro das Finanças. Assim garante um comunicado daquela Federação.

## Minas da Panasqueira

- Uma luta indispensável
- Um exemplo dos «princípios» «AD»/Balsemão

Perante os jornalistas em Lisboa, os mineiros da Panasqueira, representados pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira do Norte, fizeram mais uma vez algumas revelações surpreendentes e que deveriam ser perfeitamente conhecidas da opinião pública do nosso País. Simplesmente, a RTP, por exemplo, como na conferência de Imprensa foi repetidamente assinalado, para além de não comparecer a mais essa tentativa dos mineiros para darem a maior divulgação possível à sua luta, «continua surda e muda» face ao conflito naquelas Minas que, como se sabe, pertencem a uma multinacional estrangeira que, em 1979 arrecadou 382 mil contos de lucros, que no ano seguinte fez subir essa verba para 490 mil contos; que paga a um pequeno grupo de pessoal superior, designado por «senior staff» vencimentos mensais da ordem dos 83 400 escudos, com aumentos oscilando entre os 62,7 e os 130 por cento, num período de ano e meio, enquanto se recusa a satisfazer entre outras reivindicações mínimas, um aumento de 10 por cento nas tabelas salariais em vigor desde 31 de Dezembro do ano passado para 1500 mineiros.

Estes não estão contra o pessoal superior, nem contra os seus vencimentos. A sua luta é antes de tudo por negociações (seis semanas de paralisações sem as conseguirem) e por reivindicações realistas e perfeitamente comportáveis face aos lucros da empresa em progressão contínua (1976: 155 mil contos; 1977: 330 mil contos; 1978: 300 mil contos; 1979: 382 mil; 1980: 490 mil).

Além do aumento já referido «de mais 10 por cento nas tabelas salariais praticadas em 31 de Dezembro do ano findo, além dos 5 por cento anunciados pelo conselho de administração, com início em 1 de Julho do ano corrente, bem como dos 10 por cento já verificados», os trabalhadores reclamam:

— Aumento de subsídio de compensação social para os seguintes montantes: casados — 3500 escudos; solteiros — 2300 escudos;

— Diuturnidades no montante de 750 escudos por cada cinco anos, até um máximo de cinco, com início em 1 de Janeiro findo;

— Assegurar aos trabalhadores em situação de acidente de trabalho em 1 de Janeiro de 1981 o pagamento integral da retribuição;

— Considerar extensiva a todos os trabalhadores doentes profissionais e aciden-

tados a presente reivindicação;

— Integral cumprimento dos acordos já estabelecidos quanto a admissões, assistência médica, refeitórios, habitação, etc.

Situações gravíssimas

O Sindicato, que repetidamente insistiu no facto de a sua proposta não pretender mais do que repor o poder de compra «perdido em 1980 e previsível para 1981», acusa o Governo de permitir através da Inspeção do Trabalho situações completamente anómalas e gravíssimas, como seja o facto de há um ano para cá a empresa laborar «extraordinariamente com 150 trabalhadores, grande número dos quais passou largos meses sem observar qualquer descanso semanal, havendo casos em que num ano foram observados apenas dois dias de descanso».

A Inspeção do Trabalho esteve lá. Em 31 de Maio pôde verificar no local a existência de trabalhadores que tinham trabalhado durante toda a semana 19 horas por dia no fundo da mina, enquanto outros prolongam apenas um dia durante todo esse mês.

É com toda a razão que o Sindicato acusa o Governo de incapacidade para se opor

à prepotência de uma multinacional estrangeira contra as leis nacionais, em território português. Mas essa acusação não preocupa a equipa do Governo. A «AD»/Balsemão não governa contra os patrões, sobretudo quando se trata da Tin Beral, da Anglo-American, da ITT. O seu papel neste caso é manter os trabalhadores «tranquilos», o que não tem conseguido, como se vê.

## Moda antiga — nova luta

Segundo dados fornecidos aos jornalistas na conferência de 4 do corrente, as Minas da Panasqueira são consideradas no ramo uma das maiores do mundo e as maiores da Europa pelo volume de produção e pela qualidade dos minérios, sobretudo a volframite com um teor da ordem dos 75 por cento.

Nos últimos oito anos foram extraídas 13 743 toneladas de volframite, 619 de cassiterite, 10 576 de pirites de cobre e 24 938 de minérios, num total de 5 161 814 contos.

As Minas não são portuguesas. Desde 1967 que pertencem

ao grupo Anglo-American, um dos maiores potentados económico-financeiros do mundo.

Nas Minas da Panasqueira trabalham actualmente (4 de Junho de 1981) 1522 trabalhadores abrangidos pelo CCTV (Contrato Colectivo) e mais 36 entre quadros superiores e dirigentes, designados por «senior staff».

A principal preocupação dos responsáveis pela gerência da empresa parece ser a de não negociar o caderno reivindicativo.

Nos dois últimos anos, os trabalhadores têm desenvolvido

várias lutas por condições de trabalho aceitáveis. Essas condições têm vindo a agravar-se de tal modo que a administração queixa-se de dificuldades de recrutamento. O número de trabalhadores diminuiu. Em 1979 foram admitidos 624 e saíram 676. No ano seguinte entraram 301 e saíram 464.

O Sindicato com o apoio dos filiados responsabilizam, por isso, «as adversas condições de trabalho», os baixos salários e «as deficientes condições de fixação».

Nos últimos 24 anos contraiam a silicose 1408 mineiros. 87

casos são dos últimos 5 anos. Trata-se de trabalhadores no activo obrigados a 45 horas de trabalho semanal no fundo da mina.

Ainda nos últimos 5 anos houve 1800 acidentes de trabalho. Seis acidentes foram mortais.

## Fecho

No meio das lutas desta semana, onde ainda aparece como uma nódoa a «maquinação» do paralelo da CP, o final do julgamento dos três dirigentes sindicais da Função Pública surge como sinal a reter na luta pelos direitos colectivos e constitucionais do mundo do trabalho no nosso País.

Diante das ameaças muito sérias contra o direito à greve, o direito de reunião e de manifestação, etc., perante o completo alheamento, ou mesmo hostilidade, dos meios de comunicação social estatizados, com relveto para a TV, que se recusam a desintoxicar a opinião pública envenenada em grande parte pelas campanhas contra os direitos dos trabalhadores organizados, ganha um significado muito especial o facto de aqueles dirigentes serem absolvidos. Embora nada garanta, com este Governo, que outros actos repressivos do mesmo tipo não voltem a acontecer, é bom sinal que o juiz tenha reconhecido que os acusados, quando foram detidos, se limitavam a exercer direitos sindicais consagrados na Constituição da República pela qual ainda se define o regime democrático em Portugal.



## Agora, não publicam os Contratos!

As dificuldades, problemas e boicotes de toda a ordem que os trabalhadores organizados encontram para negociar novas convenções colectivas de trabalho vem juntar-se agora a não publicação por parte do Governo dessas convenções (já assinadas e prontas a entrar em vigor. Depois de referir o «elevado grau de adesão às lutas, sua amplitude e duração», a CGTP-IN condena, em comunicado recente, o facto de este Governo continuar a levantar as maiores dificuldades à publicação das matérias negociadas, numa atitude ilegal que não respeita a própria Lei da Contratação Colectiva. A Central cita concretamente os casos da «Petroquímica (revisão entregue em 10 de Abril findo); CEL-CAT (entregue em 5 de Maio); Hospital da CUF/Clinica de São Bento (25 de Março); Telefones de Lisboa e Porto (18 de Abril); Correios (18 de Maio); RN (20 de Maio); STCP (Colectivos do Porto) em 6 de Maio; Electricidade de Portugal, (EDP) (11 de Maio); ENATUR (25 de Maio)».

As «lutas pela contratação seguir-se-ão às lutas pela publicação da matéria acordada», adverte a CGTP-IN incluindo um pormenor da ORMIS onde o divisionismo foi alvo recente de firme condenação da parte do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Metalurgia e Metalomecânica do Distrito de Setúbal em defesa da contratação colectiva do sector.

## PCP

# Aveiro em festa na próxima semana!

Estamos no Centro de Trabalho do PCP, em Aveiro. Azáfama e canseiras é o que vemos no jardim e seu anexos, na grande sala de convívio, junto à recepção, nos corredores, talvez no andar cimeiro, onde se pressentem passos e vozes, o movimento de quem organiza e trabalha. E constrói.

Mesmo onde o nosso olhar não chega, do outro lado destas paredes, não é difícil adivinhar que há cérebros e mãos que se entrelaçam, labutam, para a concretização de um sonho de muitos anos.

São os preparativos para Aveiro/Festa-81, uma organização que envolve todos os efectivos do PCP no distrito, uma boa parte da qual terá se ser posta de pé em tempo recorde.

Marcada para 19, 20 e 21 de Junho, a grande Festa de Aveiro, logo à partida — e justamente — considerada «a maior iniciativa política e cultural jamais

realizada no distrito», terá como pano de fundo principal as comemorações do 60.º aniversário do Partido, em terras aveirenses, onde a luta dos

trabalhadores, mais do que nunca, é maré viva, em defesa dos seus interesses de classe e do regime democrático.

Arredados, por momentos, das suas ocupações, para dois dedos de conversa, temos diante de nós quatro dos camaradas que formam a Comissão Executiva: António Salavessa, João Bola, Filomena Tavares e Manuel Marinhas, a quem incumbe, por designação dos restantes camaradas, coordenar, orientar e montar — numa palavra, dar corpo ao imenso projecto de uma Festa que tem a acarinhar-lhe, desde a primeira hora, o entusiasmo e o empenhamento sincero não só dos militantes comunistas, como de muitos amigos e companheiros, igualmente interessados em romper a «barreira dos ventos» que, em Aveiro, como em outras zonas do País, não estarão agora soprando a favor da direita.

Comecem as camaradas do executivo — por dizer-nos que a Festa é possível nestas paragens e, mais do que isso, desejada na terra de José Estêvão e Mário Sacramento, palco que foi também dos Congressos Democráticos, em pleno regime fascista.

Tradicionalmente pacífico e amistoso, sempre aberto à boa convivência dos contrários (mais peso, menos medida), o povo de Aveiro é, por natureza, avesso à violência, à desordem, ao crime organizado e, daí, que tenha ficado à margem de actos violentos como no caso da carga da polícia de choque sobre manifestantes da Oposição Democrática e do tenebroso assalto ao Centro de Trabalho, por alturas do Verão Quente de 1975.

Aveiro/Festa-81 é, por isso, possível e desejada. Além de tudo porque há o 25 de Abril e a firmeza de voto manifestada nas eleições de 7 de Dezembro, também na região aveirense, contra o regresso do Estado Novo à vida portuguesa.

Quando, em jeito de cardial-diabo, afirmamos aos camaradas que talvez seja prematuro, apesar disso, cognominá-la, antecipadamente, da maior festa de quantas se realizaram, até hoje, no distrito, eles, em uníssono, convidam-nos a provar o contrário e não achamos, de facto, na memória, acontecimento político e cultural que se lhe possa comparar.

## A montagem do recinto

João Bola, precisamente o mais jovem dos quatro, fala-nos da implantação e montagem, em termos que não deixam margem para dúvidas.

«Sendo, embora, um trabalho que implica grande esforço de toda a organização partidária do distrito e envolva, por isso, numerosos outros militantes em diversas jornadas de trabalho, a verdade é que será feito a tempo e horas».

Reconhece que o local, sendo, à partida, um bom recinto para o fim em vista, dado os melhoramentos que lhe foram introduzidos há pouco, não deixa, contudo, de oferecer sérias dificuldades aos camaradas que vão ter que montar dois palcos, um parque infantil, um grande pórtico de acesso à Festa, com vinte metros de comprimento, condutas de água e electricidade e também um vasto e bem apetrechado restaurante, com serviço de bar e cafeteria.

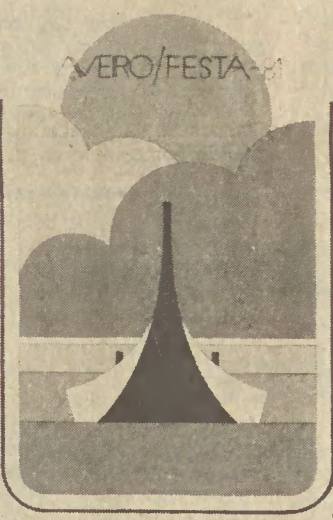
Refere ainda a dificuldade de várias outras instalações, como a aplicação de tectos falsos no pavilhão central, para melhoria das condições acústicas, a implantação de extensos painéis decorativos, o embelezamento de diversas zonas cobertas e de ar livre, para que não faltar a Aveiro/Festa-81 a estética e as características próprias de uma realização do Partido. «Com que todo o mundo conta e nós vamos, certamente, oferecer-lhe» — faz questão de sublinhar.

A concluir, diz ainda, com um sorriso que nos parece agora menos preocupado: «Cabe aos camaradas do meu sector de trabalho, andar depressa e bem, tanto na arrancada como no encerramento. E explicar: — É que o pavilhão central só nos será cedido a curtos dias da Inauguração, por causa da Feira do Livro que aínda o ocupa e ocupará; teremos, no final da Festa, que o deixar desde logo livre para montagem da Agrovoçua/81. É, pois, um ver se te avias...»

Como a dar razão às suas palavras, levanta-se, e com um «até sempre», vai à sua vida.

## Dos petiscos ao artesanato

Para abrir-nos o apetite, o camarada Marinhas, responsável pelo serviço permanente de restaurante, bar e cafeteria, além da exposição e venda de peças de artesanato diversas, aponta-nos, de imediato, a sua ementa para a noite inaugural, tendo, à cabeça, a célebre Caldeirada de Ria, à moda dos camaradas de Pardilhó (Estarreja). Sem nos dar tempo, ao menos, para secar



Em Aveiro, o trabalho voluntário sempre presente nas realizações do Partido

a água que nos cresce na boca, descarrega, simbolicamente (ai de nós!), em cima da mesa em que rabiscamos estas linhas, uma lista imensa de outros pitéus regionais, não só de Aveiro, como de Viseu e Guarda e até de Braga e do Alentejo.

Como exemplo aos leitores, apenas uma sombra dos petiscos que ele nos serve, requintadamente, em simulado prato de que não vemos o fundo: leitão à Bairrada, pipis, sardinha assada e caldo verde, acorda alentejano, queijo da serra e presunto, e, claro, também, uma variedade infinita de sobremesas, como ovos moles de Aveiro, fogaças da Feira, pão-de-ló de Ovas, tudo isto regado com os famosos vinhos do Dão e Bairrada e ainda a prova (vai sempre mais um copo!) do não menos famoso vinho verde da origem, como do afamado vinho fino do Douro.

«Um pouco de tudo e para todos os gostos» — assim nos garante o camarada Marinhas que nos dá, ainda, a novidade de que terá permanentemente a funcionar, no local, um forno de pão fresco e fofinho e outros assados, para todas as ocasiões.

Passa, depois, a referir, com o mesmo entusiasmo de há pouco, a presença, muito variada, do artesanato regional, que vai desde os sapatos e chapéus de São João da Madeira, às estadeiras de Pardilhó, aos cobses de Oliveira de Azeméis e às procelanas e cerâmicas de Ilhavo e Agueda. De fora da região, além de outros produtos, teremos os vidros da Marinha Grande, os barros de Coimbra e «muitas coisas belas» do Ribatejo.

Antes de se afastar para as suas tarefas, confidenciais-nos que, em armazém, tem já um pipó de vinho de Anadia e, na câmara frigorífica, qualquer coisa como três leitões e dois porcos de carne entremeados, oferta imparável de um grupo de camaradas de Aveiro, de Ovar e da Feira. E avisa, com um aceno de despedida: «Escreve aí que a nossa equipa de cozinheiros, é do melhor que há na região...»

Não duvidamos de que vão estar à altura dos bons tempos a que nos habituaram!

## Muita coisa para ver

É e quando a camarada Filomena Tavares, até ao momento silenciando pressas, avança com o seu esclarecimento sobre o «stand» de recordações e lembranças do Partido e a chamada quermesse, a seu cargo.

Sobre o primeiro, diz-nos que ele vai reunir para aquisição de coleccionadores e outras pessoas interessadas, milhares e milhares de pequenas

e grandes «memórias» da vida do PCP, em Aveiro e no País, como autocollantes, cartazes, fotografias, programas, emblemas e uma infinidade de outros breves e muito significativos documentos históricos, como manuscritos, desenhos, etc. — É que há partículas da vida do Partido, da nossa própria vida pessoal e colectiva que é necessário divulgar e transmitir, pequenos «registros», a guardar, do passado e do presente da nossa luta de todos os dias...

Quanto à chamada quermesse, ou Feira de Prémios (como nos soa melhor), adianta a camarada que tudo está já preparado para expor e rifar, assim uma coisa como mais de dois mil prémios, oferecidos pelas diversas organizações partidárias do distrito.

Já em ala de marcha para as obrigações que deixara em meio, finaliza, dizendo, à semelhança do camarada Marinhas, para nos abrir o apetite: «Querendo, podes ir àquela sala ver o mundo de maravilhas que ali se encontra...»

Como não duvidamos, acabamos por ficar apenas com o camarada Salavessa, responsável por outros importantes aspectos da Aveiro/Festa-81, nomeadamente quanto à organização e montagem da exposição dos 60 anos de luta do Partido, ao serviço do Povo e da Pátria, e à decoração interior do pavilhão central, onde se desenrolarão alguns dos principais acontecimentos culturais e políticos da Festa.

Além daquela exposição, que se distribuirá por cerca de oitenta metros de painéis, uma outra será ali levantada sobre a realidade social, económica, cultural e política do distrito de Aveiro, ocupando deztoit painéis e ali se efectuará também o colóquio, orientado pelo camarada Vital Moreira, sob o lema «O PCP e a Revisão Constitucional».

Relativamente ao comício, a efectuar no palco exterior, avança, desde já, a presença do camarada Ângelo Veloso, da Comissão Política do CC, e mais nos diz que serão exibidos filmes sobre a Festa do «Avante!», os Pioneiros de Portugal, Camões e os Jogos Olímpicos de Moscovo.

Diaporamas sobre o 60.º Aniversário do Partido e a Exposição Comemorativa desse aniversário serão igualmente apresentadas.

## Espectáculos e desporto

Acerca dos espectáculos e dos muitos artistas que neles participarão, fornece-nos o programa definitivo, cuja

transcrição falará por si. É evidente que se admitem algumas alterações de última hora, sobretudo quanto à inclusão de novos artistas. Por isso é que nos indica mais os nomes de Gomes Alves, Manuel Borralho e Manuel Gouveia, para o espectáculo da noite de abertura, inteiramente dedicado ao Fado de Coimbra e que conta também com a voz de José Afonso.

Como sempre, em festas do Partido, as crianças contarão com os seus artistas favoritos e disporão de um parque de jogos e brinquedos, cuja oferta se ficará devendo aos camaradas da Lisnave, como vai sendo costume.

No plano das actividades desportivas, haverá Damas e Xadrez, torneio de Futebol nos terrenos anexos ao recinto da Festa e uma grande prova de Atletismo, com partida junto ao Centro de Trabalho e meta nas proximidades do recinto, após um percurso de 2.500 metros, aceitando-se inscrições para todas as provas em disputa até à inauguração da Aveiro/Festa-81.

O camarada esclarece-nos que toda a zona da Festa é de acesso livre, sem qualquer obranção de entrada, destinando-se os cartões AE (Acesso Espectáculos) apenas ao Pavilhão e somente nos espectáculos ali a efectuar à noite, no respectivo palco interior.

Os AE's, por outro lado, habilitam ao sorteio de um fim-de-semana no Algarve, para duas pessoas, sorteio que será feito no espectáculo de domingo, à tarde, e no palco exterior, permanentemente em acção, na zona de acesso livre do recinto, durante os três dias de duração da grande Aveiro/Festa-81.

O camarada Salavessa, com natural satisfação, informa-nos ainda que a quinze dias da inauguração já à venda gerais os AE's ultrapassavam os 50% da meta que a Comissão Distrital se propusera atingir, através da sua própria iniciativa e das muitas organizações concelhias que, pelo seu esforço, exactamente permitiram que se atingisse tal percentagem.

Prestes a deixar o Centro de Trabalho, para uma comida ao recinto da Feira de Março, onde vai ter lugar a velha aspiração dos camaradas de Aveiro, perguntamos ainda ao camarada Salavessa que outras perspectivas antevê para a Festa e, com todo o entusiasmo que lhe ferve nas veias, afiança-nos que ela vai ser um êxito, pois não faltarão pessoas de toda a parte a querer, ardentemente, conviver e participar em mais uma organização artística, cultural e política do nosso Partido.

Assim vai ser, certamente!

## Programa da Aveiro/Festa-81

### Sexta-feira, 19 de Junho

20.00 h — Abertura da festa

21.30 h — Palco interior — espectáculo com: Adriano Correia de Oliveira, Fernando Machado Soares com José Lopes de Almeida à guitarra e Levy Baptista à viola, e José Afonso.

### Sábado, 20 de Junho

10.00 h — Abertura

11.00 h — Filme «Pioneiros de Portugal» (Pavilhão)

14.30 h — Filme sobre a festa do «Avante!» (Pavilhão)

15.00 h — Eliminatórias do torneio de damas (Pavilhão)

15.00 h — Palco exterior — espectáculo para crianças com: Caetano, Tonecas & Companhia, prof. Minhocas, Carlos Mendes e Edmundo Silva.

16.30 h — Diaporama sobre o 60.º aniversário do PCP (Pavilhão)

17.00 h — Palco exterior espectáculo com: Liette Reis, Carlos Reis, Coro de Cantares Alentejanos «Os Amigos do Barreiro».

18.00 h — Comício (palco exterior)

21.30 h — Palco interior — espectáculo com: Liette Reis e Carlos Reis, Carlos Mendes e Edmundo Silva, Carlos Paredes e Fernando Alvim, Grupo Rock UHF.

### Domingo, 21 de Junho

09.30 h — Abertura

09.30 h — Apuramento dos 3.º e 4.º classificados do Torneio de Futebol (terreno anexo)

10.00 h — Finais do Torneio de Damas (Pavilhão)

10.00 h — Torneio de Xadrez (rápidas) com a colaboração da Associação de Xadrez de Aveiro (Pavilhão)

10.30 h — Filme sobre os Jogos Olímpicos de Moscovo (Pavilhão)

11.00 h — Prova de atletismo 2500 m com partida junto ao centro de trabalho do PCP e chegada junto à festa.

11.30 h — Final do Torneio de Futebol (terreno anexo)

14.30 h — Palco exterior — espectáculo com: Baptista Martins (acordeonista), Os Caminhinhos, Fernando Castro, Banda do Avesso, Grupo Raiz, Grupo de Cordas e Cantares do Ateneu de Coimbra, (durante o espectáculo será feito o sorteio do AE premiado com a viagem ao Algarve)

14.30 h — Filme sobre Camões (Pavilhão)

15.30 h — Diaporama sobre a exposição comemorativa do 60.º aniversário do PCP (Pavilhão)

16.00 h — Simultânea de damas com a presença de Artur Carvalho, José Pereira, Medalha da Silva e Mário Diniz Vaz da secção de damas do Almada Atlético Clube (Pavilhão)

17.30 h — O PCP e a Revisão Constitucional — colóquio orientado pelo deputado Vital Moreira (Pavilhão)

21.30 h — Palco interior espectáculo com: Teresa Paula Brito e Filipe Gomes dos Santos, Helena Isabel e Alfredo Vieira de Sousa, Samuel, Luisa Basto e João Fernando.

# Organizações do Partido realizam grandes festas em vários pontos do país

## • V Festa Popular em Linda-a-Velha

As organizações locais do PCP e da JCP realizam no próximo fim-de-semana, no Largo do Mercado, a V Festa Popular de Linda-a-Velha, iniciativa com fortes tradições na zona.

E o seguinte o programa da Festa:

Sábado: 19.00 — Foguetes; abertura do bar e da feira do livro; 20.00 — exibição do «Coro Alentejano»; 21.00 — teatro com

a peça «Histórias na História»; 22.00 — baile popular alusivo à quadra festiva; fogueiras de S. António.

Domingo: 10.00 — abertura; manhã desportiva; actuação do grupo «Abril, Abril!»; 15.00 — Canto Livre com Luisa Basto, Samuel e João Fernando; 18.00 — comício com intervenção de Veiga de Oliveira, membro do CC e deputado na Assembleia da República; actuação do grupo «Praça Pública».

O serviço de bar terá, entre outras especialidades, sardinha assada, caldo verde e «tinto».

## Amanhã, na Amadora Encontro de militantes

A Comissão Concelhia da Amadora do PCP realiza amanhã (sábado), na Sociedade Filarmónica, com início às 9 e 30 um encontro de militantes da organização.

Nesta reunião os militantes comunistas da Amadora irão eleger os seus delegados à próxima Conferência do PCP sobre o Poder Local; e discutir problemas li-

gados ao trabalho dos comunistas nas autarquias, a actual situação política e tarefas da decorrentes e o reforço da organização do Partido com vista à realização dessas tarefas.

Estará presente nesta reunião Sérgio Vilanque, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

## Corroios

Amanhã, a partir das 15 horas, realiza-se, no Centro Cultural do Alto do Moinho, a II Assembleia da Organização do PCP da Freguesia de Corroios.

Será eleita a nova Comissão de Freguesia.

## Convívio em Coimbra

Cerca de uma centena de pessoas reuniram-se há dias em Coimbra num jantar de confraternização integrado nas comemorações do 60.º aniversário do PCP.

A iniciativa foi promovida pela organização dos trabalhadores comunistas da Função Pública da cidade de Coimbra, tendo participado os camaradas António Santo e Sofia Ferreira, do CC.

Na ocasião foram aprovadas duas saudações: uma ao Comité Central do PCP, a propósito dos 60 anos de vida e luta do Partido; e outra aos dirigentes sindicais da Função Pública recentemente absolvidos.

Música, canções e slides ajudaram à animação da iniciativa, que registou ainda uma intervenção sobre o actual momento político.

## • Festa «Férias 81» na Figueira da Foz

Noves dias de festa, em três fins-de-semana seguidos, no mês de Julho. Este ano será assim a Festa das Férias, na Figueira da Foz, uma festa sempre esperada e vivida com entusiasmo.

O programa completo ainda não está totalmente definido. No entanto, podemos desde já re-

lar alguns pontos interessantes.

No fim-de-semana de 10, 11 e



12 o conjunto «UHF», Carlos do Carmo e o grupo «Fado de Abril» serão alguns dos animadores da Festa.

Em 17, 18 e 19, as atenções estarão, por exemplo, em Carlos Paredes, Fernando Alvim e Manuel Freire.

No último fim-de-semana da Festa (24, 25 e 26), além de um grandioso baile popular, haverá Canto Livre, comício e espectáculo infantil com o grupo de teatro «Os Bonifrates».

A Festa «Férias 81», iniciativa do Organismo do Baixo Mondego do PCP, decorrerá em três recintos da bela cidade da Figueira da Foz.

Brevemente, daremos mais informações sobre a Festa, importante jornada festiva, cultural, recreativa e de convívio popular bem conhecida em toda a região, e que ano após ano tem mobilizado um crescente número de participantes, nomeadamente turistas.

A festa insere-se nas comemorações dos 60 anos de vida e luta do PCP, tendo o seu início marcado para os 21.30.

12 o conjunto «UHF», Carlos do Carmo e o grupo «Fado de Abril» serão alguns dos animadores da Festa.

Em 17, 18 e 19, as atenções estarão, por exemplo, em Carlos Paredes, Fernando Alvim e Manuel Freire.

No último fim-de-semana da Festa (24, 25 e 26), além de um grandioso baile popular, haverá Canto Livre, comício e espectáculo infantil com o grupo de teatro «Os Bonifrates».

A Festa «Férias 81», iniciativa do Organismo do Baixo Mondego do PCP, decorrerá em três recintos da bela cidade da Figueira da Foz.

Brevemente, daremos mais informações sobre a Festa, importante jornada festiva, cultural, recreativa e de convívio popular bem conhecida em toda a região, e que ano após ano tem mobilizado um crescente número de participantes, nomeadamente turistas.

A festa insere-se nas comemorações dos 60 anos de vida e luta do PCP, tendo o seu início marcado para os 21.30.

## • Festa Popular na Carregueira

Bailes populares, folclore, Canto Livre, intervenção política, actividades desportivas e recreativas, quermesse, serviço de bar com petiscos regionais e algumas surpresas — este o programa da Festa Popular, que decorrerá na Carregueira (concelho da Chamusca), no fim-de-semana de 10, 11 e 12 de Julho.

A iniciativa é organizada pela Comissão Local do PCP da Carregueira. Oportunamente divulgaremos o programa completo.



## PCP

# Almada – Uma festa do Portugal de Abril!

Foram curtos os três dias da Festa da Amizade para que os milhares e milhares de pessoas que se deslocaram até ao Alto das Barrocas pudessem retirar tudo o que pretendiam desta grandiosa realização levada a cabo pela organização de Almada do PCP. Todo um concelho que se tem vindo a expandir de uma forma que consideráramos vertiginosa estava representado nos vários pavilhões: a indústria naval, para além das suas células, apresentava ainda um pavilhão conjunto, sucedendo o mesmo com as organizações locais, que no seu conjunto privilegiavam o trabalho desenvolvido pelas autarquias de gestão APU; os sectores de serviços, pequenas e médias empresas, bem como as mais diversas células que junto da comissão concelhia funcionam, constituíram — juntamente com uma bem documentada exposição central onde a caracterização da região, o papel dos comunistas antes

e depois de Abril, o trabalho de gestão da Câmara Municipal e os problemas da paz mundial e das relações com os outros povos — pólos de atracção e motivo para demorada visita. No campo dos debates, teve especial relevância a abordagem pelo camarada António Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC e director do «Avante!» do tema «60 Anos do PCP». Vários outros colóquios se realizaram, todos eles com elevada e interessada participação dos vários visitantes da festa. Os espectáculos, preparados com o cuidado posto nas grandes realizações, tiveram como denominador comum a reafirmação da qualidade inerente às posições progressistas de todos os que passaram pelo palco do Alto das Barrocas. Como vem sendo hábito no domingo dia 7 pelas 18 horas, teve lugar o início de encerramento com a presença do camarada

Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido, que antes percorreu demoradamente todo o recinto. No início do comício a camarada Manuela Pinto Ângelo, que presidiu, depois de apresentar o Secretário-Geral do Partido Comunista Português anunciou também a presença no palco do camarada Carlos Ramildes, membro do Comité Central e responsável na DORS pela Organização de Almada, da Comissão Concelhia de Almada e da Comissão Coordenadora da Festa.

Começou por usar da palavra uma pioneira que saudou os 60 anos do PCP e reafirmaria a necessidade que as crianças têm de uma cada vez melhor vida e melhores condições de crescimento e desenvolvimento, falando de seguida um representante da JCP que, numa curta intervenção, vincou a firme disposição da juventude na luta pela resolução dos problemas dos jovens e no

combate por um futuro melhor. Os problemas da realização da Festa da Amizade, os objectivos políticos da mesma, os 60 anos do PCP e a próxima realização da Assembleia de Organização do Concelho de Almada do



PCP foram pontos importantes na intervenção do camarada Augusto Flor, por parte da Comissão Concelhia de Almada, que saudaria também a

realização em Almada já no próximo dia 21 de Junho da Conferência Nacional do Partido Comunista Português Sobre o Poder Local. Com o sol a despedir-se numa tarde brilhante e perante milhares de pessoas



Grandes marcos da vida do Partido na exposição da Festa da Amizade, em Almada. O camarada Álvaro Cunhal visita a banca da célula do Arsenal do Alfeite, organismo indissociável da história do PCP

ela ligados ou não, um misto de alegria por mais uma grande jornada de alegria e confiança no futuro do nosso Povo e alguma tristeza por um tão rápido passar dos

três dias. Fica a certeza de que a Festa da Amizade integrada que está também na campanha para um novo Centro de Trabalho do

Partido em Almada, cumpriu os seus objectivos afirmando-se como a Grande Festa do Povo de Almada, uma Festa do Portugal de Abril.

## Delegação na RDA

Entre 20 e 28 de Maio último, uma delegação da Direcção da Organização Regional do Alentejo do Partido Comunista Português efectuou uma visita à República Democrática Alemã, a convite da Direcção Distrital de Neubrandenburg do Partido Socialista Unificado da Alemanha. Compunham a delegação Diamantino Dias e António Casmarinha, membros suplentes do Comité Central, e Eulália Miranda, todos membros da DORA, e José Cheira, membro da Comissão Distrital de Beja do PCP.

Esta visita, verificada no quadro das relações de cooperação e solidariedade fraternais existentes entre os comunistas de Neubrandenburg e do Alentejo, entre o PSUA e o PCP, permitiu à delegação da DORA do PCP informar-se melhor sobre vários aspectos do trabalho do PSUA no distrito, bem como encontrar-se com diversos representantes e observar numerosos aspectos da vida política, económica e so-

cial daquele distrito da RDA. Em Neubrandenburg, a delegação do PCP foi recebida e manteve conversações com o Secretariado da Direcção Distrital do PSUA. Avistou-se ainda com o Vice-Presidente do Conselho do Distrito, bem como com uma delegação da Frente Nacional da RDA, integrando, para além do representante do PSUA, representantes distritais dos outros partidos políticos que compõem a frente, o Partido Nacional Democrático, o Partido Liberal Democrático, o Partido Democrático dos Camponeses e a União da Democracia Cristã.

A delegação do PCP visitou a Câmara dos Artesãos do Distrito, uma oficina privada e uma Cooperativa de Reparação Automóvel, uma Cooperativa de Produção Agrícola no concelho de Demmin e uma importante unidade industrial de moagens na cidade de Malchin. Esteve em jardins-escolas, em centros para pensionistas e idosos, no Centro Coordenador do Desen-

volvimento Urbanístico de Neubrandenburg e na Escola Superior de Agronomia «Catarina Eufémia», em Demmin.

Através dos contactos e das visitas que efectuou, a delegação do PCP teve oportunidade de informar da luta da classe operária e do povo português em defesa do regime democrático, da Reforma Agrária, das nacionalizações e das liberdades consagradas na Constituição da República, da luta dos comunistas pelo reforço da unidade dos democratas e por uma viragem democrática na vida nacional.

A delegação teve oportunidade de constatar a determinação com que a classe operária e o povo trabalhador da RDA se empenham na aplicação pacífica e criadora das resoluções do recente X Congresso do PSUA, de verificar os consideráveis êxitos alcançados pelos comunistas e o povo trabalhador na edificação da sociedade socialista desenvolvida na RDA.

## Jovens comunistas de Leiria definiram tarefas futuras

Decorreu recentemente o 1.º Encontro Distrital de Leiria da Juventude Comunista Portuguesa, sob o lema «Reforçar a JCP, Unindo a Juventude, na Defesa de Abril».

Os jovens comunistas presentes discutiram a actividade desenvolvida pela sua organização desde o 1.º Congresso em Maio de 1980, tendo considerado positivo o trabalho realizado, tanto no reforço orgânico como no movimento unitário da juventude.

As conclusões do Encontro apontam para um maior reforço e alargamento da organização no distrito, tendo sido aprovada a realização de uma Campanha de Recrutamento distrital, para o ano de 1981, assim como o empenhamento de todos os jovens militantes comunistas na dinamização do movimento da juventude, nas empresas,

escolas, localidades e outros locais de concentração juvenil, na luta pelos direitos e aspirações da juventude, contra a política antijuvenil e reacção da política do Governo «AD»/Balsemão, pela defesa do Portugal de Abril.

Foi aprovada a realização de um acampamento de férias nos próximos meses de Verão e a participação nas Festas do Futuro e do «Avante!», respectivamente em 10, 11 e 12 de Julho e em 4, 5 e 6 de Setembro.

Os participantes do Encontro, entre os quais alguns jovens não filiados na JCP, manifestaram o seu apoio à mais bela conquista de Abril, a Reforma Agrária, repudiando a política do Governo reacçãoário «AD»/Balsemão e tendo-se solidarizado com os povos em luta contra o fascismo e o imperialismo, nomeada-

mente em Salvador e na Irlanda do Norte.

Também a luta contra a instalação, estacionamento e trânsito de armas nucleares em Portugal mereceu o apoio dos jovens presentes.

O Encontro elegeu a nova Direcção Regional de Leiria da JCP e terminou com um convívio, em ambiente de alegria e fraternidade, mas também de combatividade e confiança, próprias dos jovens comunistas.

## Na Siderurgia

A célula do PCP na Siderurgia Nacional-EP organizou no passado sábado um almoço-convívio, no qual esteve presente o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido.

O almoço, realizado no Clube dos Trabalhadores da empresa, decorreu em franco convívio, com a participação de 160 trabalhadores, terminando com uma breve intervenção de Dias Lourenço, que abordou a situação política actual, tendo ainda salientado a necessidade do alargamento e reforço do PCP, força insubstituível para a defesa da democracia.

## Dias 20 e 21 deste mês

# Primeira jornada de trabalho no Alto da Ajuda!

O fim-de-semana de 20 e 21 deste mês vai assinalar o grande arranque do trabalho de preparação da Festa do «Avante!» no Alto da Ajuda. As tarefas que as características do imenso terreno e a própria grandiosidade da Festa nos exigem são bem conhecidas

construção da Festa. A 21 e 22 deste mês lá estaremos. E mesmo nos dias úteis, ao fim da tarde, os camaradas e amigos que possam dar uma ajuda contribuirão de forma muito especial para o êxito de mais uma Festa do «Avante!», grande realização de massas, grande Festa do

do Partido na divulgação e mobilização para essa jornada; e a importância de que se revestirá uma activa e numerosa participação da juventude estudantil, ou seja dos estudantes que não tenham exames este ano lectivo.

**Já se trabalha em força no Alto da Ajuda!**

Quem se dirige hoje para o recinto da Festa já lá vê a bandeira rubra da classe operária bem içada num poste. E à volta um «pequeno mundo» de azáfama, de trabalho, de iniciativa, de ideias, como a reportagem do «Avante!» constatou anteontem.

Após o encerramento da exposição comemorativa dos 60 anos de vida e luta do PCP, que esteve patente no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, deslocaram-se para o Alto da Ajuda alguns materiais e equipamentos, tendo-se instalado nessa altura um pequeno acampamento.

O camarada Reizinho, de Portalegre, é um homem já experiente na construção da Festa do «Avante!». Encontrámo-lo no recinto do Alto da Ajuda, a trabalhar no «duro», sob um sol escaldante, na zona onde funcionarão os serviços centrais da Festa.

«Vamos aqui instalar, à semelhança de situações anteriores, a carpintaria, a ferramentaria, a administração, a sala de reuniões da Comissão da Festa, a recepção, sanitários,

etc.», diz-nos o camarada Reizinho. Naquele local, situado junto à futura entrada principal da Festa estavam a trabalhar vários camaradas, nomeadamente em carpintaria (adaptação de portas, divisórias, soalhos, etc.) e montagem de estruturas com tubos. Noutros pontos do recinto, o trabalho tinha outros objectivos: preparação das canalizações para os esgotos, que ficaram do ano anterior, e para o abastecimento de água. Além de outras tarefas igualmente importantes, a jornada de trabalho de 21 e 22 deste mês terá uma prioridade: a criação de condições para a permanência e actividade dos camaradas que estão no local da Festa a tempo inteiro. Por isso, uma das frentes de trabalho será a rápida concretização das estruturas na zona destinada aos serviços de apoio: restaurante, bar, acampamento, sanitários, etc.

De referir, a propósito, que vários moradores da Ajuda têm oferecido as suas casas para banhos aos camaradas que estão a trabalhar no local. Anteontem, tivemos oportunidade de assistir, na zona dos serviços de apoio, a uma fase de trabalho para a construção (já parcialmente concluída) de um lavatório e para o funcionamento do esgoto. Mas, à volta, o mato precisa ser arrancado, para se poder avançar com as estruturas que já referimos. Dias 20 e 21 a nossa força voluntária e militante ali estará certamente!

## Vamos divulgar a Festa!

A Festa do «Avante!» é uma Festa do Portugal de Abril.

Não vive apenas no Alto da Ajuda. «Está» em todo o País, no espírito de muitos democratas, de muitos amigos do Partido.

Realização gigantesca do Partido da classe operária, a Festa do «Avante!» merece uma ampla divulgação nas ruas, nas estradas, nas aldeias, vilas e cidades, nos locais de trabalho, nos bairros, nos centros de convívio das populações. As formas de propaganda não têm limite. Concretizam-se à medida da imaginação das organizações e militantes. Murais, panos, tarjetas, convívios — todas as iniciativas servem para a divulgação da Festa do «Avante!». Contributo fundamental para esse trabalho de divulgação e propaganda, o cartaz da Festa deste ano já aí está. Agora, há que organizar as colagens. Há que dar o devido aproveitamento à sua colocação.

## Um camarada da Mague num só dia vendeu 120 EP's!

A Festa do «Avante!» é uma grande tarefa, que engloba diversas tarefas sectoriais. E uma delas é a venda da EP, o conhecido ingresso, que possibilita a entrada (e saída) no recinto da Festa durante os seus três dias, e que este ano custa 170\$00.

A venda da EP, como se tem referido ano após ano, é uma venda militante. Para a Festa do «Avante!» não existem circuitos comerciais, como se se tratasse de um

espectáculo normal. Nada disso. A Festa do «Avante!» e a venda da EP são iniciativas que vivem da dedicação, do esforço, da capacidade, da imaginação dos comunistas, não esquecendo o apoio e solidariedade de muitos outros democratas.

Vender a EP é, de facto, um acto militante, do qual está dependente o êxito da Festa; é divulgar a Festa; é contribuir para o seu êxito! Um êxito que se vai cons-

truindo com antecedência, num esforço organizado e dinâmico.

**Um exemplo de empenhamento**

Como sucedeu nos anos anteriores, divulgaremos semana a semana exemplos significativos da venda das EP's por militantes, organizações e amigos do Partido.

E hoje temos já um desses exemplos para revelar!

Trata-se da venda de 120 (cento e vinte!) EP's num só dia!

Autor: o nosso camarada Manuel da Silva, funcionário da Mague. No dia em que as EP's chegaram à empresa, aquele camarada vendeu 120. Possivelmente, a esta hora este número terá sido ampliado.

Ao exemplo do camarada Manuel da Silva outros se seguirão. Disso não temos quaisquer dúvidas!

## Carpinteiros! Pedreiros!

Na primeira grande jornada de trabalho no Alto da Ajuda, a 20 e 21 deste mês (sábado e domingo), todos nós poderemos dar uma ajuda! No entanto, tendo em conta as características do trabalho e as suas prioridades nesta fase, uma especial ajuda seria dada por carpinteiros e pedreiros.

Aqui fica o apelo a todos os camaradas e amigos com experiência naquelas profissões. Dias 20 e 21 passem pelo Alto da Ajuda! A Festa do «Avante!» precisa da vossa colaboração.

de todos os camaradas e amigos que nos anos anteriores já ali colaboraram. São tarefas que necessitam trabalho, esforço, capacidade — aliás, atributos próprios da acção dos comunistas.

Este ano, a preparação da Festa volta a exigir de todos nós essa abnegação. Dos que já em edições anteriores deram a sua colaboração e dos que, este ano, vão pela primeira vez ajudar na

Portugal de Abril. Dias 21 e 22 lá estaremos. Todos! Com ou sem especialização nas tarefas relacionadas com a construção da Festa, ficando aqui desde já, o apelo à forte participação de militantes e amigos do Partido nessa primeira grande jornada de trabalho no Alto da Ajuda. Dois aspectos devem, entretanto, ser salientados: o papel das organizações

programação desportiva da Festa.

O Torneio compreende duas fases: a de apuramento e a final. A de apuramento é realizada por cada Organização Regional tendo por objectivo apurar uma ou duas equipas. Esta fase compreende ainda um apuramento de grupo, que enquadra várias Organizações Regionais, sendo da responsabilidade da organização central.

A segunda fase (a final) decorrerá na Festa do «Avante!», portanto a 4, 5 e 6 de Setembro. Participam as quatro equipas vencedoras dos respectivos grupos.

Podem concorrer ao torneio equipas de clubes populares não federados e equipas constituídas para o efeito com jogadores maiores de 16 anos, sendo de 8 (o miúdo) a 10 (o máximo) o número de jogadores de cada formação.

A fase de apuramento tem o seguinte esquema e calendário:

● Cada Organização Regional deverá encontrar a(s) sua(s) equipa(s) represen-

tante(s) até 2 de Agosto. Para este apuramento as Organizações adoptarão a forma que julgarem mais conveniente.

Após o apuramento regional haverá um apuramento de grupo, como já referimos.

● Serão constituídos os seguintes quatro grupos: 1. Minho, Trás-os-Montes, Porto; 2. Beira Litoral, Beira Interior, Leiria e Santarém; 3. Lisboa, Açores, Madeira, Emigração; 4. Setúbal, Alentejo e Algarve.

Nos grupos 1 e 4, para se efectuar apuramentos entre quatro equipas, a Organização Regional de cada grupo que tiver mais equipas inscritas faz-

-se representar com duas equipas.

Os apuramentos de grupo serão feitos em 3 jogos no mesmo dia (de acordo com os intervenientes) segundo o esquema:

- Equipa A com equipa B.
- Equipa C com equipa D

Vencedor de A-B com vencedor de C-D

O apuramento de grupo deverá realizar-se até 9 de Agosto.

O calendário da fase final será publicado no jornal «Avante!» de 27 de Agosto e 3 de Setembro.

Na fase final estarão em disputa taças para os três primeiros classificados e serão distribuídos lembranças a todos os seus participantes. Pelas Organizações Regio-

A Comissão Dinamizadora das Actividades Desportivas da Organização Regional de Lisboa do PCP está a realizar, no âmbito da cidade e inserido nas iniciativas desportivas da Festa do «Avante!», um torneio de futebol de salão, cujo calendário tem previstos os seguintes jogos para hoje e dias 15, 16 e 17.

Hoje — (série D) — Aga-Estrelas do Monte; (série D) Medite-

nais poderão ser cobradas taxas de inscrição às equipas intervenientes no respectivo torneio. Pela organização central não serão cobradas taxas de inscrição às equipas

CDL; Caixa de Serviços-Montepradense.

Dia 15 — (série E) — Sapataria Arnaldo-Juventude Vermelha; Fórmula 6-Os Velinhos; (série F) E. Franco-STI Cerâmica; Mexicana-Somos Musgueira.

Dia 16 — (série G) Os Amigos da CGD-STIC Farmacêutica; Coop. Embal. UNOP-Grupo Desportivo Coice; (série H) —

Maluquinhos da Bola-Os Doze + Dois; Racing de Alfama-Juventude.

Dia 17 — (série I) Citofone-H/ Z/81 Carris Cabo Ruivo; Onze Unidos B-Carris Bar Musgueira; (série J) Carris Musgueira-Os Manacas; Grupo Desportivo Casa da Moeda-Raões CUF.

Os jogos do Torneio disputam-se no campo do «Magalhães Lima».

## Regulamento do Torneio de Futebol de Salão

Nem só de espectáculos ou iniciativas culturais vive a Festa do «Avante!». O desporto ocupa também um lugar destacado no grande convívio popular que todos os anos mobiliza largos milhares de pessoas.

E falar das actividades desportivas da Festa do «Avante!» é falar também dos torneios de diversas modalidades que disputarão as suas finais no Alto da Ajuda, torneios esses que estão regulamentados.

Hoje abordaremos os aspectos essenciais do Regulamento do Torneio de Futebol de Salão. Oportunamente falaremos das outras modalidades e de outras iniciativas enquadradas na

por participarem na fase final. De igual forma a organização central não compartilha das despesas de deslocação e estadia das equipas apuradas para a fase final.

# Álvaro Cunhal em Almada

## «Como em numerosos outros momentos a unidade é garantia da vitória»

### A «AD» relança o plano subversivo

(...)

O momento que atravessamos **confirma as nossas apreensões** acerca da degradação da situação e dos perigos que continuam a pairar sobre a democracia portuguesa. Mas **confirma também a nossa confiança na possibilidade de defesa, consolidação e prosseguimento do Portugal de Abril**.

Assistimos, por um lado, ao rápido agravamento da situação económica, social e política, como resultado directo da acção governativa e legislativa da «AD» e ao lançamento do plano de liquidação do regime democrático.

Mas verificamos, por outro lado, o impetuoso alargamento e desenvolvimento da luta popular, e a conjugação de diversos factores favoráveis à derrota da «AD» e a uma viragem democrática.

O que significa a «AD» no governo está claro para quem queira ver.

A «AD» no governo significa o governo contra os trabalhadores, contra o povo, contra o país. Significa a degradação brutal das condições de vida. Significa a continuação da ofensiva contra as nacionalizações e a reforma agrária. Significa a continuação da realização do plano que visa a restauração do poder dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifundiários e a liquidação do regime democrático.

(...)

As ofensivas contra as nacionalizações e a reforma agrária constituem um teste indiscutível do propósito da «AD» de destruir o regime democrático, porque as nacionalizações e a reforma agrária fazem parte integrante do regime e, só violando a Constituição e a legalidade democrática, podem ser postas em causa.

E, de facto, a liquidação do regime democrático é o programa real da «AD», do seu governo e da sua maioria na Assembleia da República.

É certo que, com a clamorosa derrota nas eleições de 7 de Dezembro, as forças reacçãoárias, não tendo conseguido eleger para Presidente da República um general fascista, foram impedidas de levar até ao fim o plano subversivo de Sá Carneiro, que estava em curso. É certo que tiveram de mostrar temporariamente uma fachada mais dialogante. Tiveram que fazer reajustamentos táticos. Mas os objectivos continuaram sendo os mesmos.

Num futuro próximo, além da liquidação efectiva das conquistas democráticas, de direitos e liberdades pela acção governativa da «AD» e por leis inconstitucionais da «AD», a «AD», dentro do novo plano subversivo, prepara novas grandes operações.

Prepara novas grandes manobras desestabilizadoras, dirigidas particularmente contra as Forças Armadas, o Conselho da Revolução e o Presidente da República, de que são amostra esclarecedora as provocações fascistas ontem na inauguração do Congresso das Comunidades.

E prepara a realização de uma outra grande operação (esta já lançada) contra o regime democrático é a **revisão da Constituição**.

Nós chamamos uma vez mais a atenção dos portugueses para o perigo real da revisão inconstitucional da Constituição que a «AD» pretende levar a cabo e através da qual pretende não modificar mas destruir a Constituição e, com a destruição da Constituição, destruir o próprio regime democrático.

Chamamos a atenção para certos propósitos de alteração da Constituição que têm em vistas manifestamente obter, com a revisão, aquilo que a «AD» não obteve nas eleições presidenciais.

Quais seriam, por exemplo, as consequências da passagem do Presidente da República para o governo da competência para nomear os Chefes de Estados-Maior?

Seria, sem qualquer dúvida, a nomeação de militares reacçãoários e o restabelecimento duma hierarquia reacçãoária nas Forças Armadas que desse apoio militar à acção política do governo «AD» e da maioria «AD» na Assembleia com vistas à liquidação do regime.

Nós chamamos uma vez mais a atenção para o facto de que, nestas e noutras matérias, as propostas de revisão da Constituição apresentadas pela FRS são muito semelhantes às propostas vindas da «AD» o que representa um grande serviço que o PS e os seus parceiros na FRS dão ao plano subversivo da Aliança reacçãoária.

Não se trata de questões menores. Trata-se, a médio prazo, da vida ou da morte da democracia.

E por isso, assim como apelamos a todos os trabalhadores, todos os democratas à luta em defesa da reforma agrária e das nacionalizações, assim apelamos também à luta em defesa da Constituição, lei fundamental do país que o governo viola diariamente na sua actuação ilegal e subversiva, mas que os trabalhadores levantam como bandeira porque a **Constituição é a prova das provas de que os trabalhadores têm plena razão e plena legitimidade em toda a admirável luta que estão travando.**

### Rápido agravamento da situação

(...)

A «AD» anunciou melhores condições de vida do povo. Mas que sucedeu e está a suceder na realidade?

Recorrendo aos velhos processos e instrumentos dos monopólios e dos governos de Salazar e Caetano, o governo «AD»/Balsemão intensifica a exploração como condição para a restauração da dinâmica da acumulação e centralização capitalistas.

Procura impor tectos salariais ao mesmo tempo que, em sucessivas decisões, provoca um aumento vertiginoso dos preços.

Generaliza o recurso a empreitadas e subempreitadas (como é o caso da Construção Naval) e os contratos a prazo de que as trabalhadoras têxteis deste concelho — da CICC, da Roda, da Confelís e da Maioral — bem sabem o significado.

Faz dos despedimentos e do desemprego meio para obter mão-de-obra a baixo preço e o saneamento financeiro de empresas.

Acentua as discriminações para com as mulheres e para com os jovens. Aproxima dum nível de miséria a situação dos deficientes e a situação dos reformados — cuja magnífica e vigorosa manifestação que há poucos dias teve lugar diante da Assembleia da República desejamos saudar calorosamente.

No que respeita aos campos, além da ofensiva criminosa contra a reforma agrária, o governo «AD»/Balsemão mostra tal desprezo pelos interesses dos pequenos e médios agricultores, que a revolta camponesa alastra mesmo em zonas dominadas eleitoralmente pela reacção.

A «AD» anunciou também que iria dar solução aos **problemas da economia nacional**.

Mas na verdade quais são os resultados da sua política? A intensificação da exploração e o brutal agravamento das condições de vida dos trabalhadores permitiu porventura melhorar a situação económica do país?

Não, pelo contrário.

Como todos sabem e todos vêem, a crise económica aprofundou-se cada vez mais. Estagnação ou recessão da indústria e agricultura. Inflação galopante. Défice da balança de pagamentos de cerca de 82 milhões de contos em 1980 e de mais de 107 milhões de contos previsivelmente em 1981 (segundo confessa agora o próprio governo). Dívida externa que se aproxima de 500 milhões de contos e para financiar a qual o governo acaba de lançar um empréstimo interno de 10 milhões de contos.

E como escândalo dos escândalos, passados apenas 3 meses da aprovação pela Assembleia da República das «Grandes Opções do Plano», o governo informou antontem o Conselho Nacional do Plano de que terão de ser alteradas numerosas das conclusões e metas estabelecidas. Esta informação do governo é mais que uma informação. É uma confissão da incompetência, da irresponsabilidade, da falta do mínimo de vergonha.

Tudo assim é deste governo.

O governo prometera determinado ritmo de aumento da produção. Agora declara que esse ritmo será reduzido à metade.

O governo prometera ir criar postos de trabalho. Agora diz que isso não é possível, o que significa que aumentarão não os postos de trabalho, mas os desempregados.

Tais são os resultados da política de restauração capitalista e latifundiária. Tais são os resultados duma política de exploração desenfreada dos trabalhadores e de agravamento das condições de vida do povo em benefício exclusivo dos exploradores e parasitas.

A «AD» garantiu ao eleitorado que asseguraria as liberdades e direitos democráticos.

Mas na verdade qual é a sua política real?

A verdade é que, como instrumentos para impor a intensificação da exploração dos trabalhadores, se multiplicam as medidas de carácter repressivo e aparece em numerosas propostas de lei o plano, bem evidente, de **organizar um aparelho de**

**Estado neo-fascista e de abafar com repressão a vontade democrática do povo português.**

São os projectos de novas leis sindicais, de nova lei da contratação colectiva, de nova lei dos despedimentos, de nova lei da greve.

São os projectos de centralizar no governo o comando das várias polícias e forças repressivas. São as chamadas leis antiteroristas e a criação de brigadas especiais também chamadas «antiteroristas» mas de facto antidemocráticas. É a criação de serviços de informação pidesca.

É também o desvergonhado projecto-lei de Diogo Freitas do Amaral — lei de protecção de crimes e criminosos fascistas, lei do medo fascista — querendo tornar intocáveis durante 30 anos os arquivos da PIDE-DGS e punir com penas monstruosas de prisão maior que vão até vinte anos, aqueles que revelem quaisquer segredos desses arquivos.

De que tem medo Freitas do Amaral? Que crimes e que criminosos procura encobrir e proteger? Que segredos haverá nos Arquivos da PIDE que o façam temer a tal ponto? Tem medo que lá se vá encontrar o seu nome, não naturalmente nas fichas dos perseguidos, presos e torturados, mas em quaisquer outras fichas de outra cor?

Por detrás de todos estes projectos e propósitos, não está a «democracia de tipo ocidental», mas o fascismo com a sua cara mais hedionda.

Para já, são os métodos repressivos directos e indirectos nas empresas. São os gorilas e as milícias privadas. São as prisões de dirigentes sindicais e dos despedimentos de delegados sindicais. São as proibições de actividades dos sindicatos e das Comissões de Trabalhadores. É a paralisação da Justiça quando os trabalhadores reclamam para os tribunais, como sucede no Tribunal de Trabalho de Almada, onde se amontoam sem solução cerca de 3000 processos de conflitos de trabalho.

E são as **acções brutais** das forças repressivas a mando do governo «AD».

Os roubos de terras, gados, máquinas, instalações à reforma agrária são realizados pelo governo «AD» lançando a GNR contra os trabalhadores selvática violência.

Conflitos laborais em fábricas, manifestações de agricultores são decididos com a intervenção brutal da polícia.

Esses são os métodos «democráticos» do governo «AD»/Balsemão.

Mesmo quando a arbitrariedade da acção da polícia de choque toma aspectos tão arbitrários como os da brutalidade no Estádio da Luz contra os benfiquistas que festejavam a vitória do seu clube no Campeonato Nacional de Futebol, vem o MAI ou seja, o Ministério do Interior, dizer que a acção da polícia de choque foi «correcta e ajustada às situações que teve de enfrentar».

Tomando tal atitude em vez de apurar responsabilidades, incitando e protegendo as acções repressivas mais brutais, recusando-se a dar conta de inquéritos feitos incluindo inquéritos realizados para apurar da responsabilidade em crimes de morte (como é o caso dos dois trabalhadores assassinados pela GNR em Montemor-o-Novo) o governo mostra bem a sua cara: é um governo com cara de polícia de choque, é um governo policial, é um governo de mentalidade fascista.

Sofrendo quase meio século de ditadura fascista, o povo português fartou-se para sempre de governos policiais.

E é por isso também que se ouve cada vez mais gritar que «o povo não quer fascistas no poder!».

Muito há que dizer acerca da política antipopular, antidemocrática e antinacional do governo «AD».

Não devo porém aqui ocupar demasiado tempo. De qualquer forma mais algumas muito breves palavras sobre dois aspectos.

O primeiro: as autarquias.

O governo «AD» quer destruir o poder local democrático. Procura abafar financeiramente as autarquias. Só a Câmara Municipal de Almada, foi esbulhada de 336 000 contos pela não aplicação da Lei das Finanças Locais, o que a impede de realizar importantes obras em benefício das populações.

É necessário intensificar a luta em defesa do poder local democrático. É necessário desde já trabalhar para que nas próximas eleições que devem ter lugar no próximo ano não só se mantenham como se reforcem as posições da APU nas autarquias.

Como sabeis, no próximo dia 21 realiza-se em Almada a **Conferência do PCP sobre o poder local**. É uma conferência em que serão tratados em profundidade todos os problemas relativos às autarquias.

Estamos certos de que os trabalhadores e o povo de Almada que deram a vitória à APU para a sua Câmara Municipal, acolherão com alegria a escolha da sua terra para a realização desta importante conferência.

Um último ponto relativo à política do governo: **a sua política externa**.

Não podia deixar de dizer uma palavra. É uma política de submissão completa ao imperialismo, particularmente ao imperialismo norte-americano. É uma política que está tomando Portugal uma coudada do imperialismo, um instrumento de provocações internacionais, do governo norte-americano, uma base militar do Pentágono.

É uma política que entrega Portugal a inimigos da liberdade e independência dos povos e afasta de Portugal a cooperação com povos amigos.

Nós chamamos uma vez mais a atenção do povo português para os tremendos perigos que trazem para a segurança a vida e a própria existência do nosso povo e do nosso país, os propósitos do governo conceder novas bases militares estrangeiras e a instalação de mísseis nucleares em território português.

Nós apelamos para que o povo português não deixe ao segredo dos gabinetes dos reacçãoários que estão no governo decisões de tão alta importância para o futuro de Portugal.

Nós apelamos para que a classe operária e as massas populares intervenham activamente na luta contra a submissão ao imperialismo, na luta contra a instalação de novas bases e de mísseis nucleares, na luta pelo desanuviamento, na luta por uma política externa de paz e amizade com todos os povos do mundo na luta pela integridade territorial, a segurança e a independência da nossa Pátria.

### Vigoroso fluxo da luta popular de massas

Na complexa e perigosa situação que vivemos, queremos uma vez mais repetir: a reacção tem força, mas a democracia tem mais força que a reacção.

O Comité Central do nosso Partido, na sua reunião plenária realizada no dia 26 de Maio, sublinhou que se manifestam factores favoráveis para uma viragem democrática.

É a redução da base de apoio social, política e eleitoral da «AD».

São as divisões, divergências, conflitos, rivalidades que roem por dentro a coligação reacçãoária.

É a aproximação de interesses e a convergência crescente da luta das diversas classes e camadas antimonopolistas.

É o alargamento e reforço das correntes antifascistas e unitárias nas forças políticas democráticas e naqueles que cada uma delas influencia.

É o reforço das posições e tendências constitucionalistas nas Forças Armadas.

É a continuação do funcionamento das instituições, apesar das constantes manobras desestabilizadoras e provocatórias da reacção.

São alguns acontecimentos externos parecendo indicar na Europa uma viragem de tendência no sentido da democracia.

E são finalmente, como factor decisivo e determinante, as **grandes lutas de massas**, que abalam todo o edifício do poder reacçãoário.

Talvez nunca na história do movimento operário português, tenha havido uma tão grande vaga de **lutas e greves** com tão forte unidade dos trabalhadores, tão influente movimento sindical, como é o dos sindicatos que actuam em torno da CGTP-IN, perante a qual esbarram os divisionistas da UGT ou esquerdistas como os insectos de encontro ao pára-brisas dum carro. Com tão elevado grau de organização. Com tão elevado espírito de classe e tão elevada consciência política.

Nós queremos aqui saudar a classe operária e todos os trabalhadores portugueses pelas suas magníficas lutas, pela sua organização e unidade. Queremos particularmente saudar os trabalhadores que se encontram em luta no momento actual, designadamente os da Lisnave, da Setenave, da Siderurgia, da Sorefame, da EOC, dos Cabos Ávila, da EPAC, do Progresso Mecânica, da Standard Eléctrica, das Minas da Panasqueira, das Minas da Urgeira, da Ford Lusitânia, dos metalúrgicos e dos marmóres — a todos assegurando o nosso inteiro apoio e a nossa inteira solidariedade.

Queremos saudar os trabalhadores da reforma agrária, que com a sua luta heróica, não só defendem a mais bela conquista da Revolução, como defendem o regime democrático e as liberdades e os direitos de todos os portugueses.

Queremos também saudar os pequenos e médios agricul-

tores em luta na magnífica vaga de corajosos protestos contra a política do governo «AD».

Queremos saudar todos os que, neste momento crucial da democracia portuguesa se levantam para a luta, juntando as suas forças e energias às forças e energias de todos os trabalhadores, de todos os democratas, para que viva e continue o Portugal de Abril.

Sentindo a terra tremer debaixo dos pés pela redução da sua base de apoio e o seu progressivo isolamento, os chefes reacçãoários perdem a compostura e não sabem falar senão em termos de ameaça.

O Primeiro-Ministro Balsemão, por exemplo, chamando «duras» as próprias palavras, fala assim: «**Não admitirei**(...) — diz o Primeiro-Ministro julgando talvez que ser Primeiro-Ministro no Portugal de Abril é como ser senhor dum principado feudal — **não admitirei**(...) que as forças comunistas se aproveitem dos anseios de um povo que trabalha para colocarem em causa a legitimidade incontestável de um governo e de uma maioria democraticamente escolhida».

A estas afirmações há que responder muito tranquilamente. Em primeiro lugar, o governo e a maioria resulta das eleições de 5 de Outubro, mas nessas eleições, pela violação no processo eleitoral dos mais elementares princípios democráticos pelo governo Sá Carneiro/F. do Amaral, foi falseada a democraticidade do processo eleitoral e por isso o resultado falseou também a vontade política do povo português.

Em segundo lugar, se o sr. Primeiro-Ministro diz que «**não admitirá**» nós podemos também dizer que os trabalhadores, o povo português, o PCP e outras forças democráticas, no uso e no exercício das liberdades e direitos que a Constituição lhes confere, **não admitirão** que o governo e a sua maioria na Assembleia da República prossiga impunemente a sua actuação inconstitucional, ilegal, subversiva, antipopular, antidemocrática e antinacional.

**Não admitirão** que as forças reacçãoárias destruam o bem-estar dos portugueses, as conquistas da revolução, o regime democrático.

E por isso a luta continua.

A classe operária continuará firmemente a luta pelos seus interesses vitais. As greves continuarão a ser usadas como direito inalienável dos trabalhadores.

Continuará a luta heróica em defesa da reforma agrária. Continuará a luta camponesa, o levantar do gigante adormecido que o campesinato, e que, quando completamente acordado, provocará (em aliança com a luta da classe operária) o desabar dos alicerces do apoio social, político e eleitoral da Aliança reacçãoária.

Continuará a luta de todas as classes e camadas antimonopolistas. Continuará a participação cada vez mais activa e mais determinante das mulheres na luta popular. Continuará a força aguerrida e combativa da juventude, tendo como vanguarda a Juventude Comunista Portuguesa — a «JCP-Juventude do PC».

A luta continua, a reacção serrá derrotada, Abril vencerá!

### A greve dos maquinistas

(...)

Como considerar esta greve? Poderá considerar-se esta greve inserida no grandioso surto de greves que se desenvolve desde o princípio do ano?

Não, camaradas.

Não são bem conhecidos motivos reivindicativos que justifiquem tal greve, nem os pontos de desentendimento entre o governo e o sindicato paralelo.

As causas e objectivos da greve dos maquinistas são outros.

Esta greve, lançada pelo sindicato paralelo que o CDS directamente dirige, é um instrumento da ofensiva antidemocrática do capital e da reacção.

O que pretendem o CDS e a reacção com esta greve?

Pretendem, em primeiro lugar, lançar grandes massas da população não tanto contra a greve dos maquinistas, mas contra o movimento grevista em geral, retirando as justas lutas dos trabalhadores o extraordinário apoio de massas que têm recebido.

Pretendem, em segundo lugar, com intensa desinformação e toda a espécie de provocações, reacender a campanha anticomunista, responsabilizando os comunistas por uma greve impopular que é directamente comandada pela extrema-direita.

Pretendem, em terceiro lugar, **empurrar o governo para uma política «mais dura» com recurso aberto a medidas repressivas contra as greves e contra as lutas dos trabalhadores em geral**.

É sintomático que, no dia 5, o próprio ministro dos Transportes e Comunicações, reconhecendo que os dirigentes do sindicato paralelo são da «AD» e usam os seus emblemas, admitiu que a greve foi lançada para «obrigar o governo ao uso de medidas de excepção como a requisição civil», o que seria caminho contra o movimento grevista, contra o movimento operário, contra os direitos dos trabalhadores.

E é por isso que ela provoca a condenação e a repulsa geral dos trabalhadores e do movimento sindical.

E é por isso que muitos maquinistas, aos quais prestamos homenagem, se pronunciam contra uma tal greve que não defende os seus interesses de classe, mas os interesses das classes exploradoras e das forças políticas que as representam.

E é por isso que muitos trabalhadores tiram a lição de que a greve dos maquinistas é um exemplo de como os sindicatos paralelos são um instrumento, não da defesa dos interesses dos trabalhadores, mas da política da reacção, do patronato e do seu governo.

Bem pode a reacção utilizar os mais variados processos para impedir o alastramento da luta operária e popular.

As greves têm sido, são e continuarão a ser uma poderosa forma de luta dos trabalhadores, que estes continuarão a usar para defesa dos seus interesses vitais, para defesa dos interesses vitais do povo e do país.

### Portugal necessita de um governo democrático

É essencial para a defesa dos interesses do povo e do país a luta por reivindicações concretas imediatas, a luta pelas reivindicações dos trabalhadores, a luta em defesa das liberdades e direitos dos cidadãos, a luta em defesa da reforma agrária e das nacionalizações, a luta em defesa dos interesses das várias classes e camadas sociais atingidas pela política do governo do grande capital (ligado ao imperialismo) e dos latifundiários.

Mas a questão política de fundo é a existência de um governo antidemocrático e de uma maioria antidemocrática na Assembleia da República e a urgência, de substituir o governo reacçãoário por um governo democrático.

A mini-remodelação do governo há dias efectuada, mostra o mal-estar, a inquietação, as crescentes dificuldades e o enfraquecimento da «AD». Mas não resolveu problema nenhum e por isso não será a última.

O governo continuará a registar fracassos e desaires. Continuará a agravar a situação económica e social. Continuará a defrontar a decidida oposição das massas populares. Estará cada vez mais fraco e mais isolado.

São de esperar por isso novos conflitos internos, novas divisões e novas remodelações.

Mas quaisquer que sejam os ministros que saem e os ministros que entram, um governo «AD» continuará a ser um governo «AD», isto é, um governo reacçãoário, com uma política reacçãoária, um governo cujo objectivo é destruir as conquistas da revolução e o próprio regime democrático e restaurar o poder económico e político dos grupos monopolistas (associados ao imperialismo) e dos latifundiários.

O governo «AD»/Balsemão, na sua versão original não resolveu antes agravar todos os problemas nacionais. O mesmo sucederá com o actual governo «AD»/Balsemão recauchutado. E, se vierem novas recauchutagens, quanto mais recauchutado estiver o governo «AD», mais perto estará do estouro.

A «AD» e o próprio secretário-geral do PS proclamavam que o governo «AD»/Balsemão iria durar 4 anos. Agora todos admitem que não irá longe e que a sua queda é coisa de mais semana menos semana, mais mês, menos mês.

Fala-se por isso muito, em todos os sectores políticos, incluindo os reacçãoários e os oportunistas, de um governo de fórmula nova.

Na «AD» o CDS propõe-se ser a mão forte de um novo governo. O PPD procura manter a hegemonia. Outros voltam-se para novos esquemas de coligações.

A questão não é porém de fórmulas. A questão é a da política do governo que não presta e que tem de ser posta de lado por outra melhor.

De há muito o nosso Partido, e com o Partido os trabalhadores e amplos sectores de toda a população, reclama a demissão do governo «AD»/Balsemão.

Essa reclamação é inteiramente justa e necessária pelo agravamento da situação que o governo está a criar, pela sua política antipopular, antidemocrática e antinacional, pela sua obra de destruição das conquistas da revolução.

E também, ainda pelo seu plano de liquidação do regime democrático, o que faz com que a existência do governo «AD» e da maioria «AD» na Assembleia da República não seja apenas um problema político, mas um problema de regime.

O regime democrático não pode tolerar um governo e uma maioria parlamentar cujo objectivo central é a sua própria liquidação.

Quando se grita: «A luta continua, Balsemão para a rua!» não se trata apenas de uma frase de propaganda. Trata-se de uma real reclamação política das massas. Trata-se de um objectivo a atingir. Por isso estamos certos de que, com a luta que continua, Balsemão irá para a rua.

Mas, indo para a rua Balsemão, sendo demitido o governo «AD»/Balsemão, não é para ser substituído por outro governo «AD», seja com Cavacos, seja com Mota Amarais, seja com Freitas.

Não é só Balsemão que deve sair do governo. É a «AD» que deve sair e de uma vez para sempre.

Por isso, o Comité Central do nosso Partido, na sua última reunião plenária realizada no dia 26 de Maio, salientou que o que a situação exige não é apenas uma mudança dos homens do governo, nem das forças políticas que executam a política reacçãoária agora seguida, mas a substituição da política reacçãoária por uma política democrática.

Falam alguns na possibilidade de uma alteração da coligação governamental, e até da maioria na Assembleia da República actual, pondo o CDS à margem e substituindo a aliança PPD/CDS por uma aliança PPD/PS. Seria o decantado «Bloco Central».

Mas o que seria realmente esse «Bloco Central», admitindo que a sua formação era possível?

Seria nem mais nem menos que uma **boa de salvação atirada pelo PS à reacção na altura do naufrágio da «AD»**.

Seria a cobertura da política de direita por um partido democrático.

Não seria uma solução para a democracia, mas sim uma solução para a reacção.

Por isso insistimos, em que o que se impõe não é só a mudança de pessoas ou de forças políticas, mas a mudança real da política, uma viragem democrática, um governo democrático.

O governo «AD»/Balsemão teria os seus dias contados e a «AD» estaria próxima de ser afastada do poder, se o PS optasse firmemente por uma política de real oposição, o que significa lutar para pôr fim a essa política e a esse governo, lutar por uma alternativa democrática, pela formação de um governo democrático. E tal atitude torna não só necessário, mas imprescindível que o PS se decida finalmente a combater a reacção e a juntar a sua força e influência à força e influência dos outros partidos democráticos — designadamente e, em primeiro lugar, o Partido Comunista Português.

### O PS e a unidade democrática

Nesta situação, adquire particular importância a orientação e a actuação do PS.

Para onde vai o PS?

Vai o PS para a aprovação da política de destruição das conquistas da revolução: da reforma agrária, das nacionalizações, do controlo de gestão, dos direitos dos trabalhadores? Ou decide-se finalmente à sua defesa?

Continuará o PS a defender a legitimidade do governo «AD» governar 4 anos, estendendo uma boia de salvação à «AD» no preciso momento em que esta começa a afundar-se? Ou decide-se finalmente ao combate à «AD» e ao seu governo, com vistas à sua substituição por um governo democrático o mais rapidamente possível?

Vai o PS continuar a sua política de alianças com a reacção (para as eleições das autarquias e para uma futura plataforma de governo) ou decide-se finalmente à aliança com as outras forças democráticas, o que significa a aliança com o mais forte partido democrático — o Partido Comunista Português?

Vai o PS entrar ao lado da «AD» na guerrilha institucional e desestabilizadora contra o Presidente da República, ou decide-se finalmente em tomar firme posição pelo legítimo e pleno exercício de poderes pelo Presidente (assim como pelo Conselho da Revolução) em defesa do regime democrático e das suas conquistas?

Com quem procura o PS consenso? Com a «AD» contra o regime, conforme escreve um comentador do jornal fascista «O Dia», ou com o PCP para defesa da democracia?

Vai o PS manter o seu projecto de revisão da Constituição coincidente em muitos pontos dos mais perigosos para a democracia com os projectos da reacção (como a atribuição ao governo de competência para designar os chefes de Estados-Maiores) e dar à «AD» os dois terços que não tem para a revisão inconstitucional da Constituição, ou vai o PS arrear caminho e decidir-se junto com o PCP e outros partidos democráticos, à defesa da Constituição e dos seus princípios fundamentais?

Vai o PS nas eleições para as autarquias nos próximos anos (conforme já admitiu o seu secretário-geral em resposta à proposta do secretário-geral do PPD) firmar alianças com os partidos da reacção, com o objectivo de procurar tirar aos comunistas a gestão de numerosas autarquias, ou vai o PS actuar para que, com outros partidos democráticos e com numerosos independentes, o PCP e o PS possam em conjunto nas próximas eleições tirar numerosas autarquias à gestão incompetente e corrupta dos partidos da «AD» em vastas zonas do país?

Em síntese: Para o PS, quem é o inimigo? e quem é o amigo? O grande capital, os grandes agrários e os seus partidos, ou os trabalhadores e o PCP?

Muitas vezes a orientação direita do PS foi justificada com a afirmação de que se verificaria na Europa uma tendência irremissível para a direita.

Mas essa perspectiva não se confirmou. Nos países capitalistas da Europa, a roda da evolução política começou a rodar para a esquerda.

Bom seria que o secretário-geral do PS acompanhasse os novos tempos e não insistisse em remar contra o que parece ser a viragem de tendência na política europeia.

Bom seria que aprendesse alguma coisa com a experiência dos socialistas franceses, dos socialistas espanhóis, dos trabalhistas britânicos.

Bom seria que aqueles que no PS português se recusam a qualquer entendimento com o PCP e lancam as pontes de uma nova aliança com partidos reacçãoários, olhassem o exemplo do PS francês que acaba de firmar um acordo eleitoral com o PCP para derrotar a direita e alcançar uma maioria de esquerda ou seja uma maioria PS-PC.

Bom seria que aqueles que no PS português se mostram tão fieis à NATO, tão dispostos ao agrav

## Internacional

# Há 40 anos — a máquina de guerra nazi vencida pela força do socialismo

No dia 22 de Junho de 1941 um imenso exército de invasão, com um total de 5 milhões de homens, entrava em território soviético. Os nazis iniciavam assim a aplicação do seu plano «Barba Rossa», que nunca viria a ser concretizado.

40 anos depois, relembrar estes factos assume uma dimensão profundamente actual. Porque estão bem vivos os perigos que a corrida aos armamentos acarreta para toda a Humanidade. Porque é preciso não esquecer algumas lições fundamentais que a Grande Guerra, a vitória do socialismo, as consequências dessa vitória, trouxeram, e que há quem se esforce não só por ignorar, como — sobretudo — por fazer esquecer.

## As consequências do anticomunismo

Em Dezembro de 1940, Hitler assinou a directiva n.º 21, sob a denominação convencional de plano «Barba Rossa», que continha o esboço estratégico e indicações iniciais para a invasão da União Soviética. Tratava-se de um plano de puro genocídio — o anticomunismo de raiz levado às últimas consequências.

Em instruções escritas aos soldados e oficiais do Exército nazi, dizia-se: «Mata qualquer russo, soviético, não te detinhas mesmo que surja à tua frente um velho, uma mulher ou uma criança — mata, assim escaparás à morte, assegurarás o futuro da tua família e serás glorificado por séculos».

Os funcionários militares e civis da Alemanha nazi determinaram, antecipadamente, quantos milhões de pessoas deveriam obrigatoriamente ser exterminadas nas regiões da Rússia, Bielo-Rússia e repúblicas do litoral Báltico; quantos homens e mulheres deveriam ser submetidos a esterilização forçada; quantas crianças deveriam ser separadas dos pais e germanizadas; que territórios passariam a fazer parte da Alemanha; que territórios deveriam ser «otorgados» por Hitler aos seus aliados europeus.

Os planos minuciosamente elaborados nos gabinetes nazis não se concretizaram. Mas o balanço da chacina e das destruições é impressionante. Vinte milhões de mortos; 70 mil cidades, vilas, povoados e aldeias completamente destruídos; quase 32 mil empresas industriais, 96 mil colhozes, 1076 sovkhoses arrasados. São alguns números da tragédia imposta pelo nazi-fascismo ao povo soviético.

Tragédia a que seguiu os planos nazis deveriam seguir-se outras, que não chegaram a concretizar-se.

Quando se iniciou a execução do plano «Barba Rossa», 12 Estados da Europa já tinham sido

conquistados pela Alemanha. Nos planos nazis, a URSS deveria seguir-se: a Inglaterra, a Islândia, o Egipto, países do Médio Oriente, a Índia, o Afeganistão e, posteriormente, os Estados Unidos.

A vitória do Exército Vermelho impediu a concretização dos planos nazis. Mas a Grande Guerra — com os seus 50 milhões de mortos, os campos de concentração, o genocídio de populações inteiras, os inenarráveis actos de barbaridade, o aviltamento dos valores humanistas pela utilização exclusiva da ciência e da técnica para as mais bárbaras formas de destruição, a imposição de formas de absoluta escravidão e enriquecimento da personalidade humana, a aniquilação dos mais importantes valores conquistados ao longo da história da Humanidade — pode justamente ser considerado um exemplo inesquecível das consequências últimas do anticomunismo. Um alerta face às campanhas anticomunistas que proliferam nos nossos dias.

## A miragem da «guerra relâmpago»

De acordo com os planos nazis, a União Soviética deveria ser aniquilada no prazo de 8 a 10 semanas. A «guerra relâmpago» não passou dos papéis do estado-maior nazi. A resposta do povo soviético — depois das sucessivas derrotas dos vários países capitalistas da Europa,

onde se verificaram verdadeiras entregas do território nacional, por parte dos seus governos — testemunhou uma determinação, a capacidade de concretização de uma vontade nacional, fruto das vantagens da organização económica e política da sociedade socialista, da força extraordinária da ideologia marxista-leninista.

Nesses dias difíceis, a forma de vida dos soviéticos resumia-se na palavra de ordem: «Tudo para a frente de guerra, tudo para a vitória!». Ajuventou organizou um movimento sob a palavra de ordem: «Cumprir uma norma de trabalho por si e outra pelo companheiro que marchou para a guerra». A recusa ao trabalho e a sabotagem eram práticas quotidianas nas regiões ocupadas. No Verão de Outubro de 1941 foram evacuadas das zonas em perigo para os Urais, a Sibéria e a Ásia Central, mais de 1500 empresas industriais, incluindo 1360 grandes fábricas. Nas regiões orientais construíram-se novas empresas. Em três anos de guerra foram postas em funcionamento nestas regiões 2250 grandes empresas industriais.

Dispondo aproximadamente de 3 a 3,5 vezes menos carvão de pedra, de 3 a 4 vezes menos aço que a Alemanha nazi, a URSS criou nos anos da guerra quase duas vezes mais meios técnicos bélicos superiores em qualidade (os equipamentos americanos e ingleses representaram menos de 4% de toda a produção de guerra soviética).

O carácter intrínseco

popular da luta travada pelo povo soviético em defesa da sua pátria, em defesa do socialismo, ressaltou também na acção da guerrilha. Em 1943, o comando fascista foi forçado a lançar contra as organizações guerrilheiras 25 divisões — mais de meio milhão de soldados. Os efectivos totais dos guerrilheiros, ao longo da guerra, foram superiores a 1 milhão e 100 000 homens.

Um outro facto atesta das raízes da resistência e da vitória do povo soviético: morreram durante a guerra dois milhões de comunistas. Uma vez nas mãos dos nazis, ser comunista era o melhor passaporte para ser submetido às mais refinadas torturas, era o melhor passaporte para a morte. Mas ao longo destes anos ingressaram no Pcus mais de três milhões de novos militantes. O papel do Partido na vitória, o papel do Partido na defesa do socialismo, a confiança do povo no Partido, não podem deixar de ressaltar deste facto.

## A vitória do socialismo é a vitória da paz

A vitória da União Soviética sobre os nazis é universalmente considerada como a vitória da paz — o fim da Segunda Grande Guerra Mundial. Tal vitória — de que uma das consequências imediatas foi a formação do campo socialista — criou por outro lado as premissas indispensáveis para que fosse possível o longo período de paz

que temos vivido e as perspectivas de finalmente varrer do horizonte da Humanidade a hipótese de qualquer nova guerra.

Embora uma campanha sistemática — hoje particularmente aguda — vise apresentar a União Soviética e o campo socialista como uma ameaça à paz, os factos comprovam irrefutavelmente o contrário. Imediatamente após o fim da Segunda Guerra Mundial, a URSS tentou sistematicamente manter a cooperação entre os Estados da coligação anti-hitleriana e transformar assim a vitória sobre o nazi-fascismo numa paz durável.

Neste sentido desenvolveram-se grandes esforços para obter tratados de paz equitativos e ficaram-se repelidas propostas de interdição de armas nucleares e de redução de armamento convencional e das forças armadas. Em 19 de Junho de 1946 foi apresentado à comissão de energia nuclear da ONU o projecto de uma convenção sobre a interdição geral e incondicional do fabrico e utilização de armas nucleares.

Em Março de 1954 a União Soviética pediu mesmo a sua adesão à NATO, numa tentativa de retirar a esta pacto o seu carácter agressivo e abertamente anti-soviético. É face à recusa por parte da NATO e à escalada da militarização, nomeadamente da RFA, que a União Soviética e os países socialistas da Europa optam pela criação do Pacto de Varsóvia.

No artigo primeiro do



A vitória do Exército vermelho, a vitória do socialismo, foi também a vitória da paz

preâmbulo do Pacto de Varsóvia, os países participantes comprometem-se a «não recorrer, nas suas relações internacionais, à ameaça ou utilização da força e a regular os seus litígios internacionais pela via pacífica de forma a não ameaçar a paz mundial e a segurança». Por outro lado o Pacto «está aberto aos outros

Estados, que, independentemente do seu regime social e político», estejam dispostos a contribuir para a paz e a segurança. Por último o Tratado de Varsóvia afirma a sua perda de validade, «no caso de criação de um sistema de segurança colectiva na Europa». É difícil ser mais claro na afirmação de vontade de paz.



A segunda grande guerra constituiu uma dramática amostra do que representa o domínio do fascismo, uma terrível demonstração viva de que o fascismo e militarismo têm raízes comuns

## «É a nós que compete a direcção do mundo» — a tónica da política da NATO

Cinquenta e um dias depois de terminada a Segunda Guerra Mundial, foi concluída no Pentágono a elaboração de um plano detalhado em que se previa um ataque contra a União Soviética, desferindo vinte golpes atómicos contra o seu território. No plano sublinha-se que a «ameaça mais séria para a segurança nacional dos Estados Unidos é constituída... pela própria natureza do sistema socialista».

No mesmo momento em que era elaborado este plano, o presidente norte-americano, Eisenhower, num encontro com Stalin em Agosto de 1945, garantia o seu acordo quanto à necessidade de não fazer para impedir uma nova guerra mundial.

Estes factos dão de imediato a indicação de que iria ser a política do imperialismo. Política completamente alheia à paz, política orientada na sistemática tentativa de conquistar uma superioridade militar que lhe permitia «dominar o mundo». Significativamente, o general americano Gruenther, antigo comandante supremo das Forças da NATO, declarava em Fevereiro de 1956: «Quer isso nos agrade ou não, é a nós que compete a direcção do mundo. O sucesso desta Aliança depende principalmente da nossa capacidade de assumir esta direcção».

### O «domínio do mundo»

A situação internacional neste momento é substancialmente

diferente da que se verificava no pós-guerra — não só na Europa, mas em todo o mundo. Não é acaso que os países da NATO atacam hoje contra o «expansionismo soviético», que mais não é que a crescente luta de libertação dos povos, a evolução para o socialismo dos países libertados, a força do movimento operário, o reconhecimento por parte de grandes massas da justiça, do carácter vital da política de paz prosseguida pelos países socialistas. Mas nem por isso mudou a essência profundamente agressiva da política do imperialismo. Mantém-se intactas as pretensões — hoje com um carácter ainda mais perigoso — ao «domínio do mundo».

A «guerra fria», de que um momento culminante é a própria formação da NATO, em 1949, não teve possibilidades de sobreviver à crescente capacidade de defesa do Pacto de Varsóvia. Seguiu-se-lhe a estratégia da «reação flexível», uma cadeia de agressões e ingerências político-militares, dirigidas contra os países socialistas e contra as revoluções de libertação nacional: em 1961, tentativa de invasão de Cuba, e a aprovação pela NATO de um programa de criação de «forças nucleares multilaterais»; em 1963, com o assassinato da Kennedy, defende-se abertamente a ingerência militar, a pretexto da «salvação dos diversos países do «comu-

nismo mundial»; em 1964, inicia-se a escalada da agressão norte-americana ao Vietnam; em 1965, os EUA ajudam a junta militar a sufocar a revolução na República Dominicana. Exemplos que se sucedem numa lista imensa. Exemplos que se repetem hoje, em S. Salvador, na Nicarágua, no Afeganistão, na Polónia.

Desde 1945 a 1979 os Estados Unidos e seus parceiros dos blocos militares desencadearam mais de 100 guerras locais e conflitos armados, muitos por períodos superiores a 5/10 anos. O número total de vítimas, só em 36 destas guerras, atingiu aproximadamente 20 milhões. Significativamente, quase metade das Forças Armadas norte-

americanas encontram-se estacionadas no estrangeiro.

### Que «defesa»?

Esta política aparece «justificada» pela necessidade de «defesa», face à «ameaça soviética». Argumento que entretanto é por vezes deitado por terra mesmo por personalidades e órgãos ligados ao imperialismo.

Em Julho de 1978, «The New York Times» afirmava, em editorial: «A ironia da história consiste em que os Estados Unidos inventaram muito sistemas que, criados depois na União Soviética, representam para nós o maior perigo. O missil com ogivas em «cassete» (com unida-

des divisíveis da ogiva), que no passado promelia grandes vantagens, agora (quando a URSS criou arma análoga) tornou-se arma mais temível para as nossas forças de mísseis subterâneos. Actualmente, para repelir esta ameaça, inclinamo-nos a introduzir, mais uma novidade, a qual por sua vez, como um bumerang, golpeará os Estados Unidos».

Aliás, ao longo de toda a história, os Estados Unidos foram sempre, os primeiros a introduzir os novos sistemas de armas nucleares, como aliás, é reconhecido mesmo pelo conselheiro do ex-presidente Eisenhower, Kistiakowsky.

Hoje com um carácter mais ameaçador, prossegue a mesma política. Em função do «domínio do mundo» ou, como se diz actualmente, da protecção dos «interesses vitais» dos Estados Unidos. São significativas as palavras do general Haig: «a melhor maneira de impedir a guerra é demonstrar à URSS a vontade de fazer o necessário, até mesmo usar armas nucleares para proteger os interesses vitais dos Estados Unidos».

A política de «defesa dos interesses vitais», não passa assim de uma política claramente agressiva. Uma ameaça que ainda não foi possível neutralizar, e a que urge fazer face. E para o fazer com êxito, existe uma força invencível: a vontade dos povos de defender a Paz.

### A CORRIDA AOS ARMAMENTOS

Principais sistemas de armas novas criadas pelos EUA e a URSS desde 1945, segundo especialistas da NATO e de países neutros.

| ARMAS EM SERVIÇO                                                           | ANO DE ENTRADA |      |
|----------------------------------------------------------------------------|----------------|------|
|                                                                            | EUA            | URSS |
| Bomba atómica                                                              | 1945           | 1949 |
| Bomba de Hidrogénio                                                        | 1952           | 1953 |
| Bombardeiro Estratégico                                                    | 1953           | 1957 |
| Missil de alcance médio                                                    | 1953           | 1959 |
| Armas nucleares tácticas                                                   | 1955           | 1956 |
| Missil intercontinental                                                    | 1955           | 1957 |
| Submarino atómico                                                          | 1956           | 1959 |
| Missil lançável de submarino em interação                                  | 1959           | 1960 |
| Missil antimísseis                                                         | 1960           | 1961 |
| Missil intercontinental movido a combustível sólido                        | 1962           | 1969 |
| Missil de ogivas múltiplas (MRV)                                           | 1964           | 1972 |
| Missil de ogivas múltiplas dirigíveis (MRV)                                | 1970           | 1975 |
| Mísseis voadores, da nova geração (mísseis de cruzeiro)                    | 1976           |      |
| Mísseis de ogivas múltiplas, portadores de outras ogivas dirigíveis (MARV) | 1985           |      |

## Desporto

## 34.ª Corrida da Paz — uma grande festa do ciclismo

Decorreu no passado mês de Maio mais uma edição da Corrida Internacional da Paz, a maior prova velocipedica exclusivamente para ciclistas amadores, através das estradas, outrora de guerra, que ligam as capitais de três países socialistas: Berlim, Praga e Varsóvia.

Mas a Corrida da Paz não é apenas uma prova anual de ciclismo. Além de popularizar o ciclismo amador, alia a competição desportiva aos esforços de consolidação da paz no mundo e de coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociopolíticos distintos. É uma reunião fraterna que aprofunda a solidariedade internacionalista entre os desportistas. É uma festa de amizade.

Por isso a Corrida da Paz deve ser analisada na sua globalidade e não apenas de uma forma pontual que torna a análise incompleta e deformada e avilta o seu espírito.

### Desportivismo e convívio

Como competição, como espectáculo desportivo, a 34.ª Corrida da Paz comportou elementos característicos, comuns em todas as suas edições, que marcam a sua diferença e também a sua qualidade face às «Volias», geralmente de profissionais, muito divulgadas no nosso meio desportivo.

Um primeiro elemento é a heterogeneidade de valores pre-

destinada a um deles e para tal devidamente identificada com o seu número.

Cada criança trazia consigo o saco do seu ciclista onde vinham o fato de treino, os calções e ainda uma toalha e um cobertor. Depois de descobrir o seu ciclista, tomava conta da sua bicicleta e orientava-o nos cuidados de higiene e de alimentação presentes em todas as chegadas. Finalmente acom-

Finalmente evidenciou-se que durante toda a prova não houve um único caso de doping, após o rigoroso controlo médico que se efectuava depois de cada etapa.

Em suma, na Corrida da Paz não existem os segredos nem os mistérios que envolvem muitas das competições que nós conhecemos, em que os desportistas são acima de tudo adversários. Nesta prova é tudo ao contrário, todos se comunicam sem quaisquer barreiras, a não ser a da língua, num profundo espírito de amizade e camaradagem.

### Uma festa nas estradas

Juntamente com as características técnicas e organizativas que sumariamente destacámos, outras de não menos importância sobressaem as de uma grande festa humana.

Apesar da diversidade do trajecto entre montanhas e planícies, no campo e na cidade, com chuva e tempo seco, sob frio e calor, a Corrida manteve ao seu longo o mesmo ambiente de festa e entusiasmo.

Todo o percurso se apresentava vestido de fato domingueiro com uma bela imagem de cor e alegria, pelas suas bandeiras, pelas pinturas murais, pelos cartazes que apelavam à paz e à fraternidade entre os povos, mas sobretudo pela arrebatada presença humana.

Uma imensa larga e disciplinada moldura de gente envolvia o asfalto por onde passavam os ciclistas. Milhares de jovens, na sua maioria pioneiros, homens e mulheres, membros de todas as gerações saíram à rua, aclamaram os corredores e a caravana e registaram na sua memória ou numa chapa fotográfica aquilo

pequeno momento de festa em que viviam. Até vários casais de noivos ainda com os seus fatos de cerimónia, abandonaram temporariamente as suas festas e apareceram na estrada para assistir à passeagem da Corrida da Paz.

Presentes, também, um grande número de ciclistas vetera-

nos já com a sua barriginha saliente e muitos, mesmo muitos ciclistas infantis, ascendentes e descendentes de uma prática desportiva quotidiana e de massas.

### Amadorismo de alto nível

A 34.ª Corrida da Paz foi também a comprovação do alto nível técnico e atlético de ciclistas amadores, já demonstrado nos últimos Jogos Olímpicos.

Mais uma vez se confirmou que o profissionalismo não é a condição de uma grande qualidade desportiva.

Vimos o vencedor da prova, o oficial do exército soviético Shakhid Zagretdinov, cobrir os 1869 quilómetros do percurso à média geral de 39,6 Km/h.

Vimos o alemão democrático Olaf Ludwig, que é estudante de educação física, realizar um contra-relógio de 20 quilómetros em Lodz, em 24 minutos e 8 segundos, à média fabulosa de 49,6 Km/h.

Refira-se que a equipa da RDA tinha uma média de idades de 22 anos e era composta por cinco estudantes de educação física e um mecânico de automóveis. A equipa da URSS era formada na sua generalidade por membros das Forças Armadas Soviéticas.

Mas poder-se-á perguntar, como conseguem os desportistas trabalhar, estudar e ao mesmo tempo treinar, participar nas competições e obter brilhantes vitórias?

Acontece que nos países socialistas o desporto é um meio de educação, uma fonte de saúde e não de enriquecimento. Por isso não existem desportistas profissionais. Cada jovem ou estuda ou exerce uma profissão fundamental que lhe proporciona os meios de subsistência.

Nestes países onde não existem «empresas desportivas», sabe ao Estado o cuidado pelo desenvolvimento do desporto de todos os seus cidadãos desde a infância à velhice.

O desporto é parte integrante da vida de cada um. Na escola, no instituto, na universidade, o desporto é uma disciplina obrigatória. Os clubes e associações desportivas das fábricas, cooperativas, escolas e do exército oferecem à juventude variadas possibilidades de treinar regularmente a modalidade desportiva preferida sob a orientação especializada mediante uma pequeníssima quotização mensal.

Depois todo o estudante que pratica desporto tem nas Esparatizadas a sua grande competição. Pode qualificar-se em competições de escola ou de terra para a Esparatizada concelha e assim por diante até às Esparatizadas nacionais onde se revelam os futuros campeões.

Cabe pois aos clubes e associações desportivas o fornecimento gratuito de todo o equipamento e material para treino e competição, assim como assegurar a possibilidade de deslocação para os locais de competição.

Por exemplo, na RDA que tem uma população 1,7 vezes maior que a nossa, existem 22 mil ciclistas de todas as categorias, isto é, 30 vezes mais que em Portugal.

Esta realidade desportiva não pode, contudo, ser desligada da realidade social e política, que tem como fim o desenvolvimento integral do indivíduo satisfazendo as suas necessidades materiais e espirituais.

### 1869 km de luta e de História

O giro da Corrida da Paz não constitui um mero somatório de etapas nem de quilómetros de asfalto vividos no pedalar dos ciclistas.

As estradas por onde passa, recordam bem os tempos da ocupação nazi, da guerra, da destruição, da morte, mas também o pulsar da luta, da vitória,

da construção duma nova sociedade.

A edição deste ano iniciou-se em Berlim, capital da RDA, cidade moderna mas que guarda ainda os vestígios da destruição como a Praça da Academia, em Reconstrução, e os muros de Friedrichstrasse.

Ainda em território da RDA, a prova atravessou Teltow em cujas colinas se desenvolveram os últimos combates antes da libertação de Berlim, Potsdam, onde se celebrou o acordo dos aliados e que contém um dos primeiros campos de concentração nazis — Sachsenhausen — e Brandeburgo em cuja penitenciária estiveram presos, dezenas de anos, dirigentes antifascistas, entre os quais o actual Presidente do Conselho de Estado da RDA, camarada Erich Honecker.

No caminho da Checoslováquia, a Corrida percorreu a zona de Weimar onde se situa o tristemente célebre campo de concentração de Buchenwald. Perto de Praga, estivemos junto da vila mártir de Lidice que foi completamente arrasada e os seus habitantes assassinados pelas tropas hitlerianas. Actualmente é um vasto campo de rosas vermelhas.

Até Varsóvia, onde terminou a prova, muitas foram as localidades transportadas que têm a sua história na luta de libertação contra o ocupante fascista. Não podemos esquecer a capital polaca, os seus ghettos, a sua imagem de destruição que em 1945 abarcava mais de 2/3 da urbe. Mas as estradas que foram de guerra, hoje são de paz e de esforço na construção duma nova sociedade liberta da exploração do homem pelo homem. Patentes ao longo do percurso sinais de grande desenvolvimento económico desses países, momento no plano industrial. Salientamos os grandes complexos industriais, ópio de Jena, automóvel de Boleslav e têxtil de Lodz.

sentos. Esta prova conseguiu reunir entre uma centena de ciclistas representantes de diversos níveis de desenvolvimento do ciclismo.

A par da participação dos campeões olímpicos e outros ciclistas de excepional qualidade e grande índice atlético, como os da URSS e da RDA, estiveram também presentes corredores de países onde o ciclismo ainda está num estado intermédio como a Finlândia e Cuba e novos ciclistas, ainda em rodagem, de potências do ciclismo como a Itália, a Bélgica e a França, que se bateram sem complexos, de igual para igual, numa importante demonstração de desportivismo.

Outro elemento importante é a assistência a chegada que foi igual para todos. Junto à meta estavam tantas crianças como corredores, cada uma das quais

### Por Alberto Pitacas nosso enviado especial

## SEMANA Internacional

3 Quarta-feira



Gracia e «sombra» dos coronéis

Gera-se a confusão nos meios políticos de Atenas após o ministro grego da Defesa, Evangelos Averoff, ter deixado sem resposta uma interpelação no parlamento sobre um suposto golpe de Estado suspenso na passada segunda-feira, no último minuto. São submetidos a tribunal marcial os oficiais rebeldes responsáveis pelo assassinato do presidente do Bangladesh. O Papa João Paulo II regressa ao Vaticano, três semanas exatas após ter sido ferido gravemente a tiro na praça de S. Pedro. A polícia racista sul-africana prende no Soweto cinco jornalistas, enquanto a polícia de choque reprime violentamente estudantes mestiços dentro das próprias salas de aula, prendendo centenas deles.

4 Quinta-feira

Os Partidos Socialista e Comunista franceses concluem um acordo eleitoral e político com vista a obter maioria de esquerda nas próximas eleições legislativas. A Organização da Conferência Islâmica, constituída por 42 nações, lança um apelo para acabar com a ocupação de Jerusalém e outras zonas árabes por Israel e acusa o governo de Telavive e dos EUA da responsabilidade pela violência no Líbano e no Médio Oriente. A imprensa notícia que o tenente-coronel brasileiro Nivaldo M. de Oliveira Dias foi transferido do seu posto de comandante do 2.º batalhão de infantaria da selva por ter responsabilizado abertamente o serviço secreto do Exército pelo ataque à bomba a um concerto "rock" no Rio de Janeiro no 1.º de Maio.

5 Sexta-feira

Um relatório do Instituto Internacional de Estocolmo de Estudos para a Paz (SIPRI), organização independente que analisa globalmente os efeitos das políticas militares e de defesa, considera que as decisões da administração Reagan de aumentar as despesas militares, especialmente no âmbito nuclear, de não ratificar o tratado SALT II e de liberalizar a venda de armas, agravaram o perigo de uma guerra nuclear. As FFAA sionistas reconhecem os bombardeamentos em vários arredores de Beirut, no Líbano, enquanto os 42 países participantes na Conferência Islâmica concordam lutar pela expulsão de Israel da ONU e votarem contra a acreditação do delegado israelita na Assembleia Geral da ONU. O Conselho da ONU para a Namíbia aprova uma declaração em que exorta os Estados membros a trabalhar resolutamente em favor da independência daquele país africano, com a retirada incondicional das tropas da África do Sul.

6 Sábado



Porta-aviões «Midway»

Milhares de pessoas manifestam-se em Tóquio contra a chegada à base naval de Yokosuka do porta-aviões nuclear norte-americano "Midway", enquanto mais de 10 000 pessoas se manifestaram junto da base norte-americana; entretanto o governo japonês oede às pressões belicistas dos EUA, programando para o próximo ano um aumento de cerca de 7% nas suas despesas militares. O vereador comunista Uberto Siola, da cidade italiana de Nápoles, é ferido a tiro nas pernas num atentado de terroristas das "Brigadas Vermelhas", enquanto o influente jornal "Corriere della Sera" reaparece à venda após os proprietários acederem à exigência dos trabalhadores para suspenderem quatro jornalistas e quatro empregados administrativos envolvidos no escândalo da loja maçónica P2. A "ala militar" da ETA reivindicou o atentado que ontem matou um polícia e feriu quatro na cidade de San Sebastian. Desastre ferroviário na Índia causa quase três mil vítimas, quando um comboio superlotado se despenhou duma ponte para o rio, tumultuoso devido a temporais.

7 Domingo

O presidente da República Italiana, Sandro Pertini, mostra sinais de impaciência ante a demora de Arnaldo Forlani na formação de um novo Governo, enquanto este declara precisar de "semanas" para o fazer. Um comunicado do ministério da Defesa angolano anuncia que os ataques dos racistas sul-africanos contra a República Popular de Angola prosseguiram durante o período entre 26 de Maio e 3 de Junho, causando 31 vítimas, das quais pelo menos 22 são civis. São suspensos vários jomais no Irão incluindo o diário "Revolução Islâmica", do presidente Bani-Sadr, fazendo assim desaparecer praticamente todas as vozes discordantes com a linha política do Partido Republicano Islâmico, maioritário no parlamento e no governo, e debilitando ainda mais a posição do presidente Bani-Sadr. O primeiro-ministro francês, Pierre Mauroy, garante que serão criados 210 000 novos postos de trabalho, sobretudo na Função Pública, nos próximos 18 meses. A aviação sionista bombardeia uma central nuclear iraquiana nos arredores de Bagdad, destruindo-a, sendo de imediato esta acção condenada em todo o mundo, incluindo os EUA e o Egipto; este acto criminoso dos sionistas foi ainda considerado pela comunidade internacional como banditismo internacional, que vem agravar perigosamente a tensão no Médio Oriente.

8 Segunda-feira



Confito no Irão

O presidente do México, Lopez Portillo, parte de Washington para dois dias de conversações em Camp David com o presidente Reagan. Claude Cheysson, ministro francês dos NE, e o seu homólogo italiano Emilio Colombo, exprimem a sua preocupação perante a política monetária dos EUA, caracterizada por uma luta contra a inflação na base de elevadas taxas de juro, o que provoca uma valorização do dólar e fere as economias capitalistas europeias. O "ayatollah" Khomeiny ameaça tomar uma atitude contra o presidente Bani Sadr por este haver ignorado uma proibição imposta ao seu jornal; esta declaração de Khomeiny surge numa altura em que os partidários do presidente da República e do Partido Republicano Islâmico se enfrentam nas ruas da capital do país.

9 Terça-feira

O Chefe do Estado-Maior da Defesa e os directores de dois serviços secretos italianos entram de licença juntamente com mais 13 oficiais superiores devido à inclusão dos seus nomes na lista de quase mil italianos proeminentes que pertenciam à associação secreta denominada «Loja Maçónica P-2». O governo espanhol entra em conflito com as autoridades francesas depois de ter sido anunciado em Paris que não será extraditado um membro da ETA que se encontra detido em França.

### EFEMÉRIDE DA SEMANA

A 7 de Junho de 1971 a URSS cria pela primeira vez uma estação científica orbital com a junção da estação «Salut» com a nave espacial «Soyuz-2», tendo sido de 24 dias o período de permanência a bordo da equipa de astronautas soviéticos que «estreu» a estação.

## Internacional

# Tudo vale para manter a tensão no Médio Oriente

## Um acto de pirataria internacional

Domingo passado nove jactos da força aérea de Israel bombardearam uma central nuclear iraquiana, junto de Bagdad, a capital do país. «Justificando» este inqualificável acto de pirataria internacional, o governo de Israel afirmou que ali estaria a ser construído um reactor nuclear.

Digamos que este «estilo» da política internacional de Israel se vai tomando — perigosamente — um hábito. Pretende-se forçar a retirada dos mísseis implantados em território libanês, destinados a defender o país da permanente sucessão de actos agressivos por parte de Tel-Aviv, redobrando os ataques militares. Agora destrói-se uma central nuclear, pretextando que constitui uma «ameaça» à defesa de Israel.

E, entretanto, pese embora todas as condenações formais, Israel tem cada vez mais armas fornecidas por Washington, não excluindo a possibilidade de armas nucleares no seu arsenal, mantendo uma política de agressão e exploração em relação aos povos árabes e em particular ao povo palestino.

Na verdade o governo de Tel-Aviv não demonstra uma grande originalidade. Também o imperialismo norte-americano mantém uma política profundamente agressiva, que pretende justificar em nome da «defesa dos seus interesses».

### Terrorismo — o que é?

Esta acção de pirataria internacional por parte de Israel vem recolocar a questão do que significa de facto **terrorismo**. Quem o pratica? Quem o promove?

Em comunicado oficial da OLP, relativo ao recente assassinato do seu representante em Bruxelas, afirma-se: «Quando o homem, a mulher e a criança mortos são palestinos e os pistoleiros ou pilotos ou soldados de artilharia são israelitas, o terrorismo não toma o nome de terrorismo, sendo antes classificado de legítima defesa ou qualquer outra cobertura hipócrita».

Na reunião realizada há dias em Bagdad, a Organização da Conferência Islâmica — que lançou um apelo para acabar com a ocupação de Jerusalém e outras zonas árabes por Israel, e acusou o governo de Tel-Aviv e os Estados Unidos da responsabilidade pela violência no Líbano e no Médio Oriente — considera o apoio inequívoco dos Estados Unidos a Israel como «equivalente de terrorismo».

### Comunistas árabes denunciam as causas da escalada actual

«O perigo de uma agressão israelita ameaça a Síria e o Sul do Líbano. Uma parte do exército de reserva foi mobilizado e concentradas tropas nas fronteiras do Sul do Líbano e da Síria. Múltiplas ameaças foram lançadas contra a Síria»



A exigência da participação dos comunistas no governo é garantia da concretização de esperanças que passam também pelo acordo já estabelecido para as legislativas entre o PCF e o PSF

# França, na véspera das eleições legislativas

Dias 14 e 21, em França, trava-se uma nova batalha para que os resultados eleitorais das eleições presidenciais tenham o seu corolário lógico — uma Assembleia com maioria de esquerda, passo necessário para a concretização de uma política de esquerda.

### A declaração comum

«No estádio actual — afirma-se no acordo comum estabelecido entre o PCF e o PSF — o Partido Socialista e o Partido Comunista puseram-se desde já de acordo para confirmar e fortalecer a vitória do 10 de Maio desenvolvendo a sua cooperação, em particular onde estão colocados para gerir em conjunto as questões públicas, e, naturalmente, decidindo para a segunda volta das eleições a assistência mútua a favor do candidato mais bem colocado pelo sufrágio universal».

Como se afirma igualmente no comunicado, «assim serão criadas as condições que permitirão a constituição de uma maioria coerente e durável decidida a tudo fazer para participar na aplicação da nova política que as francesas e os franceses escolheram ao ele-

ger François Mitterrand a presidência da República».

Trata-se, como foi destacado por George Marchais, secretário-geral do PCF, de «um acordo político positivo, de natureza a favorecer a unidade de todas as forças necessárias ao êxito da mudança desejada pelas francesas e os franceses».

Na verdade, o acordo ultrapassa o simples estabelecimento de regras de uma coexistência mútua nas eleições, para se referir a uma maioria e a uma política comuns.

### Os problemas que subsistem

O acordo concluiu entre os dois grandes partidos da esquerda francesa — se constitui só por si um passo importante para a sua unidade, e uma ligação para outros países europeus, como é o caso de Portugal — está longe de constituir ainda uma plataforma segura para o futuro. Muito caminho há ainda a percorrer.

Por um lado, nada está estabelecido quanto à eventual par-

ticipação dos comunistas no futuro governo francês, embora o PCF uma vez mais tenha reafirmado, através do seu secretário-geral, que os comunistas estão «mais do que nunca prontos a tomar lugar no governo para dar a sua contribuição à obra comum».

Trata-se de um dos pontos mais contestados pelo imperialismo, empenhado em fazer recuar um processo que claramente reflecte a vontade do povo francês. As divergências ressaltam, em matéria de política externa, em questões como os acordos de Camp David, a análise dos acontecimentos na Polónia, a intervenção no Afeganistão, a atitude em relação à implantação de mísseis nucleares na Europa. No que respeita à política interna estão em causa a amplitude das nacionalizações e o ritmo do crescimento económico, por exemplo.

Entretanto, como declarou o secretário-geral do PCF no encontro com o PSF, «é preciso manter porque não somos semelhantes, porque não estamos de



No Líbano, como nas zonas ocupadas, uma política de repressão e agressão

caminho possível e justo, unanimemente defendido pelas forças progressistas árabes e pela União Soviética.

Assim, o Partido Comunista de Israel considera como condições básicas para o definitivo saneamento da complexa situação que hoje se vive no Médio Oriente:

● A retirada de Israel de todos os territórios árabes ocupados na guerra de 1967;

● O respeito dos direitos do povo árabe da Palestina à autodeterminação, designada-

mente à formação do seu próprio Estado independente;

● O fim do estado de guerra; o respeito pela integridade territorial e soberania de todos os países da região e o seu direito a viverem em paz e dentro de fronteiras seguras e reconhecidas; a não utilização da força nas relações mútuas, nem a ameaça do seu emprego;

● A renúncia por parte de Israel à anexação da parte leste de Jerusalém.

Não há outro caminho possível para a paz.



# Entre o regime racista da RSA e o exemplo do Zimbabwé

A política prosseguida pelo regime racista da África do Sul constitui hoje questão central para todo o continente, desdobrando-se nas suas diferentes consequências: travão à solução do problema da Namíbia, agressões aos países fronteiriços — em particular Angola — cruel repressão interna. Paralelamente, esta política é actualmente apoiada, sem sofismas, pelo governo dos Estados Unidos.

Há alguns dias o «New York Times» publicou um memorando, redigido por Chester Crocker, assistente do secretário de Estado para África, que expunha os grandes princípios da es-

tratégia norte-americana relativa à Namíbia.

As propostas norte-americanas, elaboradas em oposição ao projecto da ONU, assentam em duas pretensões que com-

## Luta contra as armas nucleares um balanço positivo

Inserindo-se num amplo movimento internacional pela paz e pelo desarmamento, o movimento nacional de opinião pública «Não As Armas Nucleares em Portugal», prepara o seu primeiro Encontro Nacional para o próximo dia 11 de Julho, em Lisboa.

O balanço da acção e crescimento deste movimento nacional é muito positivo. Tendo organizado a sua primeira iniciativa pública em 27 de Março, numa sessão realizada no Pavilhão dos Desportos em Lisboa, que reuniu mais de 4000 pessoas, conta com a crescente adesão de inúmeras organizações e personalidades. De destacar que cento e vinte organizações — entre câmaras, associações cívicas e religiosas, sindicatos, comissões de trabalhadores, federações sindicais, associações de estudantes, assembleias e juntas de freguesia, grupos recreativos, desportivos ou culturais — já aderiram ao movimento.

Em dois meses de existência do Movimento contra as armas nucleares, mais de 3000 pessoas estiveram presentes em sessões realizadas na Ajuda, Vialonga, Porto Salvo, Faculdade de Letras de Lisboa, Torres Vedras, Sintra, Sobralinho (Alhandra), Faculdade de Direito, Oeiras, Penedo (Cascais), Liceu D. Pedro V, Torres Novas, Marinha Grande, Almada, Barreiro, Alvalade-Sado, Moita, Santiago do Cacém, Montijo, Setúbal, Leiria.

A luta contra as armas nucleares ganha assim rapidamente envergadura em Portugal.

prometem à partida qualquer processo de real independência: a imposição ao povo namibiano de uma «Constituição» que consagre antecipadamente, antes das eleições gerais, os privilégios da minoria branca e a liberdade de acção dos monopólios internacionais; a convocação de uma força armada «neutra», composta essencialmente por contingentes dos países da NATO, para vigiar as eleições.

Para completar este quadro, o memorando aponta para o cimentar das relações entre Washington e Pretória e recomenda-se a diminuição das restrições impostas ao comércio com aquele país, a conclusão de um acordo sobre as relações consulares, a manutenção de contactos militares e mesmo «contactos nucleares».

Entretanto, o Conselho das Nações Unidas para a Namíbia, reunido na capital do Panamá, emitiu uma declaração que fixa «dois objectivos supremos: a retirada incondicional da África do Sul do território que ocupa ilegalmente e uma rápida independência para a Namíbia».

Assim se confirma uma vez mais a oposição frontal entre os interesses internacionais e do continente africano, e os interesses de Washington e Pretória.

### O exemplo do Zimbabwé

Com um ano de liberdade o Zimbabwé surge, no pólo opo-

to, como exemplo do que é possível fazer, inserindo-se num processo revolucionário — apesar das muitas dificuldades a superar.

O balanço de um ano de independência é francamente positivo, salientando-se, particularmente, o facto de se ter conseguido — como recentemente declarou à revista soviética «Tempos Novos», Robert Mugabe — «lançar as bases de reconciliação nacional e da conservação da paz no país».

Nos domínios económico e social os resultados são francamente positivos. Estão a ser criadas as condições para lançar as bases da economia socialista do país. Nos próximos três anos planeia-se a criação de cooperativas no campo, que formarão a base da nova estrutura socioeconómica nos meios rurais. Na indústria, pretende-se aumentar o papel dos operários na direcção da produção.

Entretanto as exportações aumentaram 127 milhões de libras esterlinas em relação ao ano anterior, enquanto a extração de minérios viu o seu valor acrescentado, no mesmo período, de 66 milhões.

Foram construídas duas vezes mais escolas e hospitais, e o governo conseguiu alojar quase um milhão de pessoas vítimas da guerra, enquanto continua a repatriação de refugiados. Foi estabelecido um salário mínimo que deve ser brevemente aumentado.

Há alguns dias, o primeiro-mi-



Granadas de gás contra jovens manifestantes na África do Sul. A violência é uma constante na política governamental na RSA

nistro do Zimbabwé reafirmou o total apoio à luta do povo da Namíbia prometendo apoio militar, moral e político aos guerrilheiros da SWAPO. Trata-se de formas de solidariedade particularmente importantes, e que unem os países progressistas de África e

os povos do continente em luta pela sua libertação. Solidariedade que se soma ao próprio exemplo, a força de atracção que constitui a construção de novas sociedades, estímulo para os povos que se batem por esses mesmos objectivos.

## Poder local

# Resolver os problemas do Povo defender a Democracia

Resolver os problemas do povo, defender a democracia — é a palavra de ordem que preside à Conferência do PCP sobre o Poder Local, cujos trabalhos preparatórios entraram agora na fase final caracterizada antes de mais por uma participação que ultrapassou de longe as previsões mais optimistas.

Na verdade, a Comissão Organizadora reunida na semana passada apurou a existência de cerca de quinhentas inscrições para intervenção nas Secções de Conferência, para além das cinquenta intervenções de fundo sobre os temas gerais. Este facto e os dados já conhecidos sobre os números de participantes nas reuniões, plenários, debates realizados por todo o País permitem concluir que esta iniciativa atingiu um invulgar grau de descentralização e envolvimento das bases do Partido na sua preparação.

É isto sem contar com as contribuições que continuam a chegar para melhoramento dos textos gerais vindas de organismos e camaradas especializados nos assuntos propostos, como o organismo de Artes e Letras, as organizações de Comerciantes (no que toca a abastecimento público), de Professores, Bancários (nas questões de política de crédito), de Desporto, Economistas (quanto ao desenvolvimento económico), Arquitectos, etc. As cerca de duzentas propostas de alteração já enviadas não encerraram o debate preparatório. Esta semana, por exemplo, vai realizar-se mais uma reunião dos camaradas e amigos que participaram nas Jornadas Nacionais sobre Loteamentos Clandestinos recentemente realizadas no Seixal, para aperfeiçoamento dos textos finais a levar ao debate na Conferência.

Entretanto, na semana passada, a Comissão Organizadora tinha já recebido e revisto mais de uma centena de intervenções escritas a levar à Conferência, distribuídas da seguinte forma: sete para a I Secção, cinco para a II, vinte para a III, dez para a IV, dez para a V, onze para a VI, quatro para a VII, quinze para a VIII, doze para a IX, sete para a X e oito para a XI Secção.

Os temas abordados salientam-se, a título de exemplo, a actividade das Associações de Moradores (Beja); o trabalho em minoria numa Câmara Municipal (Almodôvar); obras por administração directa (Estremoz, Vidigueira, Beja); Loteamentos e construção legal, habitação

clandestina e planeamento urbanístico (Almada); Habitação (Sines, Moita); Habitação numa Câmara «AD» (Leiria); o trabalho das Juntas de Freguesia (Amareleja, Marinha Grande, Ajuda, Sé, St.ª Marinha do Zêzere, Senhora da Hora, Lavra, Sebolido).

E as intervenções continuam a chegar, bem como as inscrições para as onze secções, para além das que muito provavelmente serão feitas já na própria Conferência, durante o decorrer dos trabalhos. Como se esperava, não será certamente possível ouvi-las todas. Mas isso em nada diminuirá o valor das contribuições que os cerca de mil delegados e numerosos convidados possam dar à Conferência, uma vez que é ponto assente a publicação de um livro sobre este importante trabalho que está a ser feito e culminará no próximo dia 21 com uma grandiosa jornada de estudo e defesa do Poder Local.

Assim, há que prosseguir o esforço para a passagem ao papel do maior número possível de experiências com a única preocupação de ser claro e conciso nos relatos. O tratamento posterior de cada texto, em termos de redacção, será uma tarefa de que outros camaradas se encarregarão.

Só desta forma, sem prejuízo de uma certa espontaneidade na participação no debate nas secções, se poderá levar ao conhecimento geral as experiências concretas de trabalho e actividade desenvolvida nas autarquias de todo o país.

Continuam entretanto a realizar-se por todo o lado encontros de quadros e eleitos nas autarquias. No domingo passado foi a vez dos militantes do Partido do distrito de Leiria debaterem os problemas do Poder Local, fazer o balanço da actividade dos eleitos, definir a sua acção futura face à crescente ofensiva das forças de direita contra as autarquias e as populações do distrito. No Encontro, a que estiveram

presentes os camaradas Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP e Jaime Félix, suplente do Secretariado do CCE responsável pela DORLEI do PCP, participaram 160 camaradas e amigos. O elevado número de intervenções, cerca de meia centena, permitiu o levantamento dos principais problemas e das múltiplas carências a nível local e regional. Das conclusões dos trabalhos salienta-se a necessidade de continuar a reforçar «a leal e fraterna colaboração com o MDP e com os numerosos independentes do distrito que apostam na defesa dos ideais de Abril»; «reforçar as Comissões Coordenadoras Concelhias e de

Freguesia da APU»; «melhorar a direcção e acompanhamento a nível concelhio do trabalho nas autarquias, nomeadamente quanto à política de unidade com forças políticas democráticas e outros eleitos individualmente considerados». Por outro lado, no que se refere ao funcionamento regular dos órgãos autárquicos e à resolução dos problemas de fundo do distrito, os participantes no Encontro consideraram vital incentivar a luta pelo respeito integral dos limites de revisão constitucional em matéria de Poder Local, bem como pelo respeito pelas leis em vigor, nomeadamente a das Atribuições e Competências e Finanças Locais. A propósito

## conferência do PCP sobre poder local 21 JUNHO 81

9.00 H

## almada pavilhão da escola d.antonio da costa



localização e vias de acesso



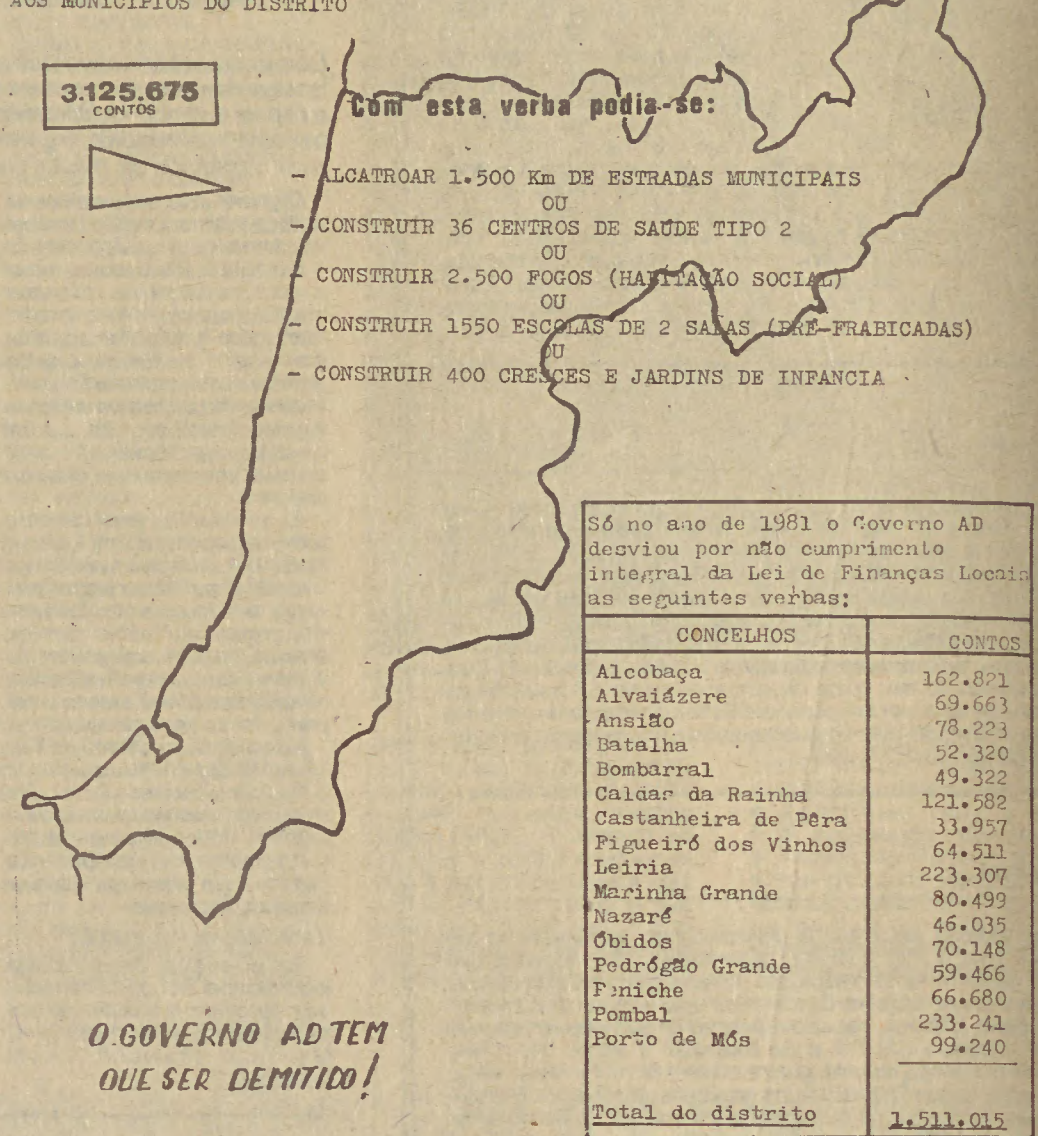
foi denunciado o roubo de 1,5 milhões de contos ao distrito de Leiria (ver mapa). Ainda no que toca à legislação foi salientada a necessidade de lutar pela aprovação de uma Lei de delimitação de responsabilidades entre o poder central e local que respeite a efectiva descentralização e reforce o Poder Local. Quanto à prática das autarquias do distrito foram condenadas todas as tentativas de delimitação das liberdades democráticas, nomeadamente as posturas e regulamentos limitativos de propaganda escrita, sonora ou outra, decidindo-se denunciar cada vez mais energicamente o boicote à utilização de instalações públicas para reuniões, bem como as ilegalidades, os abusos de poder, a corrupção e o compadrio que existem em vários órgãos do distrito, sobretudo nos dirigidos pela «AD».

Os trabalhos, integrados na preparação da Conferência sobre o Poder Local, analisaram ainda algumas deficiências de actuação, sendo proposto procurar melhorar e incentivar a informação do Partido e da APU à população; apoiar a actividade das Comissões de Moradores existentes e criar novas onde houver condições; melhorar o apoio aos eleitos do PCP e da APU para que possam intervir mais e melhorar a resolução dos problemas das populações. Ainda neste âmbito foi decidido lutar para conseguir a participação das freguesias num mínimo de 20% da parcela b) das receitas municipais. Analisadas as carências a nível local, que vão desde a falta crescente de habitações a preço acessível, ao flagelo da poluição, a gritantes carências no domínio da água, esgotos, recolha de lixo,

## Governo AD não cumpre a Lei das Finanças Locais

— EM 1981 RETIROU AO DISTRITO DE LEIRIA 1.511.015 CONTOS

EM 3 ANOS OS GOVERNOS DA AD/PPD/CDS RETIRARAM AOS MUNICIPIOS DO DISTRITO



GTA-SIP/DORLEI DO PCP

electrificação nas zonas rurais, rede viária, insuficiência de transportes, estruturas de saúde, estabelecimentos de ensino, etc., etc., os participantes no Encontro passaram às questões regionais que consideraram merecer uma maior e melhor atenção, para que seja possível vencer os enormes desequilíbrios existentes entre os vários concelhos e dotar

o distrito de Leiria das infra-estruturas necessárias e correspondentes ao seu potencial industrial e agrícola. Nesse sentido foi decidido começar a trabalhar para um futuro Encontro Distrital sobre Desenvolvimento Regional, e lutar desde já na Assembleia da República, nas autarquias e junto das populações para a resolução de algumas questões mais

imediatas, como por exemplo a instalação em Leiria do Centro Técnico de Cerâmica e Vidro, a construção de um novo Hospital Distrital, a criação da Escola Superior de Pescas e Ciências Marítimas em Peniche, a instalação do Museu do Vidro na Marinha Grande, do Museu da Resistência no Forte de Peniche e de um Museu de Cerâmica em Caldas da Rainha.

## Corrupção e PPD de mãos dadas em St.ª Cruz

A Câmara Municipal de St.ª Cruz continua a dar que falar pelas suas actividades obscuras onde o compadrio e a corrupção parecem estar na ordem do dia. «Só agora a população começa a abrir os olhos, tão descaradas são as manobras que por ali se fazem, protestando cada vez mais abertamente não obstante o clima de repressão em que ainda se vive».

Um dos escândalos que andam na boca de toda a gente está ligado ao concurso público realizado em fins do ano passado para um direito de táxi-A (tipo Geep) para a Praça do Caniço, a que concorreram vários motoristas profissionais e uma senhora, doméstica, possuidora de carta de amador e que nunca exerceu profissão por conta de outrem.

A história começa por ficar pouco clara quando a referida senhora, inocência da Gama de seu nome, se apresenta ao concurso com uma declaração do Sindicato dos Motoristas em como está sindicalizada desde Fevereiro de 1975.

O que desde logo levanta perguntas óbvias: Como é que alguém pode estar sindicalizado não tendo nunca exercido profissão?

— Como é que o sindicato pode declarar uma coisa que não é verdadeira sem cometer uma ilegalidade e prejudicar os outros sócios? — Será que a referida senhora pagou, de uma assentada, com o compadrio de amigos bem colocados, os descontos para o Sindicato?

Sendo do domínio público que aquela concorrente começou

a descontar para a Caixa de Previdência em Março de 1980 e que em fins de Outubro do mesmo ano (um mês depois da abertura do concurso) pagou de uma só vez as prestações referentes ao período compreendido entre Dezembro de 1978 e Fevereiro de 1980, as suspeitas de viamento do processo não podem deixar de avolumar-se, tanto mais que tudo isto é do conhecimento do presidente da Câmara, Paulo de Jesus, eleito pelo PPD.

É claro que o direito de táxi foi atribuído à dita senhora, ou a mesma não estaria com tantos problemas.

A reclamação apresentada por escrito à Câmara Municipal de St.ª Cruz pelos restantes concorrentes, não mereceu resposta. Em sessão pública do executivo, ao ser analisada (?) uma exposição acompanhada de abaixo-assinado feita por motoristas da Freguesia do Caniço, protestando contra a ilegalidade que a Câmara PPD estava a cometer ao dar um direito de táxi-A a quem nunca exerceu a profissão, não mereceu qualquer atenção dos vereadores do PPD.

O presidente limitou-se a submeter o documento à votação para o fazer rejeitar por maioria.

Os motoristas não gostaram, a população não gostou. Como não está a gostar de todos os outros escândalos que proliferam na Madeira. E começa a compreender que os votos que tem na mão servem para eleger... ou não, os que estando no poder não servem a população mas sim a si próprios e aos amigos.

Na Nazaré temos quase tudo, mas tudo é insuficiente e funciona mal — as palavras são de um dos candidatos da APU às eleições suplementares para a Câmara, Alberto Matias, e resumem de forma simples a realidade do concelho.

Exceptuando as obras do porto de abrigo (conquista popular, hoje explorada politicamente pelos seguidores de Mário Soares como benesse «dada» pelos governos socialistas, que despidoradamente fazem tábuas rasa duma luta de gerações persistentemente travada desde o tempo da monarquia até aos nossos dias) tudo o mais são carências no concelho, como a reportagem do «Avante!» constatou. As escolas são poucas e estão superlotadas. Quem não pode pôr os filhos no único Externado do concelho tem de os mandar para Alcobaca ou para Caldas, uma vez que não existem Escolas Secundárias e o próprio ensino secundário do Externado é incompleto.

Os infantários existentes nas vilas da Nazaré e Valado dos Frades de há muito que se tornaram insuficientes, enquanto em Famalicão da Nazaré e Fanhais as crianças continuam entregues a si próprias ou a familiares idosos, com todos os inconvenientes que tais situações acarretam. O Hospital concelhio não tem consultas de especialidade, enquanto no Posto de Saúde os doentes só são atendidos com marcação prévia. Como diria a

propósito outro candidato da APU, Horácio Matos, ao Posto só vão os doentes crónicos ou os que conseguem prever quando vão estar doentes. No que toca à habitação o panorama não é mais animador. A construção de um bairro social, proposto pela APU já em 1975, embora aprovada pelos órgãos autárquicos encontra-se num impasse, ao que consta por divergência de opiniões quanto ao terreno a escolher. E enquanto o problema se arrasta as necessidades vão aumentando de ano para ano, para já não falar do agravamento dos custos da obra que, em última análise, serão as populações a suportar. Se é verdade que a rede de esgotos se estende agora praticamente por todo o concelho, não é menos verdade que nada se está a fazer para o seu tratamento, sendo os mesmos lançados no rio Alcoa, cujas águas são frequentemente utilizadas na lavagem de produtos hortícolas. A poluição crescente do rio, para que contribui também a Platex, empresa de madeiras, situada perto de Famalicão, não pode deixar de preocupar a população pelas graves consequências que a médio prazo se farão sentir.

É possível mudar O rol poderia continuar por aí fora no que toca à situação noutros sectores da vida da Nazaré onde, como diria Horácio Matos, haveria condições para muitos destes problemas estarem resolvidos.

Se as forças políticas que desde 1976 detêm a maioria nos órgãos autárquicos (PS e «AD») tivessem capacidade para os resolver. Não têm. E a prova mais completa disso foi a recente demissão dos eleitos do PS na Câmara Municipal. Para além de divergências internas a razão fundamental da demissão foi «não saber que fazer na administração do município, não saber dar resposta às solicitações dos municípios», como afirmou o camarada Raimundo Ventura, outro elemento da lista da APU. Esta também a opinião do cabeça de lista da APU, Fernando Soares, que considera que só com a modificação das estruturas actuais da Câmara Municipal é possível resolver os problemas da Nazaré. Refirir-se o candidato independente da APU às obras básicas do concelho, que de resto são indicadas — como de costume — por todas as forças políticas candidatas às eleições. A diferença, como salientou, está em que apenas a APU tem capacidade de acção, capacidade a que se associa um conhecimento profundo dos problemas que a todo o momento lhe são

transmitidos pela população, apesar de força até agora minoritária.

É isso — afirmou o cabeça de lista — que tornou possível ser a APU a esquematizar os processos de actuação da Câmara, que se não foram realizados deve-se à ineficácia dos executantes maioritários (PS e «AD»). O que há a fazer é ligar a capacidade de programação com a capacidade de execução, o que apenas a APU deu provas de ser capaz, através do contacto permanente com as organizações populares, com os órgãos autárquicos das freguesias, que apesar de serem até agora dominados por outras forças políticas só conseguiram condições de execução quando a APU os auxiliou.

Mais que o voto político, que parece dominar ainda na Nazaré mesmo para as eleições autárquicas — abertamente explorado pelo PS tirando da manga o porto de abrigo como trunfo seu, e pela «AD» acenando com as ilusórias vantagens da força de momento no poder central —, a população da Nazaré terá de saber escolher quem, na Câmara, mais provas de capacidade tem dado.

E a APU, que apesar de em minoria foi a única força em que a população encontrou apoio, provou já ser o melhor garante de uma boa gestão no concelho.



Fernando Soares, cabeça de lista da APU, falando ao «Avante!»



Membros da lista da APU — gente de trabalho capaz de defender os interesses dos trabalhadores — com a reportagem do «Avante!»



Obras no porto de Abrigo

## Jovens estudam história do concelho

Um dos problemas da Nazaré é a falta de actividades para a ocupação dos tempos livres da juventude. Os dois pavilhões gimnodesportivos em construção, um de uma colectividade e outro municipal, embora preenchendo uma lacuna não vão resolver o problema.

Por isso e pela sua importância, merece destaque uma iniciativa de um grupo de jovens — o Ceta — que decidiu aplicar-se na investigação e estudo da etnografia, história e arqueologia do concelho.

Recebendo algum apoio do Museu «dr. Joaquim Manso», o Ceta luta com dificuldades, nomeadamente financeiras, apesar da meritória acção que desenvolve. Quem os ajuda?

## Elevada abstenção em Glória do Ribatejo

As eleições suplementares para a Assembleia da Freguesia de Glória do Ribatejo, no concelho de Salvaterra de Magos, realizadas no passado domingo, foram ganhas pelo Partido Socialista com 548 votos (oitó mandatos), enquanto a APU recolheu 381 e cinco mandatos.

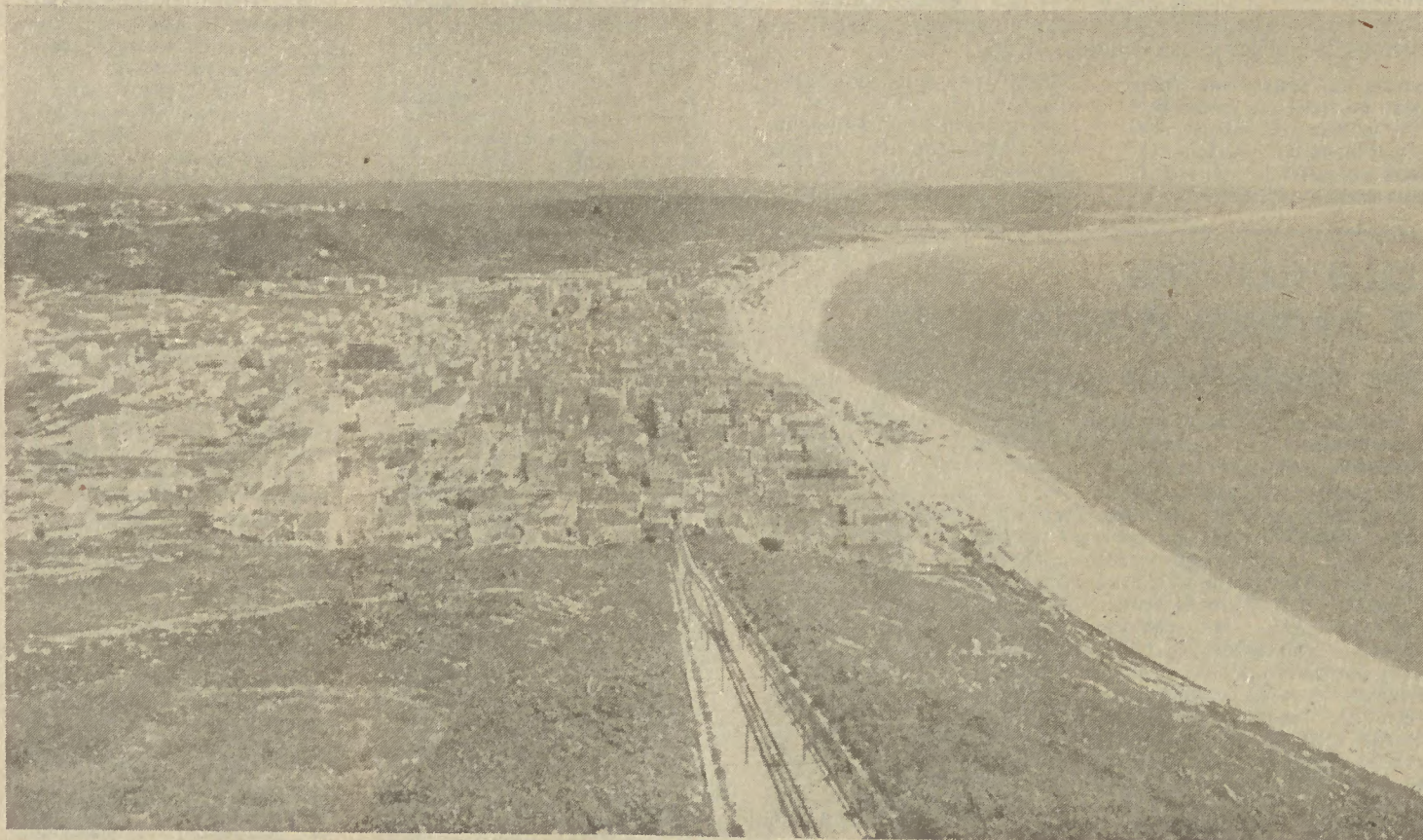
A nota mais característica deste acto eleitoral foi a abstenção, muito elevada. Dos 2 572 inscritos votaram apenas 897, o que corresponde a uma taxa de abstenção de 65,1 por cento.

Nas eleições de 1979 havia concorrido também a «AD» — 157 votos e um mandato — agora «diluída» na lista do PS. O que não impediu que mesmo assim o PS perdesse quase metade dos votos (havia então obtido 1 044 votos), embora aumentando em mais um o número de mandatos.

Também a APU foi atingida com a abstenção. Dos 685 votos recolhidos em 1979 desceu para 381, embora mantendo o mesmo número de mandatos.

Na opinião de muitos dos residentes na Freguesia de Glória do Ribatejo a fraca participação nas eleições (34,9%) deve-se ao descrédito da população na actividade dos órgãos autárquicos provocado pela inoperância do anterior executivo.

Mas a abstenção não é um meio de resolver os problemas. Quando muito serve para os adiar, como a população de Glória do Ribatejo não se tardará a aperceber.



Nazaré: só com a modificação das estruturas actuais da Câmara é possível resolver os problemas do concelho — e só a APU está em condições de o conseguir